

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diálogo em redes solidárias:
tecendo conexões socioambientais na UnB

Carolina Ramalhete Vieira

Orientadora: Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

Co-orientador: Philippe Pomier Layrargues

Dissertação de Mestrado

Brasília, DF, Junho de 2011

Vieira, Carolina Ramalhete

Diálogo em redes solidárias: tecendo conexões socioambientais na UnB / Carolina Ramalhete Vieira.

Brasília, 2011.

133 p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Redes Sociais Solidárias. 2. Educomunicação. 3. Diálogo. 4. Universidade. 5. Ambientalismo.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diálogo em redes solidárias:
tecendo conexões socioambientais na UnB

Carolina Ramalhete Vieira

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em

Aprovada por:

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Orientadora)

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Leila Chalub Martins

Brasília, DF, Junho de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma participaram deste trabalho. Agradeço àqueles que me emprestaram livros e idéias. Agradeço aqueles que me emprestaram ombros e me energizaram com palavras de confiança. Agradeço aos que me teceram críticas e contribuíram para o meu amadurecimento. Agradeço aos que sonharam comigo com as possibilidades transformadoras do diálogo, da educomunicação e das redes sociais solidárias.

Agradeço especialmente a Vivianne Amaral e Viviane Junqueira, que me iniciaram no campo das redes sociais. Agradeço a Luiza Padoa, Fernanda Fagundes, Larissa Pontes, Leticiãa Legat, Liliane Bezerra, Karolina Cajazeira, Carolina Finageiv, Adriana Camilo, Renata Navega, Maiana Diniz, Cristina Curto, Felipe Jaime, Franklin de Paula Júnior, Ricardo Burg, e Lucas Ribeiro, pela irmandade, amizade e parceria. Seus olhos e sorrisos foram (e são) fundamentais para acender a luz em meu rosto.

Agradeço aos amigos que participaram das rodas de diálogo. Agradeço especialmente aos parceiros do 'SETE SABERES' por me apresentarem os jogos cooperativos, que vêm transformando a minha forma de agir, ver e estar no mundo. E sou grata também aos sempre parceiros da 'TUPÃ', que me acompanham desde a graduação e trabalham pela transformação da UnB em um exemplo de inovação e sustentabilidade.

Agradeço aos parceiros da pós-graduação em Jogos Cooperativos, com especial carinho a Denise Jayme, pela compreensão e incentivo.

Agradeço a todos os funcionários do Núcleo da Agenda Ambiental, que apoiaram incondicionalmente a idéia de integração entre atores e participaram ativamente das atividades de campo, sobretudo a Anderson Paz, Mara Marchetti e Mariana Vaz.

Agradeço às professoras e aos professores que me inspiraram (e inspiram) na caminhada acadêmica, com seus exemplos de profissionalismo, dedicação, amorosidade e compromisso com a questão socioambiental: Fátima Makiuchi, Dione Moura, Vera Catalão, Izabel Zaneti, Leila Chalub, Maria do Socorro Rodrigues, Clélia Parreira, Thérèse H. Gatti, Fernando Paulino, Luiz Martins, Oviomar Flores, Philippe Layrargues e Fernando Carneiro.

Agradeço a meus pais Aloysio de Britto Vieira e Zuleika de Mello Ramallete, a meus avós e tios pela vida, pelo amor incondicional, pelos valores transmitidos e pela torcida e suporte sempre.

Esta dissertação é um fruto coletivo, nascido dos ideais compartilhados por todos que sonham com um mundo renovado em esperanças, práticas e sentimentos de amor. Fazem parte do processo todos aqueles que trabalham pela união entre homens e mulheres, e destes com a Mãe-Terra.

RESUMO

A pesquisa abordou a possibilidade de constituição de uma rede solidária socioambiental na Universidade de Brasília. Propôs-se a criação de espaços presenciais e virtuais de diálogo para articulação e capacitação de atores socioambientais. Foram desenvolvidas rodas de diálogo e oficinas de educomunicação como estratégias para fomentar a formação da rede. A base metodológica da pesquisa foi a pesquisa-ação e as referências teóricas, que embasaram a ação e as análises, foram a pedagogia freireana, a comunicação popular, o pensamento complexo e os estudos sobre redes sociais solidárias. A partir da observação do grupo focal durante os encontros presenciais e das conexões e trocas virtuais, questionou-se: havia no contexto estudado as condições de possibilidade para a formação de uma rede socioambiental solidária? As estratégias de diálogo utilizadas foram válidas para estabelecê-lo e para iniciar a formação de uma rede solidária na UnB? O grupo formado tem potencial de contribuir para o processo de gestão socioambiental dos campi da universidade? O coletivo formado a partir dos encontros de pesquisa, que auto denominou-se Sustentação, era constituído por estudantes e professores que desenvolviam projetos de extensão na área socioambiental, bem como integrantes de grupos estudantis, instituições diversas, organizações não governamentais, coletivos ambientais e membros da comunidade. Conclui-se que há potencial da Sustentação vir a constituir uma rede solidária local, que poderá atuar em prol da gestão socioambiental da UnB e da sustentabilidade das comunidades de alguma forma ligadas aos campi. Ao final das atividades de campo, o grupo socioambiental possuía canais de comunicação e um objetivo comum aos participantes, sinalizando o avanço no processo de estabelecimento de diálogo e de identidade coletiva. É, contudo, necessário o fortalecimento do grupo a fim de que alcance outras condições básicas para a consolidação da rede solidária, sobretudo um projeto político comum, mediante a responsabilização individual e coletiva e a vinculação perene dos atores. Tais desafios locais refletem a realidade social global que contextualiza a ação e é abordada no escopo teórico do presente trabalho: a sociedade líquido-moderna.

Palavras-chave: redes sociais solidárias, educomunicação, diálogo, universidade, ambientalismo.

ABSTRACT

The study addressed the possibility of setting up a socio-environmental solidarity network at the University of Brasilia. It proposed the creation of real and virtual spaces for dialogue, to give birth the university's socio-environmental network, for coordination and training of socio-environmental actors. Have been developed dialogue circles and communication workshops, as strategies to form the network. The methodological basis of the research was action-research and the theoretical references that supported the action and the analysis were Freire's pedagogy, popular communication, complex thinking and research on solidarity social networks. From observations during the focus group meetings, face connections and virtual exchanges, has been questioned: had the group the conditions of possibility for the formation of a socio-environmental solidarity network? The strategies used were valid to establish dialogue and to initiate the formation of a solidarity network at UnB? The group formed has the potential to contribute to the process of environmental management of the university campuses? The collective formed out of research meetings, which called itself *Sustentação*, consisted of students and teachers who develop outreach projects in the social and environmental areas, members of student groups, actors from different institutions, non-governmental organizations, environmental collectives and individual community members. It was concluded that *Sustentação* has potential to become a socio-environmental solidarity network, which will be able to take action for environmental management and sustainability of the UNB and of the communities that, in some way, are connected to the campus. At the end of the field work, there were communication channels and a common objective shared through the components, suggesting the advance in the dialogue and group identity forming processes. However, it is necessary to strengthen the group in order to reach other basic conditions for the consolidation of solidarity network, especially a common political project, through individual and collective accountability and perennial link of the actors. These challenges reflect the local reality and the global social context, which contextualizes the action and is discussed in theoretical scope of this work: the liquid-modern society.

Keywords: solidarity social network, educational communication, dialogue, college, environmentalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- C.A.** – Comunidades de Aprendizagem
- CDS** – Centro de Desenvolvimento Sustentável
- DAC** – Decanato de Assuntos Comunitários
- DCE** – Diretório Central de Estudantes
- DEX** – Decanato de Extensão
- DPP** – Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
- FAC** – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília
- FINATEC** – Fundação de Empreendimento Científico e Tecnológico
- FUP** – Faculdade UnB Planaltina
- GTRS** – Grupo de Trabalho para Gestão Solidária de Resíduos Sólidos
- ICC** – Instituto Central de Ciências
- LABTEC** – Laboratório de Tecnologias Sustentáveis da UnB
- MES** – Movimento Estudantil Socioambiental
- NAA** – Núcleo da Agenda Ambiental
- PACS** – Ponto de Ação Cultural Sustentável
- PDOT** – Plano de Ordenamento Territorial
- R.U.** – Restaurante Universitário
- SECOM** – Secretaria de Comunicação da UnB
- SEMEX** – Semana de Extensão
- SWU** – Starts With You
- TUPÃ** – Turma Unida Pró-Agroecologia
- UnB** – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO

1 AS SEMENTES.....	10
2 O PROJETO E SEUS FUNDAMENTOS.....	12
3 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 A CRISE PARADIGMÁTICA E A REVOLUÇÃO DAS REDES.....	14
1.1 CRISE E AMBIENTALISMO.....	14
1.2 A REVOLUÇÃO DAS REDES.....	16
1.3 COMUNIDADE.....	23
1.3.1 AFETO, DIÁLOGO E APRENDIZAGEM NA COMUNIDADE.....	28
CAPÍTULO 2 AS REDES SOCIAIS SOLIDÁRIAS E A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA.....	34
2.1 OS ESTUDOS DA VIDA E AS REDES.....	34
2.1.1 REDES SOCIAIS: PRINCÍPIOS E DINÂMICAS.....	36
2.1.1.1 Caráter libertário.....	36
2.1.1.2 Conexões e fluxos.....	37
2.1.1.3 Comunhão de propósitos e partilha.....	37
2.1.1.4 Gestão democrática.....	38
2.1.1.5 Propriedades da rede.....	38
2.2 COMUNICAÇÃO E INTERFACES COM AS REDES SOCIAIS.....	40
2.2.1 COMUNICAÇÃO & VALORES MODERNOS.....	41
2.2.2 COMUNICAÇÃO ENQUANTO DIÁLOGO.....	42
2.3 EDUCOMUNICAÇÃO.....	46
2.3.1 EDUCOMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA.....	52
CAPÍTULO 3 O CONTEXTO: AS AGENDAS AMBIENTAIS DA UNB.....	54
3.1 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A UNB.....	54
3.1.1 AGENDA 21 INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL.....	55
3.1.2 AGENDA 21 DA UNB.....	56
3.1.3 AGENDA AMBIENTAL DA UNB.....	58
3.1.3.1 Políticas para a gestão socioambiental.....	63
3.1.3.2 Mapeamento e articulação socioambiental em rede na UnB.....	64
3.1.3.3 O pós Seminário e o Fórum de Resíduos Sólidos.....	66

3.1.4 A PROPOSTA DA REDE SOLIDÁRIA NA UNB E O PRÉ-CAMPO.....	67
CAPÍTULO 4 PESQUISA: PROCESSO E ANÁLISE.....	70
4.1 QUESTÕES E HIPÓTESES DE PESQUISA.....	70
4.2 METODOLOGIA.....	72
4.2.1 A PESQUISA-AÇÃO INTEGRAL.....	72
4.2.2 PESQUISA-AÇÃO EXISTENCIAL.....	74
4.2.3 TÉCNICAS, INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E AVALIAÇÃO.....	75
4.3 A SUSTENTAÇÃO EM ANÁLISE.....	77
4.3.1 A FORMAÇÃO DA SUSTENTAÇÃO E AS ATIVIDADES DE CAMPO.....	78
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
1 CONCLUSÕES.....	100
2 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
2.1 O FUTURO INCERTO.....	102
2.2 PERSPECTIVAS E VISÕES.....	103
2.3 OS DESAFIOS DA PESQUISA QUE VISA A AÇÃO.....	104
BIBLIOGRAFIA.....	106
ANEXO A - MANDALA DE PACS.....	110
ANEXO B - PARTICIPAÇÃO VIRTUAL.....	111
I A LISTA DE DISCUSSÃO DO DIRETÓRIO DE GRUPOS DO GOOGLE.....	111
II A MÍDIA SOCIAL ORKUT.....	111
III A REDE SOCIAL FACEBOOK.....	112
ANEXO C - DIÁRIO DE CAMPO.....	114

INTRODUÇÃO

1 AS SEMENTES

A ideia da pesquisa surgiu quando eu era funcionária do Núcleo da Agenda Ambiental (NAA)¹ da Universidade de Brasília (UnB). Estava recém-formada em Comunicação Social, com trajetória de cinco semestres no curso de Ciências Biológicas, ambos nesta mesma universidade.

No início de 2008, quando comecei a trabalhar na Agenda Ambiental, já conhecia bem a realidade de ser estudante da UnB e já havia optado claramente por seguir a trilha ambientalista. O Núcleo da Agenda Ambiental, criado em março de 2007, estava sediado no Decanato de Extensão (DEX). Em março de 2008 esse núcleo contava com a força de trabalho e a dedicação da pedagoga Marília Teixeira e da professora Vera Lessa Catalão. Entrei no lugar de Marília, que saiu para cursar o mestrado, e passamos a ser Vera e eu as integrantes do NAA. Em princípio, este tinha pouca visibilidade, quadro de funcionários e recursos financeiros restritos, mas muitas ideias. Dois meses após minha chegada, o Núcleo contratou sua segunda funcionária, a pedagoga Fernanda Rachid. À equipe operativa do Núcleo somava-se a força dos extensionistas (professores e estudantes) que tinham projetos cadastrados na Agenda Ambiental e recebiam fomento do DEX por meio de um edital.

Após um ano de trabalho no NAA, tendo compreendido a missão da Agenda e de seu projeto socioambiental e percebidos os desafios para implementá-lo, surgiu o primeiro esboço deste projeto de pesquisa. O projeto foi inspirado na proposta do Núcleo da Agenda de articular ações socioambientais em uma rede em prol da sustentabilidade nos campi. Tal articulação era fundamental para que ocorresse gestão socioambiental participativa na UnB, própria das agendas 21 locais, e missão da Agenda Ambiental da UnB.

Essa proposta estava registrada no folder de apresentação do NAA, onde constava um desenho de como se organizaria uma mandala de projetos, agrupados por área de atuação em coletivos que, por sua vez, estariam reunidos também em um conselho e em um fórum permanente (Anexo A).

Contudo, enquanto atuei como funcionária do NAA, período que se encerrou concomitantemente ao aniversário de dois anos da Agenda Ambiental da UnB, a proposta da rede avançou somente até o nível de projetos, com atuação individual, cadastrados por

¹ O Núcleo da Agenda Ambiental (NAA) é referido neste trabalho por Agenda, Agenda Ambiental, Núcleo ou Núcleo Ambiental.

área temática. Não havia articulação entre eles, a não ser aquela realizada pelo próprio Núcleo quando era necessária a participação dos projetos em eventos institucionais, a exemplo da Semana de Extensão.

A partir do trabalho direto e diário com os estudantes envolvidos com os Pontos de Ação Cultural Sustentáveis (PACS) percebia que ausência de espaços de diálogo entre atores era um fator relevante de impedimento ao processo de gestão participativa pela sustentabilidade nos campi. O isolamento entre as ações reduzia ainda o potencial de atuação coletiva, a visibilidade e a potencial cooperação entre os PACS. A demanda por articulação e por diálogo era percebida e relatada pelos atores socioambientais, apesar de não existir ainda nenhum esforço coletivo nesse sentido.

Observações tais trouxeram à tona os potenciais inerentes à proposta de articulação das iniciativas socioambientais em uma rede social. Assim, no final de 2008, escrevi e submeti este projeto de pesquisa-ação ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB (CDS/UnB) que foi aprovado para ser desenvolvido como dissertação de mestrado.

Após a primeira fase de levantamento teórico e atividades pré-campo da pesquisa, optei por desvincular a ideia de fomento de uma rede socioambiental da proposta formulada pela Agenda Ambiental, a mandala de PACS. Optei por voltar as intenções da pesquisa à materialização de uma rede social solidária como movimento socioambiental autônomo baseado na participação voluntária e aberto a todos que compartilhassem do objetivo de promoção da sustentabilidade local. Conforme me aprofundei nas bases teóricas, compreendi que os princípios das redes sociais solidárias não poderiam ser plenamente exercidos dentro de uma estrutura institucional.

Todavia, manteve-se a parceria e o diálogo direto durante todo o campo da pesquisa, com o Núcleo da Agenda Ambiental tendo em vista que a rede socioambiental fomentada, mesmo autônoma, possuía sinergia de propósitos com a Agenda e ambas caminhavam paralelamente na mesma direção, fortalecendo-se mutuamente.

A partir da definição do foco da pesquisa houve também a ampliação do público da pesquisa que passou a englobar, além dos projetos com vinculação institucional (PACS), atores socioambientais de origens diversas, de projetos, organizações e comunidades externas aos campi. Manteve-se, no entanto, a parceria com o NAA, que passou a ser uma das instituições integrantes da rede.

A partir dessa decisão, posicionei-me como pesquisadora participante a serviço do grupo de atores socioambientais da UnB e trabalhei para suprir a demanda por diálogo verificada entre eles. Estudei a possibilidade de constituição de uma rede socioambiental solidária na UnB fomentada por estratégias de diálogo.

2 O PROJETO E SEUS FUNDAMENTOS

O problema sobre o qual se voltou a presente pesquisa foi a ausência de diálogo entre os atores socioambientais da UnB. Diálogo este que segundo Freire (1987) não se restringe ao pronunciar da palavra, mas implica, sobretudo, na práxis coletiva e solidária visando transformar o mundo.

A pesquisa visou, portanto, ao estudo e à intervenção no contexto estudado por meio do fomento de ambientes de diálogo presenciais e virtuais que possibilitasse o compartilhar de significados e a constituição de um espaço comum para a discussão e para a promoção coletiva da sustentabilidade local. As atividades programadas buscaram também dar aos atores as bases para a autoidentificação como rede social solidária e visaram à capacitação dos atores para o exercício de uma comunicação dialógica.

Será visto no capítulo dois que a rede solidária é uma forma democrática e horizontal de auto-organização social fundada na articulação, no empoderamento de atores, na troca, na cooperação, na gestão compartilhada e participativa, em propósitos e valores comuns (MANCINI, 2002). A comunicação enquanto diálogo é condição fundamental para existência de uma rede solidária, pois permite o desenvolvimento dos fluxos e das conexões dos quais derivam os seus demais princípios e dinâmicas.

A fim de fomentar o diálogo entre os atores, além do levantamento do estado do conhecimento sobre redes solidárias foram desenvolvidas atividades práticas com fundamento teórico na pesquisa-ação existencial e na pesquisa-ação integral (BARBIER, 2004; MORIN, 2004). As intervenções foram inspiradas em princípios de educomunicação e de diálogo trazidos da comunicação popular e da pedagogia freireana.

A partir da base teórica e metodológica supracitada, e das observações de campo, buscou-se responder às seguintes questões:

- 1) A criação dos espaços coletivos foi eficaz para o estabelecimento de diálogo entre os atores e para uma práxis coletiva em prol da sustentabilidade local?
- 2) Existiam no contexto estudado as condições de possibilidade para que o grupo constituísse uma rede solidária?
- 3) Havia no grupo de atores estudado o potencial de atuar em prol da gestão socioambiental participativa na UnB?

Fizeram parte do público da pesquisa atores institucionais ligados ao NAA, membros da comunidade universitária (estudantes e professores), atores e grupos comunitários interessados no trabalho socioambiental e na articulação com a universidade.

Todas as atividades de campo foram realizadas na UnB.

3 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Caminharei nas páginas que se seguem por um fio lógico que liga a teoria à prática. Para embasar a proposta da pesquisa será preciso adentrar no contexto da modernidade, analisar a crise paradigmática em vigência e vislumbrar o universo das redes sociais solidárias. No capítulo um abordarei a crise paradigmática instaurada, sobretudo os aspectos relativos à crise socioambiental. E também levarei a vislumbres de um novo paradigma, marcado pela visão complexa e relacional do mundo e pela emergência de redes como possibilidades de reorganização social para a construção de comunidades sustentáveis. Também procurarei discorrer no capítulo dois sobre os princípios das redes solidárias e sobre a potencial articulação desses com práticas de emancipação e diálogo inspiradas na pedagogia freireana, em princípios de comunicação popular e em estratégias de educomunicação. Será tratada, em especial, a comunicação típica das redes.

O próximo passo para contextualizar a intervenção será resgatar, no capítulo três, fatos relevantes do contexto ambientalista da UnB entre 1998 e 2011, a fim de entender as propostas das agendas 21 locais e suas principais influências na realidade estudada. O objetivo dessa descrição é esboçar o cenário a partir do qual se desenvolveu a articulação socioambiental nos campi.

No capítulo quatro será descrita a metodologia utilizada, a pesquisa-ação, que fundamentou as atividades de campo. Serão analisadas as partes mais relevantes do diário de pesquisa à luz da teoria estudada a fim de verificar as respostas às questões de pesquisa.

Seguindo o fio condutor aqui descrito, visualizaremos um mosaico formado por recortes de teoria e de prática, de observação e intervenção. A tessitura complexa de cada capítulo resulta em uma malha horizontal, diversa e, sobretudo, viva de saberes e práticas, tais como são as redes. Que sigamos, portanto, com olhos de ouvir, ouvidos de sentir, e corações de ver.

CAPÍTULO 1 A CRISE PARADIGMÁTICA E A REVOLUÇÃO DAS REDES

“Recria tua vida
Sempre e sempre
Remove pedras
Planta roseiras
Faz doces
Recomeça.”
(Cora Coralina)

1.1 CRISE E AMBIENTALISMO

Crises agravam incertezas e favorecem interrogações. Por isso estimulam a tomada de consciência, a busca de novas soluções. Acarretam ainda o rápido avanço dos processos de desorganização que podem, em contrapartida, determinar processos de reorganização. Nesse sentido, os momentos de crise ajudam a despertar as forças regeneradoras adormecidas tanto em nível individual quanto social (MORIN, 2007).

Vivemos em tempos de crise e seus sintomas, visíveis, se manifestam globalmente, localmente e nos mais diversos campos: econômico, social, ambiental. Os desafios surgem em ritmo frenético, pedindo novas respostas, conhecimentos, posturas, percepções diferentes a cada momento. É um mundo líquido, onde as certezas e fórmulas se desmancham antes de se solidificarem, os processos findam antes de criarem raízes e nada permanece por muito tempo no lugar. A mudança, a velocidade e a incerteza são as regras do jogo: mova-se, adapte-se e esteja preparado para recomeçar sempre! (BAUMAN, 2009).

Para o enfrentamento deste momento é preciso responder ao desafio de reestruturação dos imaginários sociais e dos conhecimentos que sustentam a modernidade (JACOBI, 2006). É preciso ampliar percepções e romper antigas formas de pensar e perceber o mundo, na medida em que esta é uma crise de percepção (CAPRA, 2003) e também de valores, de ética, que demanda a avaliação da maneira do ser humano se relacionar.

Esta crise apresenta-se como uma crise ética, porque se resume, ao final das contas, ao tipo de relação que os homens mantêm entre si e com o mundo, onde a idéia de que tudo pode tornar-se recurso tem sustentação na instrumentalização da razão, na operacionalização dos lucros e na atomização dos indivíduos (MAKIUCHI, 2005, p. 106).

Sob uma perspectiva mais ampla e realista, a faceta ambiental da crise está fundamentada em acontecimentos históricos, no capitalismo, no industrialismo, na tecnocracia e no modo de vida moderno. A associação de desenvolvimento com crescimento econômico e progresso ininterrupto ainda constituem o modelo dominante baseado na racionalidade instrumental e técnica (LOUREIRO, 2006).

A lógica do sistema dominante é comprar e descartar, alcançar e desfazer-se, construir e destruir, tudo muito rapidamente. A vida moderna é uma vida pautada pelo consumo, e o lixo é, sem dúvida, o produto mais abundante da sociedade (BAUMAN, 2009).

Consequentemente aflora no indivíduo o medo de “ser jogado no lixo”, pois afinal as pessoas também se transformaram em objetos de consumo. Dessa maneira, “o advento da sociedade líquido-moderna significou a morte das principais utopias sociais” (BAUMAN, 2009).

Partindo do quadro exposto, compreende-se que a superação da crise, a emergência de um novo modelo civilizacional, incluindo a construção de sociedades sustentáveis, nasce do olhar crítico para as relações sociais, para o modo de produção e para o valor simbólico atribuído à natureza. A pintura de um novo quadro requer ainda que o pragmatismo e a racionalidade instrumental estejam necessariamente fundamentados pela racionalidade emancipatória e reflexiva, e também pela ética.

Neste novo horizonte crítico e construtivo insere-se o ambientalismo, constituindo um projeto de orientação múltipla que tem como eixo analítico a relação entre sociedade e natureza e, como objetivo, uma nova base civilizacional (LOUREIRO, 2006).

O ambientalismo insere-se no campo de estudos socioambientais, essencialmente multirreferencial e interdisciplinar e faz convergir muitas dimensões até então tratadas de forma dicotômica como a ecologia e a economia, o público e o privado, os ecossistemas e as comunidades humanas (MAKIUCHI & MOURÃO, 2003). A relação entre o humano e a natureza, entretanto, não se reduz a um holismo totalizador, pois é necessário que haja distinção entre ambos para que se estabeleça diálogo.

Apesar dos discursos ambientalistas chamarem para a unidade entre a natureza e a humanidade, a sociedade e o ambiente, seja pelo enraizamento biológico e físico do qual todas as espécies fazem parte, seja pela linguagem e cultura que não só mediatizam essas relações, mas são em si seus produtos, é necessário admitir a separação que existe entre o outro (natureza, ambiente) e nós (humanos) para que uma relação se estabeleça e, com isso, emergja uma linguagem e diálogo próprios (MAKIUCHI, 2005, p. 27).

As questões ambientais necessitam, portanto, de uma abordagem complexa, que leve em conta a ética e a solidariedade como propostas para a religação entre humanos e destes com a Terra-Pátria (MORIN, 2007), e dialógica que leve em conta o outro em sua diversidade (MAKIUCHI, 2005).

Fundadas no paradigma da complexidade e na teoria da libertação (MANCINI, 2002), as redes sociais solidárias despontam como possibilidades de organização humana afinada com um novo modelo civilizacional e com as propostas ambientalistas. Isto porque envolvem ações comunitárias, solidárias e cidadãs; a emergência de novos sujeitos coletivos e a

articulação entre saberes diversos, científicos e locais, orientados para uma práxis responsável (MAKIUCHI & MOURÃO, 2003).

A emergência das redes sociais solidárias, no contexto do ambientalismo, merece olhar específico, sobretudo pela atualidade do tema e pelo potencial inovador (BAUMGARTEN, 2008). As redes são organizações de significativa dimensão política, locus de diálogo e ação pelo bem comum (MAKIUCHI, 2005; MANCE, 2002; FREIRE, 1987). Busca-se, por meio dessa proposta organizativa o ampliar dos horizontes e a superação da crise, pela desconstrução e reconstrução da realidade, pelo resgate das relações comunitárias (MAKIUCHI, 2005) e pela descoberta do novo a partir do cotidiano, onde a ação é possível (FREIRE, 1987).

1.2 A REVOLUÇÃO DAS REDES

Makiuchi & Mourão (2003) afirmam que as redes solidárias são subversivas por natureza, pois vão numa direção contrária à da lógica capitalista, baseada no individualismo e na competição, e buscam o resgate das relações comunitárias e cooperativas. O que se apresenta, segundo as autoras, é um movimento pelo resgate do coletivo, que propõe tirar os holofotes do indivíduo e acrescentar mais força ao cultivo dos laços de comunidade.

Mance (2002) ousa falar em uma “revolução das redes”, pois considera que este tipo de organização social pode constituir-se como um novo bloco histórico capaz de subverter a dinâmica do sistema capitalista. Afirma, contudo, ser uma revolução silenciosa e “viral” e faz uma analogia entre a utilização do aparato capitalista pelas organizações sociais em rede e a estratégia do vírus, que se acopla e utiliza a estrutura da célula.

A hipótese de Mance (2002) é que a sinergia e a integração de diversas ações em rede, fortalecidas por inúmeros laços de realimentação, podem gradativamente negar as estruturas capitalistas e absorver suas forças produtivas. Morin & Kern (1995), por sua vez, defendem que é da fusão de características positivas dos modelos capitalista e socialista que emergirá a nova civilização.

Se tomarmos como exemplo os movimentos históricos de caráter revolucionário pode parecer estranho que um sistema que não pregue pela ruptura ou pela reforma do sistema precedente, que valorize igualmente as instâncias econômica, social, cultural e política, possa configurar uma revolução. Mas o conceito de revolução aqui empregado, diz mais respeito à compreensão sociológica do termo: uma profunda transformação social que pode ocorrer lenta e silenciosamente, não necessariamente vinculada às manifestações abruptas e violentas (DEMO, 1981).

O conceito sociológico de revolução não se refere nem ao Estado, nem à Economia, nem à teorização filosófica, ou a outras categorias semelhantes,

mas a nenhuma por si e a todas em sua concatenação sociológica. Refere-se a uma radical modificação nos fundamentos de uma sociedade histórica em si mesma e em todas as suas partes, processos e criações individuais. Aparece aqui o esforço de transcender os aspectos parciais do todo (DEMO, 1981, p. 172).

Demo (1981) enfatiza a diferença entre revolução, que representa a mudança profunda **do** sistema social, e reforma, que estabelece uma mudança **no** sistema sem, entretanto, modificar as estruturas que o caracterizam. Para o autor, ainda que ambos os conceitos tratem da abertura para a mudança, a reforma não concebe a possibilidade de mudança plena e por isso é, com efeito, outra maneira de se fechar.

Nesse sentido, a revolução preconizada está intimamente associada à abertura para o novo, para mudança de visão, modelos de compreensão, valores, padrões de comportamento, formas de posicionamento perante o mundo observáveis tanto no meio científico quanto permeando toda a estrutura social. Isto é, trata-se de uma mudança de paradigma que inclui modelos, valores, técnicas, padrões compartilhados (KUHN, 1994 *apud* Moraes, 2004). E para compreender essa mudança, é necessário olhar criticamente para o paradigma cartesiano que fundamenta o capitalismo para depois adentrar o paradigma da complexidade (MORIN & KERN, 1995), ou paradigma das redes, como define Baumgarten (2008). É preciso, por fim, entender a natureza das revoluções e as forças que levam à transição de um paradigma a outro.

O novo paradigma que emerge na ciência e na cultura é uma resposta à crise do paradigma vigente, que afeta setores estruturais da sociedade e ameaça a perpetuação da vida no planeta Terra. Na década de 1980, Capra (1997) já pontuava a necessidade de ruptura com padrões sociais obsoletos, de mudar a relação homem *versus* natureza e de rever valores sociais.

Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. [...] Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas da mesma crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção (CAPRA; 2002, p. 23).

O paradigma dominante, definido como o cartesiano ou mecanicista, compreende a realidade a partir do estudo analítico de partes isoladas e está baseado na física e na filosofia clássicas e no método científico (DEMO, 1981). A partir do século XX, com a revolução conceitual proporcionada pelas descobertas da Física Quântica, surgiram novos parâmetros de interpretação dos fenômenos naturais e começou a emergir nos diversos campos do conhecimento as bases de um novo paradigma; inaugurou-se a construção de um novo quadro epistemológico presente no discurso científico atual por meio de conceitos como complexidade, incerteza, sistemas, redes etc (MORAES, 2004). Descobertas e teorias

formuladas nos mais diversos campos do saber, a citar a psicologia, a cibernética, a biologia e a educação, moldaram um novo quadro conceitual que difere do modelo anterior por considerar as relações e a subjetividade como partes integrantes dos fenômenos e do fazer científico (MORAES, 2004; DEMO, 1981).

Dentre os principais conceitos (MORAES, 2004) que formam o arcabouço epistemológico do novo paradigma, os conceitos de sistema, complexidade e redes merecem destaque na explicação da nova visão do mundo.

Sistema é uma unidade global organizada, onde os elementos, indivíduos ou ações estão em interrelação (MORIN & KERN, 1995). O conceito de sistema apóia-se inicialmente na Teoria Geral dos Sistemas (BERTANLANFFY, 1986 *apud* MORAES, 2004) e na Teoria Cibernética de Wiener (MORAES, 2004). A vertente de estudos sociais que primeiro utilizou os sistemas como base interpretativa foi o sistemismo e baseia-se em conceitos como interdependência, totalidade, rede causal, estabilidade, adaptação, resposta (feedback) e organização (BUKCLEY, 1971 *apud* DEMO, 1981). Segundo Demo (1981) o sistemismo privilegia a síntese, a visão de que o todo é maior que o somatório das partes.

Contudo é importante salientar que as teorias geradoras do conceito sistema e do sistemismo conceberam a noção ainda sob a lógica do paradigma tradicional (VASCONCELOS, 2002). O sentido de sistema enfatizado nesta pesquisa, relevante para a compreensão do paradigma emergente, é o citado por Moraes (2004). Trata-se de um sistema aberto, uma unidade que recebe energia externa e é sempre parte de um sistema maior, caracterizando uma totalidade/parte (WILBER, 1996 *apud* Moraes, 2004), e que está mais próximo ao pensamento complexo.

Outro conceito importante é o de complexidade, desenvolvido por Morin & Kern(1995), que fundamentam toda abordagem epistemológica do pensamento emergente; complexidade tem a ver com a quantidade de informação de um sistema, de interações e interferências em diferentes níveis.

Na complexidade coexistem integração e oposição, fechamento e abertura, subjetividade e objetividade. Os diversos conceitos considerados pela lógica tradicional como opostos não se excluem. O foco deixa de ser estritamente o objeto e passa a incluir a dimensão do sujeito e o contexto do fenômeno observado que influenciam a pesquisa (MORAES, 2004). Novamente utiliza-se uma visão relacional que é também ecológica, histórica, sócio-cultural, afetiva, e que busca uma maior inteireza na compreensão da vida (KUHN, 2003). Também recebem destaque a aleatoriedade, a incerteza e a indeterminação, inerentes aos sistemas complexos (MORIN & KERN, 1995).

Por fim, integrando as visões acima, o mundo físico pode ser compreendido como uma rede de relações, tais quais observadas na década de 1920 pelos ecologistas nos estudos

dos ecossistemas (MORAES, 2004). A vida se expressa segundo o padrão em rede, isto é, de forma dinâmica, caracterizadas por auto-reprodução, criatividade, interdependência, fluxos e conexões (MATURANA & VARELA, 2001).

Assim, a percepção do mundo no novo paradigma é de um sistema aberto, complexo, organizado em redes, e que inclui a possibilidade de diálogo e de transformação. É o conjunto de totalidades/partes e as interações que configuram a realidade (MORAES, 2004).

As ideias de complexidade, sistema e redes permeiam todo o arcabouço epistemológico que embasa o novo paradigma e ganham destaque no pensamento acadêmico (MORAES, 2004). Nesse ponto, Demo (1981) e Kuhn (2003) questionam o papel da academia na transição paradigmática e na construção de novas visões sobre o mundo. É devida a autoridade proclamada de forma restrita ao saber produzido no âmbito científico? Seria a ciência antiga, baseada em medições imprecisas e em saberes quase mitológicos, uma ciência inválida? Não, ela é tão ciência quanto aquela desenvolvida na modernidade. Então porque desvalorizar todo e qualquer conhecimento que não seja gerado com a precisão científica almejada? (KUHN, 2003). Seria o método usado pelos cientistas a única forma válida de conhecer e compreender a realidade? Ainda que a primazia do saber científico fosse tida como real, dentre as diferentes vertentes interpretativas do mundo natural e social, existiria uma mais verdadeira que as outras? (DEMO, 1981).

À questão, responde-nos Kuhn (2003), que trata o saber científico por uma perspectiva histórica. O autor remete-nos à perspectiva da interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade é, sobretudo, a possibilidade de vários saberes e linguagens interagirem na construção do conhecimento. Isto é, estabelecer uma relação horizontal entre o saber científico e o saber cotidiano, assim como a possibilidade de troca entre diversos campos do saber formal que se encontram *a priori* distanciados (SACHS, 2000).

A interdisciplinaridade, quando nos fala de horizontalidade e de troca, quando nos remete ao diálogo e às interconexões entre campos do saber, reforça a percepção da realidade como um sistema aberto e que, portanto, possui a possibilidade de mudança plena.

O conjunto de conceitos citados que, segundo Moraes (2004), configuram o pensamento ecossistêmico, leva à transcendência de uma fase histórica no sentido da ultrapassagem do universo estabelecido de discurso e de ação (Demo, 1981). A transcendência seria a capacidade de autotransformação, de ir além, de evoluir, de auto-realizar-se, inerente a um sistema (WILBER, 1996 *apud* MORAES, 2004).

Falamos de uma revolução (DEMO, 1981) ou, como definiu Capra (1997), do “ponto de mutação”, da passagem do velho para o novo paradigma e, conseqüentemente, do novo

humano e da nova civilização (MORIN & KERN, 1995). Mas como realizar a transição do antigo para o novo?

Além do quadro conceitual, que possibilita uma nova compreensão dos fenômenos e um novo olhar para a realidade, precisamos de algo que “mova a roda”, algo que mobilize vontades e ações, que aglutine pessoas. Precisamos do espírito da mudança ou do estado nascente (ALBERONI, 1991).

Demo (1981) afirma que toda sociedade possui a capacidade interna para se autotransformar. Assim, a história é feita por movimentos que surgem em períodos de crise de um paradigma em busca de uma nova forma de existir e atuar no mundo.

O que move a transição de uma instituição ultrapassada para a novidade é um estado de mente e espírito a que Alberoni (1991) denomina de estado nascente. Ele afirma que ao viverem essa experiência, os indivíduos tendem a formar campos de solidariedade incrivelmente intensos, e têm uma capacidade de renovação, de risco, de proselitismo extremamente mais alto que aquela da vida cotidiana.

O estado nascente é uma motivação que anima tanto indivíduos quanto grupos e que está por trás das revoluções, das rupturas com os velhos padrões de vida que já não são capazes de responder à crise instalada. Não obstante seu caráter coletivo, o estado nascente é também um estado interior.

A eclosão dos grandes movimentos é possibilitada por um contexto de condições econômicas, sociais e culturais favoráveis em que muitos indivíduos e grupos em estado nascente se unem para formar entidades maiores, mais articuladas. São condições repletas de criatividade e explosão, de utopia e sonho coletivo, de paixão e entusiasmo. As coletividades assim formadas são movidas por ideais e valores compartilhados, pelo “sonho de um mundo feliz”, como diz Alberoni (1991).

Segundo Demo (1981), a revolução desponta quando consegue arrebatá-lo com paixão os homens. Essa paixão avassaladora, todavia, não deriva do acaso. É desperta seja pelas necessidades de um grupo, as quais o sistema vigente não pode responder, seja pela esperança em um futuro melhor, ou seja, na concretização de uma visão comum.

Apesar do furor inicial impulsionado pelo estado nascente é inevitável que o que antes era subversivo vire instituição. As ações tornam-se hábitos e aquilo que era novidade passa a ser cotidianidade. Se observarmos de um plano maior será possível ver o ciclo completo onde se alternam a revolução e a instituição (ALBERONI, 1991).

Landauer (*apud* DEMO, 1981) estabelece uma relação dialética quando chama a ordem estabelecida de topia, em contraposição à utopia. Afirma que a vitória da utopia é a morte da mesma, pois se tornará topia, *status quo*. A utopia é etimologicamente irrealizável

(o não lugar); mas, apesar de irrealizável precisamos guardar seu lugar na realidade, pois ela reflete a tensão que perfaz a sociedade: a busca do absoluto mediante condições relativas (DEMO, 1981).

Mesmo que haja certeza de que o que um dia foi revolucionário em seguida se tornará cotidiano, e realizar-se-á apenas parcialmente, as utopias são parte do caráter humano, pois libertam do dogmatismo e da rigidez. Afinal, segundo Bloch (1961, *apud* DEMO, 1981), ser humano quer dizer ter utopias. E a utopia concreta constitui o problema do sentido de toda a história humana.

Esta fórmula contém a perspectiva da esperança, pois nega a absolutez do que existe em nome de outras coisas melhores que poderiam existir (DEMO, 1981). E também pactua com a sabedoria da incerteza, ao manter a abertura ao inesperado e ao mesmo tempo a consciência da proximidade dos caminhos entre o realizável e o ideal. Assume-se que o factual não esgota todas as possibilidades do real, pois se esconde na incerteza a riqueza exuberante do possível (BLOCH, 1961, *apud* DEMO, 1981). Pois o homem é aquele ser que ainda tem muito diante de si. Pois brilha, diante dele, sempre uma estrela. Este tender para uma estrela definiria o homem em sua caminhada através da vida e caracterizaria suas realizações, inclusive a sociedade (Bloch, 1961, *apud* Demo, 1981).

Nesse sentido a esperança absoluta representa a perenidade do processo social, a possibilidade continuada da novidade. Para isso, existe a necessidade constante de aperfeiçoamento, de crítica e de superação. A esperança relativa dá conta das realizações concretas e da história, sempre provisória, sempre real (DEMO, 1981).

Isso requer um olhar processual, em que se reconheça a historicidade, a constante mobilidade, o vir a ser contínuo das formações sociais como partes de sua condição de existência. A estabilidade social só pode ser captada como uma forma de movimento, a mobilização constante da sociedade, em que a qualidade do “vir a ser” impede que se assuma o passado como limite para o futuro (DEMO, 1981).

Para a transição do modelo capitalista e realização do ideal da sustentabilidade ecológica aliada a um novo modelo de organização social, como proposto na revolução das redes, são necessárias, além de utopias, demandas e condições estruturais que possibilitem a eclosão do espírito da mudança, do estado nascente, tanto na perspectiva interior (individual), quanto na coletiva quando novos valores e visões compartilhados por um grupo levam à transição.

A transição paradigmática de que falamos implica em um olhar diferenciado para a realidade estabelecida e, sobretudo, para a própria humanidade e para a sua trajetória histórica. É preciso olhar de frente para a cultura vigente, classificada por Freire (1987) como opressora, marcada pela dominação de poucos e pela opressão acrítica de muitos. Só

assim pode-se almejar e construir uma cultura libertária, fundada no ideal da hominização, da formação de sujeitos de ação, críticos, livres para ser e para transformar o mundo (FREIRE, 1987).

Num contexto geral, a humanidade pouco sabe de si, de sua missão no mundo, de sua verdadeira vocação. Mas certamente, para descobri-la, precisará primeiro aventurar-se, correr o risco de ser livre. E um dos maiores obstáculos para esse estado de liberdade é o medo do vazio decorrente da ausência da velha estrutura social, marcada pela dominação dos opressores que prescrevem a sua verdade sobre uma legião alienada de seu poder de ação (FREIRE, 1987).

Para romper com a dominação e com as velhas instituições é preciso dar um passo rumo ao desconhecido, arriscar-se. É necessário ainda abrir mão de certezas e convicções ou mesmo de metas pré-estabelecidas. E este é um passo difícil, sobretudo para aqueles que já se encontram em uma condição desfavorável, pois implica sair de uma posição conhecida a qual se está adaptado. A partir do próximo passo, não haverá garantias, nem futuro pré-concebido, a não ser o que o homem ousar construir, dia a dia, a partir de sua ação no mundo. Não haverá certeza do êxito. Mesmo assim, aquele que se liberta e busca a hominização precisará arriscar seguir adiante, ao encontro de todas as possibilidades e ao encontro de si mesmo.

Humanização e desumanização, dentro da história, dentro de um contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades do homem como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão (FREIRE, 1987, p. 16).

Por isso a necessidade de se fazer escolhas rumo à liberdade, de se caminhar com coragem e esperança, com amor e em comunhão. E esse é o caminho do diálogo, uma peça-chave para a tessitura da nova realidade (FREIRE, 1987).

A luta pela liberdade é o primeiro passo para a hominização. Ao contrário das especulações que levam a permanecer no velho, o simples fato de começar, de escolher lutar e se libertar dá força aos homens e mulheres, força de coletivo, força de mudança. Nesse contexto, que é de transição, a subjetividade revolucionária está fundada na realidade concreta, na ação que transforma o mundo. Subjetividade e objetividade formam uma unidade dialética, pois é preciso conhecer a realidade para poder transformá-la (FREIRE, 1987).

Nessa luta existem, além dos dominadores, os que lutam pela liberdade e os solidários a estes. Os segundos, apesar de solidários, não assumem papel de salvadores, pois não se trata de uma falsa generosidade. É comum vermos ações generosas que visam reduzir a miséria dos oprimidos, porém não transformam a realidade. Essa generosidade, muitas vezes proveniente dos próprios opressores, é falsa, visto que tem necessidade de que a

injustiça perdure para que possa continuar a se expressar. A verdadeira generosidade é também solidariedade. É lutar para que as mãos, sejam de povos ou de pessoas, se estendam menos na súplica para que se façam mãos que transformem o mundo pelo trabalho. É lutar pela mudança, pela libertação de todos (FREIRE, 1987).

Porém, Freire (1987) enfatiza que “Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos [opressores e oprimidos]” (1987, p.31). Porque é da opressão que nasce a necessidade de transformação, a força e a vontade para realizá-la.

Lembramos novamente do estado nascente de Alberoni (1991), da força de mudança. Freire (1987) acrescenta que a força nasce do problema, do anseio pela libertação do padrão opressivo.

Qual a situação de opressão que interliga a todos, globalmente, ricos e pobres, jovens e idosos na atualidade? Não seriam as diversas facetas da crise enfrentada? Não seriam as mesmas situações que levam ao desejo de desconstrução do estabelecido e à reconstrução de um novo paradigma?

A crise ambiental, por exemplo, afeta a todos, mesmo que em diferentes escalas, pois em longo prazo ameaça a continuidade da vida humana no planeta. A força para mudança que move o ambientalismo é fundada na opressão capitalista, na incerteza quanto ao dia de amanhã, na cultura individualista e no esfacelamento dos laços comunitários (BAUMAN, 2003). É reforçada pelas frequentes catástrofes naturais noticiadas diariamente pelos diversos jornais, relatórios e atestados de que o planeta padece. O nosso modelo de desenvolvimento e vida dá sinais de esgotamento (MORIN & KERN, 1995).

Assim, a força de mudança precisa ser aplicada amplamente, não somente para contornar fatores biológicos e climáticos da crise ambiental, mas para reconstruir a relação ética do “homem” com o meio e, sobretudo, do homem com o homem, com respeito e reverência. E para o resgate das relações humanas é premente analisar a sociedade na modernidade, o que nos leva à revisão do conceito de comunidade e das suas possíveis interpretações e aplicações na construção de redes como modelo de organização humana (MAKIUCHI, 2005; BAUMAN, 2003; GUARESCHI, 1999).

1.3 COMUNIDADE

Observa-se hoje o esfacelamento dos laços sociais e dos vínculos comunitários (BAUMAN, 2003). A situação vivenciada na contemporaneidade se contrapõe às raízes e à solidez dos vínculos experimentados nas comunidades tradicionais. Tudo na modernidade parece extremamente instável, pronto a desmanchar-se, liquefazer-se, como uma onda, um

fluxo, inclusive as relações interpessoais. A situação é incrementada pelo individualismo, hedonismo e consumismo que pautam o comportamento social. Tais tendências estão acopladas à sobrevivência do paradigma capitalista, pois o perpetuam sendo ao mesmo tempo por ele reforçadas. Esta fase histórica Bauman (2009) denomina de modernidade líquida.

Entretanto, como dito anteriormente, estes e muitos outros aspectos da matriz econômica, política e social dominante estão, claramente, caminhando para o colapso; a própria crise suplica por soluções que remetem à necessidade de ação coletiva e ao resgate dos sentidos de solidariedade e cooperação presentes na ideia de comunidade (MAKIUCHI, 2005; BAUMAN, 2003; MANCE, 2002). Comunidade vem do latim *communitas*: “muitos formando uma unidade” (MAKIUCHI, 2005, p.34). Segundo Guareschi (1999), a comunidade é definida pelas relações entre pessoas que a constituem. Já Ferdinand Tönnies (1963) parte da visão do homem como animal gregário e que, portanto, naturalmente tende a se associar aos demais, de modo que as ações oriundas das vontades e das forças naturais de conservação levariam à união e à interação, culminando na comunidade (*gemeinschaft*).

Nesse caso, quando a comunidade fosse formada a partir de uma vontade humana natural, de base orgânica, as relações teriam valor por si, não dependendo de propósitos exteriores ou ulteriores. Quando assim orientado, o grupo social seria concebido como entidade natural e durável. As relações comunitárias (*gemeinschaft*) consistiriam, assim, em toda vida social de conjunto, íntima, interior e exclusiva.

Um corpo comunitário existiria muito antes da constituição social de indivíduos e seus fins, ainda que isso não implicasse na restrição a tais condições genéticas. As relações na comunidade em grande medida se constituiriam por desigualdades inerentes, como as relativas ao gênero, idade ou diferenças físicas. Sua origem repousaria na dependência mútua determinada pelas condições de vida comum, pelo espaço compartilhado e pelo parentesco.

Tal comunidade seria ainda sustentada por elementos de uma cultura integradora e estaria unida também pela energia liberada por sentimentos como afeto e devoção; e se caracteriza pela inclinação emocional recíproca, comum e unitária, pelo conhecimento íntimo (TÖNNIES, 1963). Para Maturana (2005), tais vínculos comunitários estão fundados no amor, que leva à interação social, à partilha, à aceitação do outro em sua legitimidade.

A comunidade é assim inicialmente definida como uma associação que pressupõe relações profundas de conhecimento, amizade e sentimentos e valores compartilhados. Dentre esses valores, Bauman (2003) cita ainda a confiança, a reciprocidade, a segurança, a afetividade, a voluntariedade, a solidariedade, o compromisso, o sentimento de pertencimento como elementos presentes ao se evocar a ideia de comunidade.

Assim, comunidades tradicionais eram núcleos humanos estáveis com vínculos sólidos, que existiam com base no entendimento recíproco e tácito (TÖNNIES, 1963). Esse entendimento prescindia das palavras e incluía um sentimento vinculante, pois partia de uma vontade real e própria daqueles que se unem a despeito das diferenças. Bauman (2003) cita ainda Rosemberg e sua noção de círculo aconchegante, com o sentido análogo ao da comunidade, enfatizando as características de lealdade desobrigada e desinteressada e de ingenuidade presente entre os membros desse tipo conjunção.

A comunidade, ou o círculo, partia de um entendimento tão natural que chegava a ser inconsciente, isto é, chegava a “passar despercebido” por aqueles que a compunham (BAUMAN, 2003). A união estava baseada em consenso e, segundo Tönnies (1963), tais relações comunitárias prescindiriam, pelo menos *a priori*, da necessidade de igualdade e de liberdade das vontades.

Começam a transparecer na concepção de comunidade tradicional aspectos relevantes que a fazem ser uma utopia na modernidade. O que possibilitava a preservação da comunidade real eram a dimensão restrita e o fechamento nuclear, o que ocasionava homogeneidade interna, uma *mesmidade*, como define (BAUMAN, 2003). Dentro desses núcleos não havia ambivalência comportamental, portanto, não havia razão para crítica resultante da comparação com uma realidade diversa. Mesmo que houvesse ruídos de fora do núcleo, eles eram em menor proporção que a comunicação entre os membros da comunidade. A comunicação interna era tão densa que abafava possíveis disparidades e ruídos exteriores. A unidade da comunidade à época dependia, portanto, do caráter reduzido da comunidade e do bloqueio da comunicação com o resto do mundo.

Mas com o advento do comércio e com a modernização, os meios de transporte e de comunicação vieram ruir os muros da comunidade. O transporte material rápido e frequente, impulsionado pelo comércio, mudou o caráter autossuficiente das comunidades. Com os produtos comerciais chegavam pessoas que por si representavam informação comportamental diversa à que circulava anteriormente no grupo.

O segundo e mais recente fator de desmonte das comunidades foi o advento da informática, conferindo uma velocidade inédita de transporte de informação (maior do que é possível conferir à matéria). Contra tal força, as defesas da comunidade eram completamente ineficazes.

Tönnies (1963) conta que da passagem do modo de vida rural para o urbano teríamos o desencadeamento de uma ruptura na organização destes núcleos de sociabilidade. Quanto mais multiplicava a vida da cidade, ou seja, à medida que o mercado estimulava o desenvolvimento hipercefálico da urbe, mais perdiam forças os círculos de parentesco e vizinhança como motivos de sentimentos e atividades amistosas. Os novos atores despertos

pelas potências do mercado urbano, como a classe de comerciantes, por sua vez dirigiriam seu olhar para fora, para transpor territórios.

Este processo Tönnies (1963) descreveu esquematicamente como a transição da predominância social da vontade natural para a vontade arbitrária. Esta seria guiada por outros móveis que não o sentimento agregador natural, transcendendo os determinantes do “orgânico” e partindo para representações ideais e artificiais. A vontade que representa a vontade ou o caráter deliberativo, propositivo e racional, é denominada vontade arbitrária. A união entre homens dirigida predominantemente pela vontade arbitrária por sua vez seria a origem da *sociedade (gesellschaft)*.

Em termos espaciais a sociedade se impõe à comunidade da mesma forma que ocorre a submissão do campo ou da pequena cidade pela dinâmica da vida metropolitana. Tal fenômeno pode também ser traduzido como enfraquecimento das relações mediadas pela consanguinidade, pelos costumes e pela tradição por aquelas mediadas pela razão, o cálculo e o interesse.

Nesses termos Tönnies (1963) formulou sua teoria da sociedade. Se na comunidade os homens permanecem unidos apesar de todas as separações, na sociedade permaneceriam separados não obstante todas as uniões. Cada vontade seria reconhecida socialmente como unidade subjetiva moralmente autônoma, independente e auto-suficiente, estando para si em um estado permanente de tensão com as demais, sendo as intromissões de outras vontades na maioria das vezes aludida como ato de hostilidade. A característica dessa sociabilidade é a existências de contratos. É dada fundamentalmente pelo registro dos efeitos do comércio como ocupação econômica de maior peso e visibilidade sócio-cultural. Por trás da aparência de disposição para a vida comum e igualdade, o que valem são os interesses pessoais (TÖNNIES, 1963).

Então, na modernidade, experimentamos a sobreposição das noções de individualismo e interesse às de comunidade e afeto. Os efeitos colaterais são a solidão, o isolamento individual, o medo, a competitividade (BAUMAN, 2009). Qualquer tipo de união nasce agora de um acordo e necessita de renovação perene, pois as muitas possibilidades disponíveis levam à necessidade diária de se fazer novas escolhas, de discussão, de consenso (BAUMAN, 2003).

Mas a noção ideal, utópica de comunidade em que persiste a segurança e a união verdadeira e o sentimento de conforto e bem-estar que sua ideia proporciona, em vez de esmorecer em contraste com as falsas comunidades existentes, se fortalece. A comunidade verdadeira é para o indivíduo moderno o “paraíso perdido”.

Contudo, Bauman (2003) diz que para remontar a vinculação verdadeira, visceral, existente nas comunidades tradicionais em tempos modernos seriam necessárias

verdadeiras prisões, pois a manutenção delas nos exigiria o fechamento e, conseqüentemente, o alto preço da liberdade, da autonomia e da identidade individual.

Isto porque as identidades individuais, tão visadas na modernidade, proclamam o destaque para o indivíduo em sua autenticidade em lugar da mesmidade e da identidade coletiva. Cada um de nós quer e precisa brilhar, aparecer em meio à multidão. Mas daí nasce também o sentimento de “estar só em meio à multidão”. Isso explica a importância de se formarem as “comunidades modernas” ou, como define Bauman (2003), “comunidades cabide”, sem núcleo estável, mas em que algumas semelhanças vinculantes possibilitem a união superficial e momentânea e apaziguem o sentimento de solidão.

Porém, a ideia original de comunidade é totalmente degradada nessas “comunidades modernas”, que surgem como uma manifestação e uma confirmação da autonomia individual. Segundo MAKIUCHI (2005, p. 41):

Essa postura preponderantemente individualista corrompe a própria idéia de cidadania, pois inviabiliza o surgimento de verdadeiras causas comuns e em seu lugar encontramos causas individuais semelhantes que são agremiadas num mesmo grupo de interesse, numa espécie de ação corporativa. Enquanto que ao cidadão relacionamos o bem individual através do bem comum, ao indivíduo relacionamos o bem individual obtido solitariamente.

Existe ainda outro contrassenso, pois, enquanto de um lado as comunidades “modernas” se multiplicam na era da globalização, do outro as fronteiras entre pessoas e nações crescem e se fortalecem (BAUMAN, 2003). Crescem também as disparidades e a injustiça social, agravando a crise.

A utopia de uma nova forma de relacionamento social encarnada no sonho de comunidade, somada ao desconforto ocasionado pela crise, podem servir de força motriz à transição de paradigma.

E como visto, segundo Freire (1987) é da situação de opressão, da demanda dos “oprimidos” que vem o impulso para se libertarem. Na situação de carência existe terreno fértil para o afloramento de comunidades e redes fundadas em laços de solidariedade.

Mas à população que vive em condições de necessidade, homens e mulheres que nos últimos cinquenta anos têm sido chamados de carentes, oprimidos, marginalizados, excluídos e desnecessários, interessa outro tipo de comunidade, a *communitas* já definida, pois sabem que sozinhos pouco podem fazer (MAKIUCHI, 2005, p. 41).

Tönnies (1963) considera que o mesmo fenômeno que vincula a interação social do homem urbanizado ao interesse pessoal, mercantil e à vontade arbitrária também seria indissociável da emergência do anseio pela vida e pelo pensamento livres.

Apesar de todo um conjunto de transformações exposto e dos diversos contrapontos estabelecidos entre a vida tradicional comunal e a vida moderna societária, conforme as

categorias de comunidade e sociedade lançadas por Tönnies (1963), não se estabelece uma divisão rígida entre as formas de agregação humana. Acentua-se a preponderância e a hegemonia de certos padrões de sociabilidade nos modernos agrupamentos sociais, mas considera-se que certos padrões de sociabilidade comunitária continuam a existir na sociedade urbana e capitalista, marginal e residualmente. Esta perspectiva possibilita a articulação de sociabilidades híbridas.

Assim, na formatação de outros modelos de relacionamento social que não sejam marcados exclusivamente pela autonomia e auto-suficiência está a resposta à tensão entre individualismo e comunidade. Comunidade essa, referida por Makiuchi (2005) como *communitas*, ressurgente então como possibilidade real de romper um ciclo de dominação sociopolítica e econômica no qual vive grande parte da população mundial.

Segundo essa perspectiva, seria possível vivenciar uma comunidade contemporânea baseada na ética, em compromissos em longo prazo, direitos inalienáveis, obrigações inabaláveis, que pudesse ser variável no planejamento do futuro? (BAUMAN, 2003).

Makiuchi (2005) aponta essa perspectiva transformadora das redes solidárias ao enfatizar seu caráter comunitário, balizado em vínculos de responsabilidade e pertencimento, apresentando-se como contraponto às relações sociais da modernidade contemporânea.

Na tentativa de responder ao anseio de se criar comunidades com vínculos fortes, a própria noção de vinculação é analisada.

1.3.1 AFETO, DIÁLOGO E APRENDIZAGEM NA COMUNIDADE

Maturana (2005) afirma que são as emoções que geram os diferentes arranjos entre os indivíduos, seja a vida em união, seja em separatividade. Ele afirma que para a consolidação de um modo de vida baseado no “estar junto”, uma emoção fundadora particular é necessária, a que denomina de emoção “de vida”: o amor. As interações recorrentes no amor ampliam a convivência. O amor leva à união, à aceitação e ao respeito pelo outro.

Por outro lado, as interações recorrentes na “emoção de morte”, a rejeição, geram separação, agressão e restringem a convivência. A desunião, que impede a formação de vínculos, surge da intensificação da emoção de rejeição. Isto é, a separatividade vem da negação do outro em sua legitimidade (MATURANA, 2005).

Maturana (2005) conclui que sem amor, sem aceitação do outro na convivência, não há fenômeno social, não podendo haver, portanto, comunidade ou qualquer fenômeno social agregador. É a emoção de vida que abre um espaço de interação com o outro, no qual a

sua presença é legítima, sem exigências. Em sua ausência, rompem-se os laços entre os indivíduos. Marx (*apud* GUARESCHI, 1999), por sua vez fala de comunidades onde “todos são chamados pelo nome”, isto é, todos possuem identidade individual e, ao mesmo tempo, têm o direito de se manifestar no grupo. Assim, para existência de um arranjo social que possa receber o nome de comunidade e que esteja fundada no amor e na aceitação do outro, é necessário considerar também as noções de individualidade e de alteridade.

Segundo Bauman (2009), individualidade vem da noção de indivisibilidade, sendo o indivíduo a menor parte, indivisível, que compõe a sociedade. Nas comunidades tradicionais a individualidade marcada pela noção de separação e diferenciação entre os indivíduos era inexistente. Hoje a contradição inerente à busca pela individualidade é a obrigatoriedade dessa busca. Ninguém escapa de ser um indivíduo. Entretanto, isso acarreta que todos são indivíduos e, portanto, fazem parte de uma mesmidade, sendo ainda privados da possibilidade de não fazer (BAUMAN, 2009).

Na atual modernidade ser indivíduo significa viver o fatalismo de sua identidade nunca terminada e viver isso em permanente antagonismo à sociedade. A este indivíduo não é dada escolha: seu sentido é o de resolver sozinho os desafios que a vida apresenta. A mídia e os livros de “auto-ajuda” colaboram muito na disseminação desse modo de viver e estar no mundo (MAKIUCHI, 2005, p. 41).

Já alteridade parte de outra lógica, que Makiuchi (2005) explicita ao contrapor os conceitos de diferença e diversidade. A diferença é a negação do outro e ao mesmo tempo a equiparação do outro ao mesmo. Isto porque todos somos diferentes dentro de um padrão comum. Existe uma gama de diferenças aceitas e preconcebidas a qual precisamos ajustar as nossas particularidades. Afirmando nossas diferenças nos tornamos, todavia, iguais em nossa separação, em nossa negação do outro como outro, imprevisível, como alteridade.

A alteridade está então ligada à ideia de diversidade. O diverso não está contido no mesmo, num rol predefinido de opções. A diversidade prevê o distinto, o que não é comum. Está ligada ao uma noção ética e amorosa de que o outro é indecifrável, é um mistério que não pode ser desvendado ou mesmo possuído. O outro é de fato algo para além do eu, que eu não posso compreender a priori. Ao outro não me cabe conhecer, sequer assaltar a sua verdade. Por ética, o outro revelar-se-á a mim conforme a sua vontade e liberdade. E eu devo olhá-lo, conhecê-lo a partir de sua verdade, da surpresa e da imprevisibilidade que se apresenta a mim pela sua presença, pelo seu rosto. Nesta disposição de acolher está o amor, o sentimento vinculante (MAKIUCHI, 2005). Assim, a alteridade, como distinção, diversidade, é necessária para o resgate das relações de comunidade.

Apenas considerando o outro enquanto diverso posso iniciar com ele um diálogo. Apenas enquanto alteridade posso criar limites para acolher o outro como algo além de mim. Apenas acolhendo o outro podemos entrar em comunhão e tecer, enfim, laços de

comunidade. O sentido vinculante, o propósito e os valores compartilhados acima descritos são agora sentidos e construídos a partir da alteridade. É possível, então, formar uma *communitas*, uma unidade de muitos.

Isto porque a unidade aqui não significa mais homogeneização, nem uma harmonia absoluta. A comunidade, que é possível na modernidade, não pode basear-se na mesmidade. É um espaço onde a união nasce do diálogo, mas onde também existe o conflito de interesses.

[...] um grupo de indivíduos que se junta, sob ideais comuns, num coletivo cuja estrutura organizativa recria a relação espaço-tempo moderna de tal forma que seja possível o espaço-tempo para o encontro dialógico com o outro - condição de possibilidade para a afirmação da pessoa (Makiuchi, 2005, p. 42).

Assim a comunidade pode ser descrita como esse grupo de indivíduos reunidos em um coletivo para poderem ser pessoas e viver sob ideais comuns, em relação dialógica com o outro (MAKIUCHI, 2005).

Freire (1987), ao conceituar diálogo, afirma ser um ato de compartilhamento, de doação, de amor aos homens/mulheres, de amor ao mundo. Para ele, na noção de diálogo estão implícitas as ideias de comunicação e educação, em seus sentidos transformadores, emancipatórios e recíprocos. O conceito de diálogo será melhor abordado no capítulo dois, ao falarmos de comunicação. É importante frisar, por enquanto, a importância do diálogo, como condição de possibilidade para a construção de redes solidárias.

Como exposto, os princípios cooperativos, subjacentes às comunidades, podem ser resgatados e reinterpretados com a perspectiva de formação de redes sociais solidárias balizadas em vínculos de responsabilidade e pertencimento, como contraponto às relações sociais da modernidade contemporânea (MAKIUCHI, 2005).

O diálogo assume papel preponderante na formação de tais redes solidárias “comunitárias”.

Nestes processos, voltados ao fortalecimento de redes sociais de educação e meio ambiente, gestores e educadores necessitam operacionalizar as condições de possibilidade para que surjam espaços de diálogo e de acolhimento de outrem que permitam o empoderamento popular por meio da tessitura de relações sociais não hierarquizadas. Nestes espaços a política e a mediação de conflitos são compreendidas como mediações para a justiça, para com o outro e para com o ambiente (MAKIUCHI, 2005, p. 6).

Nesse sentido as redes sociais solidárias podem ser vistas sob diversos aspectos, como comunidades em que o diálogo é o elemento vinculante e mantenedor, a aprendizagem é circular, há ética, os propósitos são cocriados e as ações desenvolvidas em um exercício de cooperação e pactuação contínuos.

Dessa maneira, as redes retomam e revigoram o sentido de comunidade, pois a busca nas redes solidárias não é pela mesmidade, pelo consenso tácito, pela padronização comportamental da comunidade tradicional. A busca é por liberdade, vinculação, propósitos e uma práxis emancipatória e revolucionária. Isso implica em uma forma diferenciada de lidar com o conhecimento.

Segundo Makiuchi (2005, p. 14):

Nas redes solidárias, devido a seu caráter não hierárquico e descentralizado, a articulação dos saberes e dos conhecimentos é condição necessária para a gestão partilhada. Nesse sentido, ao fazerem isso, as redes solidárias operacionalizam as condições de possibilidade para que ocorra a dissolução da assimetria do poder - expressa no domínio que um indivíduo exerce sobre o outro em função dos saberes envolvidos - contribuindo na promoção da possibilidade de uma nova qualidade de relação social que aponte para a justiça social.

Assim, o conceito de comunidade de aprendizagem também guarda conexão com a articulação em rede solidária. As comunidades de aprendizagem tiveram inspiração em movimentos sociais da América do Sul e depois se expandiram ganhando projeção mundial. O conceito de comunidades de aprendizagem (C.A.) foi aplicado na década de 80 nos Unidos e na Espanha, com intuito de promover a interação entre escola e família, fortalecer a proposta de educação escolar em grupos social e culturalmente discriminados. Na década de 1990, o termo passou também a ser usado para espaços de aprendizado comum na internet (MELLO, 2005).

Segundo Torres (2002-2003 *apud* Mello, 2005), construir uma comunidade de aprendizagem implica rever a distinção convencional entre escola e comunidade, entre educação formal, não-formal e informal, assim como os modos de conceber e consolidar os vínculos entre elas.

As experiências de desenvolvimento de C. A. requerem adaptação às peculiaridades de cada contexto e a adoção de uma visão integral e sistêmica do processo educativo centrado na aprendizagem e na cultura, em sentido amplo (MELLO, 2005). Na prática, as comunidades de aprendizagem configuram-se como uma reunião de pessoas (jovens, adultos e crianças) a partir de um projeto educativo próprio. Visam educarem a si mesmas, por esforço endógeno, cooperativo e solidário e baseiam-se em diagnóstico de forças para superar carências detectadas.

A expansão atual das comunidades de aprendizagem deve-se à globalização e também a sua tendência oposta, a localização, ambas vivenciadas na atualidade. Tais tendências, principalmente a globalização, levam à revalorização e ao desenvolvimento do vínculo comunitário. Além destes, outros fatores que contribuem para o surgimento dessas comunidades são: a descentralização de papéis sociais; as alianças entre setores; a

ampliação da participação cidadã no âmbito educativo; as modernas tecnologias de informação; o enfoque na experimentação e na diversidade de modelos educativos; a necessidade de mudança no sistema escolar.

As comunidades de aprendizagem são voltadas tanto à educação escolar, quanto a não escolar, aos recursos reais e virtuais, ao âmbito territorial e ao virtual. Assim como as práticas de educação popular, que lhes serviram de inspiração, as C.A. estão ligadas à proposta de política educativa, centrada no protagonismo do cidadão, em estratégias de transformação cultural local e na busca de desenvolvimento humano. O aprendizado nas C.A. é dialógico, pois todos aprendem como pares (educadores-educandos). Respeita-se, contudo, as formas diversificadas de se aprender. Há ainda o enfoque sistêmico, que olha para as articulações entre os diversos níveis de gestão e ação que influenciam e são influenciados pela educação (intervenção sistêmica) (TORRES, 2001)

A comunidade de aprendizagem, portanto, não é o resultado direto das intervenções isoladas, ou mesmo de sua articulação. Implica a construção de planos educativos territorializados e também o enfoque na continuidade e sustentabilidade de esforços na qualidade dos processos e no uso eficiente dos recursos. A visão da educação é sistêmica e unificada, as diversas esferas estão articuladas por alianças e planos interinstitucionais, formado uma rede de inovações e instituições para educação. Sob essa perspectiva, todo o projeto educativo é comunitário, com objetivo de desenvolver uma aprendizagem permanente, integrada e sustentável (TORRES, 2001).

É importante falar também, mais especificamente, sobre aplicação do conceito de comunidades de aprendizagem ao ambiente virtual. Conectadas pela rede virtual, as pessoas aprendem de forma flexível, participando de grupos de interesse mediados por ferramentas como listas de discussão, fóruns e de programas de comunicação instantânea, assim como pesquisando em portais e sítios de compartilhamento de arquivos.

Mas constituir uma comunidade de aprendizagem, seja presencial, seja virtual, implica em compromissos constantes, em sair do isolamento e experimentar modelos centrados nas pessoas e na aprendizagem flexível individual e grupal. A educação à distância (EAD) e em rede contribui para superar a imagem de individualismo, do aluno solitário em um mundo virtual, distante dos outros.

A internet possibilita o acesso aos conteúdos aliado com a interação; combina acesso ao saber e o aprendizado individual com as possibilidades de conexão, de tirar dúvidas e de trocar resultados. Mas, mostra-se fundamental o papel do professor, orientador ou moderador na criação de laços afetivos para evitar a evasão. (MORAN, 2011). Isso reforça que mesmo em ambiente virtual, o foco da interação permanece no diálogo e na educação de caráter humanizador. E, no caso das redes sociais, ressalta-se que este papel de

estímulo à vinculação pode e deve ser exercido por muitos, senão todos, garantindo a coesão do grupo em torno de propósitos, objetivos e ações comuns.

Assim, após apreender conceitos relativos à modernidade líquida, ao paradigma moderno, contrapor e relacionar individualismo, sociedade e comunidade, bem como abordar aspectos fundamentais à construção de comunidades solidárias, como o amor e o diálogo, continuamos pela trilha que desvela o saber teórico a fim de entender os princípios das redes que lhes conferem suas características básicas.

No capítulo seguinte serão abordados princípios organizacionais e funcionais das redes solidárias, como seu potencial libertador e ao mesmo tempo vinculante. Também será abordada a perspectiva da comunicação enquanto diálogo, condição inerente às redes solidárias adotada como estratégia pedagógica para formação destas na contemporaneidade.

CAPÍTULO 2 AS REDES SOCIAIS SOLIDÁRIAS E A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA

Baumgarten (2008) e Mance (2002) consideram que os conhecimentos relacionados à emergência de redes estão diretamente ligados à transição da lógica capitalista para a das redes, sendo estas as marcas de inovação no novo paradigma. Tais estudos, bem como práticas relativas à formação de redes sociais, se estruturam e fortalecem guardando relação com áreas diversas do saber científico e popular.

Esse novo campo de estudos é interdisciplinar (KUHN, 2003), marcado pela interdisciplinaridade (SACHS, 2000) e possibilita a leitura de facetas múltiplas da realidade. Iniciamos o desenvolvimento de alguns conceitos referentes à teoria das redes no capítulo anterior a partir do levantamento do quadro epistemológico que embasa o paradigma complexo, a teoria sistêmica, e a análise das relações humana na modernidade líquida.

A partir da análise das relações contemporâneas, sobretudo da ânsia pelo resgate de sentidos partilhados, de comunhão e de diálogo, introduzimos as bases para as relações comunitárias, marcadas pelo afeto, compartilhamento e confiança. Por fim, chegamos ao potencial transformador, social e político das redes solidárias, que são espaços de emergência das comunidades (MAKIUCHI, 2005).

No entanto, os estudos sobre redes foram desenvolvidos em múltiplos campos do saber, para além da abordagem das ciências humanas (sociologia, psicologia, economia, comunicação etc.) e tiveram muitos de seus fundamentos desenvolvidos no âmbito das ciências naturais e exatas (biologia, física, matemática, química, cibernética, cognição, cibernética, etc.) (MARTINHO, 2004; CAPRA, 2002).

Adentrar pela teoria científica, que culmina na concepção de redes sociais como campo interdisciplinar de estudos construído pelo cruzamento de saberes diversos, nos auxiliará a compreender melhor a proposta desta pesquisa.

2.1 OS ESTUDOS DA VIDA E AS REDES

Parte do conhecimento acumulado acerca das redes sociais vem do arcabouço teórico desenvolvido no campo dos estudos da vida (MORAES, 2004).

Onde quer que encontremos sistemas vivos, organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos – podemos observar que seus componentes estão arrançados à maneira de rede. (...) o padrão da vida, poderíamos dizer, é um padrão em rede (CAPRA, 2002).

Moraes (2004) define o campo de estudos que engloba as redes como nova biologia. O neurobiólogo Humberto Maturana é um dos principais contribuintes desse campo.

Maturana & Varela (2001) afirmam que os sistemas vivos “são máquinas moleculares que operam como redes de produções [...], tais que as moléculas produzidas através de suas interações produzem a mesma rede molecular que as produziu” (MATURANA & VARELA, 2001, p. 175).

A característica-chave de uma rede viva é a autopoiese, a capacidade de reproduzir continuamente a si mesma. Isso implica numa estreita ligação entre a estrutura (forma, materialidade), o padrão de organização e o processo contínuo de autorreprodução de um ser vivo. A contínua recriação também inclui a capacidade de formar novos padrões de comportamento e estruturas, a bem dizer, inclui a novidade, o desenvolvimento e a evolução (MATURANA & VARELA, 2001; MORAES, 2004).

Outra característica dos sistemas autopoieticos é que são autônomos sem serem isolados. Em termos científicos, isto significa que o sistema vivo é organizacionalmente fechado, contudo aberto a fluxos de matéria e energia. Esse fechamento implica em um sistema auto-organizador, isto é, sua ordem e seu comportamento não são impostos pelo ambiente externo, mas estabelecidos pelo próprio sistema (MATURANA & VARELA, 2001).

Por fim, uma rede autopoietica não é um conjunto de relações entre componentes estáticos do sistema, porém, sim, um conjunto de relações entre os processos de produção de componentes de um sistema. Maturana & Varela (2001) veem nesta distinção uma chave para discernir entre os processos puramente físicos e os biológicos.

A escola de pensamento, fundada pelo sociólogo Niklas Luhmann (1990 *apud* Capra, 2003) vai além e aplica as noções de rede e de autopoiese ao domínio social. Na mesma linha, Mance (2002) observa que as redes de colaboração solidária comportam-se em muitos aspectos tal como as redes autopoieticas supracitadas: são mediadas por fluxos, conexões que permitem sua auto-organização e autorreprodução (MANCE, 2002). Castells (1999) define que “uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio” (CASTELLS, 1999, p. 499).

Passamos da metáfora da máquina, empregada amplamente para referir-se à sociedade na era industrial, para o desenho da rede, cada vez mais utilizado na contemporaneidade para designar sistemas sociais que contêm uma grande quantidade de indivíduos, muitas vezes dispersos espacialmente, mas que mantêm ligações entre si. (MARTINHO, 2004). No entanto, essa ideia pode abranger uma infinidade de “redes” que não se qualificam como redes *sociais*, quanto menos, como redes sociais solidárias. Martinho (2004, p. 85) alerta:

Quando tudo indiscriminadamente torna-se rede, essa vigorosa idéia-força perde o brilho e poder explicativo e, o que é pior, deixa de ostentar algumas de suas características mais preciosas: seu poder criador e seu caráter

libertador. Quando tudo é rede, estruturas velhas e novas, modos convencionais e inovadores de fazer, estratégias de opressão e estratégias de libertação confundem-se sob uma pretensa mesma aparência. Se não puder estabelecer algumas distinções, o conceito de rede deixa de ter sentido e passa a não servir para nada.

Assim, é importante estabelecer diferenciação entre o uso comum do termo rede social, atualmente empregado para falar das novas ferramentas de comunicação, as mídias sociais como o ORKUT, o Facebook e tantas outras plataformas acessíveis pela internet e a forma como se emprega o termo na teoria das redes. As redes sociais, como conceito utilizado em diferentes campos do saber científico, têm características específicas, sobretudo quando se tratam de “redes de colaboração solidária”, nas palavras de Euclides André Mance (2002, p. 52). Usarei ambos os termos, redes sociais e redes solidárias para falar do mesmo conceito, de um modelo de organização social baseado em relações horizontais, conexões e fluxos estabelecidos entre **pessoas**. Começarei descrevendo suas principais especificidades.

2.1.1 REDES SOCIAIS: PRINCÍPIOS E DINÂMICAS

“O mundo humano é uma complexificação, em novos níveis organizativos, dos fenômenos básicos da vida” (MOURÃO, 2005).

Após essa breve excursão pelo conceito de redes formulado no âmbito da biologia e da neurociência por Maturana & Varela (2001) e Varela (1980 *apud* CAPRA, 2002), chega-se ao conceito de redes aplicado ao campo social, desenvolvido por Martinho (2004), Mance (2002), Castells (1999), Luhmann (1990) dentre outros autores.

Destacarei o caráter libertário e democrático, a configuração das redes por conexões e fluxos e as propriedades inerentes a esse modelo organizativo aberto e dinâmico. Então entraremos com mais detalhes na comunicação desenvolvida nas redes solidárias, elemento central desta pesquisa.

2.1.1.1 Caráter libertário

A expansão das liberdades, públicas e privadas, é um dos princípios fundamentais que regem as redes solidárias (MANCE, 2002). E é por meio da práxis (ação e reflexão) coletiva, quer dizer, do diálogo, que se dá essa expansão (FREIRE, 1987). Quando cada indivíduo gera conhecimento, alinhado com a rede, leva à libertação de todos e renasce o significado da partilha, da vida em comunidade. Isto, claro, sem prescindir à subjetividade e ao respeito à alteridade, como abordado no capítulo um.

A estratégia de organização de redes de colaboração solidária tem sua origem nas práticas dos oprimidos e dos solidários a estes, que trabalham pela libertação e pela

conquista dos justos anseios dos primeiros. Mas a libertação almejada por aqueles que se organizam em redes não é restrita ao campo econômico ou a determinado grupo social. Volta-se, pois, a todos os seres humanos.

A rede de colaboração solidária afirma-se no sentido da consciência humana. Nela, a vida é partilhada culturalmente, politicamente e mesmo economicamente. Há a expressão da subjetividade no sentido transformador e libertador. É um ambiente onde podemos renascer a cada dia como outros porque a abertura ao diferente nos renova quando somos desejados em nossa liberdade (MANCE, 2002, p. 27).

2.1.1.2 Conexões e fluxos

As redes solidárias são configuradas de forma a ampliar as liberdades e também a garantir o bem-viver. Essa configuração possui elementos e propriedades que possibilitam o alcance desses propósitos e que podem ser observados, por exemplo, nas redes de economia solidária. Dois elementos fundamentais nessas redes são as conexões e os fluxos.

As conexões entre as células² da rede possibilitam a coordenação de ações, a nutrição, o crescimento conjunto, o desencadeamento, a dinamização e o equilíbrio dos processos entre as células e dentro das mesmas. Por meio das conexões são estabelecidos fluxos de matéria, informações e valores necessários à autopoiese da rede social. O volume e a diversidade desses fluxos precisam ser regulados de acordo com a demanda, viabilizando o funcionamento orgânico das células e mantendo o equilíbrio da rede.

Mance (2002) rejeita a compreensão da rede como uma estrutura, pois firma que a rede constitui-se de conexões e fluxos que levam, sim, a estruturas para o melhor funcionamento do conjunto. Esse processo requer uma reorganização constante, em função do dinamismo e da complexidade. As conexões e os fluxos permitem que as redes deem conta de integrar as singularidades, desencadeadas pelo Intercâmbio das diversidades existentes ou geradas pela própria rede (MANCE, 2002).

2.1.1.3 Comunhão de propósitos e partilha

As redes, segundo Martinho (2004), podem ser vistas como estruturas informais e invisíveis até que sejam acionadas. Quando existe uma “missão a cumprir” elas se tornam produtivas, pois as conexões necessárias são acionadas para a realização de atividades. Segundo o autor “Acionar a rede é colocar comunidades em ação” (p. 71).

² As células são, segundo Mance (2002), as unidades fundamentais das redes a que Martinho (2004) denomina de pontos ou nós da rede. Ambas as terminologias serão adotadas.

Além de ações partilhadas é fundamental na dinâmica das redes, a coesão de objetivos e valores entre os membros. Isto porque o autogoverno só é possível no âmbito do que Martinho (2004) define como comunidade de propósito, isto é, um grupo movido por um objetivo comum. A adesão voluntária e o estabelecimento de laços em uma rede são possíveis devido à existência de um motivo que reúna expectativas e investimentos de cada integrante e do grupo.

Participar de uma rede implica, portanto, compartilhar os mesmos propósitos e os mesmos valores comungados pelos demais integrantes da rede. Daí, mais uma vez, surge com ênfase a idéia de comunidade (MARTINHO, 2004, p. 50).

Observa-se, no entanto que princípios das redes, como descentralização, liberdade e autonomia não correspondem à ausência de regras, muito pelo contrário. Dependem de pactos que possibilitem a coordenação de autonomias, garantindo ação coletiva e individualidade (MARTINHO, 2004). Isto quer dizer que as redes dependem de uma gestão democrática, que tem como fator preponderante o diálogo.

2.1.1.4 Gestão democrática

O conjunto de propriedades estudadas leva a outra importante característica das redes: a gestão democrática. Esta é a melhor forma de gerir uma rede que depende da colaboração solidária, que supõe adesão voluntária e participação livre. Além disso, esta forma de trabalho supõe também descentralização, gestão participativa e regionalização (organização em instâncias democráticas) (MANCCE, 2002).

O aspecto mais evidente da gestão democrática refere-se aos mecanismos de resolução de conflitos, de construção coletiva, de consensos e de decisão compartilhada.

Não haveria outro modelo possível de tomada de decisão numa rede. E é por meio da via democrática, e também múltipla, de co-ordenação e co-decisão, que a rede “controla” as ações que realiza (MARTINHO, 2004, p. 49).

Em muitos casos, entretanto, ocorre a prática de governabilidade difusa que desobriga os nós da constante consulta ao grupo. O pacto inicial orienta as ações da rede e serve de parâmetro para as ações e decisões, evitando a necessidade de posturas coercitivas.

2.1.1.5 Propriedades da rede

Há um conjunto de propriedades das redes que facilitam sua compreensão. Elas foram exploradas por Mancce (2002) no âmbito das redes de economia solidária e serão explicitadas aqui apenas as características que podem ser aplicadas a quaisquer redes:

- **Autopoiese** capacidade das redes de gerarem a si próprias, em termos de estrutura, fluxos e dinâmicas (modos de funcionamento).
- **Intensividade** qualidade de envolver o maior número de pessoas quanto possível.
- **Extensividade** capacidade de gerar novas células em regiões distantes, sem perder a conexão e os fluxos que lhes garantem a sustentabilidade.
- **Diversidade** qualidade de atender da melhor forma às diversas necessidades e demandas das demais células por meio dos fluxos dentro da própria rede.
- **Integralidade** cada célula, por meio da rede, está conectada às demais e sendo afetada por elas, o que leva à necessidade de um crescimento orgânico e sustentável.
- **Realimentação** um produto, mensagem ou influência podem viajar por um caminho cíclico e gerar um laço de realimentação. Cada célula demanda fluxos de outras. Quanto maior o número de células com maior intensividade, maior será a realimentação na rede.
- **Fluxo de informação** todo conhecimento gerado na rede está disponível para qualquer célula, permitindo a replicação de experiências.
- **Agregação** redes locais podem se integrar em redes regionais, que por sua vez podem se integrar em redes nacionais, globais etc. Dessa maneira as redes se fortalecem e amplia-se a diversidade, a extensividade e a intensividade.

Martinho (2004) também cita propriedades das redes, que associa à morfologia e à dinâmica desse tipo de organização social. Dentre elas, as mais importantes para a contextualização do presente estudo são:

- **Abertura** a rede social é um sistema aberto, isto é, não se pode dimensionar seus limites. Isso reforça as possibilidades de conexão (chamadas por Matinho de conectividade) e a não-linearidade. Também coincide com o caráter voluntário das redes, pois a abertura possibilita tanto a integração de novos membros e células quanto sua saída.
- **Não linearidade** a rede se estende a todas as direções, o que pode gerar também laços de realimentação.
- **Autorregulação e auto-organização** proporcionadas pela circulação não-linear da informação, que acarreta processos de aprendizagem circular. A rede pode perceber e corrigir seus próprios erros.

- **Descentralização** as redes funcionam como organizações horizontais e, por isso, não têm centro nem hierarquia. O poder, as informações e as atividades são distribuídos. A descentralização pressupõe a autonomia, o respeito às liberdades, a liderança compartilhada, a pactuação e a democracia. A descentralização é observada, sobretudo, em redes informais, não institucionais e solidárias (MARTINHO, 2004; MANCE, 2002).

O papel da comunicação nas redes também é peculiar. As redes chegam à teoria social quando se compreende que o fluxo que as mantém vivas na sociedade é a informação. Por isso o papel da comunicação nas redes merece destaque quando falamos de constituição de redes solidárias. E também vale especificar a qual ‘comunicação’ nos referimos quando falamos em redes democráticas.

2.2 COMUNICAÇÃO E INTERFACES COM AS REDES SOCIAIS

A comunicação é um elemento central nas redes sociais. Niklas Luhmann (1990 *apud* CAPRA, 2003), o precursor da escola teórica que transpôs o conceito de autopoiese para as ciências sociais, define que:

Os sistemas sociais usam a comunicação como seu modo particular de reprodução autopoietica. Seus elementos são comunicações produzidas e reproduzidas de modo recorrente (recursively) por uma rede de comunicações, e que não podem existir fora de tal rede (LUHMANN, 1990 *apud* CAPRA; 2003, p. 94).

Martinho (2004, p. 66) afirma que “Uma rede é uma forma organizacional definida pela comunicação, ela é uma estrutura de comunicação”. Logo a dinâmica das redes consiste na circulação de informação e na troca de saberes entre diversas instâncias da sociedade, como entre pesquisadores das universidades e demais geradores de conhecimento (BAUMGARTEN, 2008). A comunicação, “a ação de tornar comum”, propicia o diálogo entre caminhos diversos promovendo a articulação social (BATISTA, 2007). Estabelecer conexões dentro de uma rede nada mais é do que estabelecer vias de comunicação nas quais são trocados, transformados e distribuídos sentidos (MARTINHO, 2004).

Além de servir como canal de conexão, a comunicação é o “alimento” das redes, pois é por meio dela que os significados, as regras, os valores comuns são criados e os objetivos definidos. É também por meio da comunicação que é possível a auto-organização e a autorregulação e o fluxo da informação na rede (MARTINHO, 2004). Mas, para haver comunicação efetiva e para que ela alimente a rede é preciso que haja acordos e significados compartilhados. Segundo Manuel Castells (1999, p. 49):

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou

seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho).

A comunicação na rede está relacionada também à mobilização dos interesses dos participantes, garantindo a efetivação e a continuidade das ações, considerando que mobilizar, segundo Bernardo Toro (1996) é “convocar voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados” (TORO, 1996, p. 26). Dentro desta definição, o autor considera quatro aspectos fundamentais à mobilização: 1) a liberdade; 2) a voluntariedade e a paixão que a desperta; 3) o propósito e a precisão; 4) a própria comunicação. Tais fatores são relevantes para mobilização em redes sociais estando afinados com os princípios desse tipo de organização.

Mas a comunicação, na modernidade, exerce fator central de mobilização, confluência e troca, não apenas nas redes, como também nas diversas formas de organização hierárquicas do mundo capitalista, fundadas no instrumentalismo e na lucratividade. Assim, é importante diferenciar o tipo de comunicação da experiência em rede solidária, pois esta é conceitual e empiricamente diversa da comunicação estratégica, unidirecional, voltada à reprodução do *status quo*. Para entender essa diferença, é importante entender o papel da comunicação na modernidade e, em seguida, de qual comunicação falamos quando falamos de comunicação em redes solidárias, como movimento alternativo e revolucionário.

2.2.1 COMUNICAÇÃO & VALORES MODERNOS

A modernidade trouxe a abertura das fronteiras e a comunicação teve papel crucial neste processo. Mundos fechados se abriram e foi instaurado o comércio, as trocas de serviços e de ideais expressos em artigos de arte, de literatura, em escritos científicos etc. “A abertura ao outro, condição da comunicação, encontrou no valor comunicacional as ferramentas simbólicas e culturais e finalmente técnicas que permitiram uma transformação” (WOLTON, 2004, p. 49).

O sucesso da comunicação hoje vem das técnicas que visam liberar o homem das condicionantes tempo e espaço e também permitem a amplificação da comunicação. Esta se tornou uma necessidade antropológica, o fundamento maior da modernidade, porque os mais valiosos atributos modernos liberdade, individualidade, direito à expressão, tecnicismo – estão presentes na comunicação. Assim, comunicação está no centro da sociedade ocidental e reforça cotidianamente seus valores.

Entretanto, tanto a liberdade quanto a igualdade são impossíveis sem uma comunicação diversa desta comunicação massiva. É necessária uma maneira de comunicar horizontal e emancipatoriamente, uma comunicação que se caracteriza por ser diálogo. Assim, entram em jogo, em disputa, os valores de uma comunicação voltada à

intercompreensão e à democracia *versus* os ideais de uma comunicação voltada às necessidades egocêntricas e aos interesses financeiros.

As técnicas contemporâneas de comunicação, por sua vez, são utilizadas e mediam a expressão dessas duas dimensões, misturando-as e tendo papel tanto na vida privada quanto na vida pública. De forma geral, clama-se o direito à comunicação. Mas este é muitas vezes expresso com foco na expressão narcísica e instrumental e não na expressão autêntica e libertadora (WOLTON, 2004) Essa expressão verdadeira da comunicação, sua dimensão dialógica, será objeto de estudo desta pesquisa, alinhada com os estudos de redes solidárias.

2.2.2 COMUNICAÇÃO ENQUANTO DIÁLOGO

O aprofundamento do conceito de diálogo que circunscreve a comunicação em um patamar diverso é fundamental para a compreensão da comunicação nas redes solidárias e da comunicação como fundamento para a expressão da democracia.

Quando falamos em comunicação, esta pode ter vários sentidos, assim como quando falamos em redes. Uma definição comum de comunicação é a ação de disponibilizar informações por meio de canais específicos para públicos diversos e, na maioria das vezes, previamente estabelecidos. Neste conceito amplo se insere o que podemos chamar de comunicação de massa, difundida amplamente no contexto capitalista, alimentada pela indústria cultural.

Segundo Silva (2009), esse “comunicar” massivo precisa ser diferenciado do ato de compartilhar e dialogar de forma humanizada. A primeira ‘comunicação’, de mão única, restringe-se a informar, depositar algo sobre alguém. A outra comunicação prevê a reciprocidade, mantendo o canal aberto para a resposta. Esta está alinhada com o sentido atribuído por Freire (1983) à ação de comunicar, que será utilizado nesta pesquisa, segundo o qual o que caracteriza a comunicação “é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1983, p.45).

Mas o que significa diálogo? Para Freire (1987), o diálogo enquanto fenômeno humano está fundado na palavra. Palavra esta que possui duas dimensões: ação e reflexão; e é, portanto, práxis: “a palavra verdadeira é transformar o mundo” (Freire, 1987, p. 77). Entendendo a palavra como cerne do diálogo, e como práxis, escapa-se ao mesmo tempo do discurso e do ativismo dicotomizados e, portanto vazios, seja de materialidade, seja de significado, que geram formas inautênticas de agir e pensar e levam à reprodução da matriz geradora “viciada”. Neste caminho, o diálogo, que visa à transformação da realidade em um sentido humanizador. Pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”, afirma Freire (1987, p. 44).

Soares (2000) afirma que “o homem é um ser de relação (...); não está apenas no mundo, mas com o mundo” (SOARES, 2000, p. 19). Portanto a comunicação aqui é entendida como essa relação dialógica (FREIRE, 1987), em que os homens se tornam homens e juntos recriam o mundo.

Se é dizendo a palavra com que, *pronunciando* o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isso o diálogo é uma exigência existencial. E se é ele o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos [...], não pode reduzir-se a um depositar de idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p. 45).

Compreendendo o poder contido no pronunciar-se, Freire (1987) lança as bases para a democratização do diálogo e para a educomunicação como formas de libertação e emancipação humanas quando afirma que:

Se dizer a palavra verdadeira é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isso ninguém pode dizer a palavra sozinho, ou dizê-la para outros, num ato de prescrição, como qual rouba a palavra dos demais” (FREIRE, 1987, p. 78).

Assim, atenta para a necessidade de devolução do “direito de dizer a palavra”, de comunicar-se, a todos, numa relação dialógica:

[O diálogo], porque é encontro dos homens que pronunciam o mundo, não deve ser doação do pronunciar de uns a outros. É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento que lance mão de um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, do mundo para a libertação dos homens (e mulheres)” (FREIRE, 1987, p. 79).

Para que haja diálogo é necessário ainda que os indivíduos compartilhem significados, isto é, um mesmo sistema de signos, um quadro significativo comum. Só assim, pode haver compreensão. A comunicação verdadeira está na coparticipação no ato de compreender a significação do significado. Esse aprendizado em comunhão, na relação, baseado na troca, é o próprio diálogo: “o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando na relação eu e tu” (FREIRE, 1987, p. 45).

Se não houver um profundo amor ao mundo e aos homens, não haverá diálogo. Este é também um ato de coragem, nunca de medo; pois é um compromisso entre os homens. Pressupõe a humildade, a horizontalidade e a interdependência porque no lugar de diálogo e de encontro não há ignorantes nem sábios absolutos, há homens que, em comunhão, buscam saber mais.

Outro elemento fundamental para o dialogo é a fé nos homens, a fé no potencial criativo e na realização das mudanças. Se esta fé for um dado a priori, instaurara-se também a confiança e os homens se tornam companheiros. Por fim, Freire (1987) associa o

diálogo à reflexão, ao pensar crítico, não ingênuo, que desvela a realidade, historicamente situada.

Assim, para que exista verdadeira comunicação e, portanto, diálogo, é preciso compromisso, partilha, troca, coragem, amor, confiança, humildade, fé e capacidade crítica. No presente trabalho, quando se fala em comunicação em rede, fala-se em diálogo. Quando menciono diálogo, estão implícitos os princípios e valores citados por Freire (1987) como pré-condições, bem como a reciprocidade, a relação, o compartilhamento, comunhão, coparticipação e educação em via de mão dupla.

Portanto a comunicação autêntica, sinônimo de diálogo, está fundada em princípios e valores, em uma ética de compartilhamento e não dominação. Afinal, em um processo realmente dialógico pode-se dizer que não há ganhadores ou perdedores, nem intenção de manipular, convencer, tirar vantagem. E o objetivo da comunicação, assim compreendida, é o humanismo.

Aqui fica mais clara a diferença entre a comunicação puramente estratégica, persuasiva e focada na disputa e em interesses egocêntricos e a comunicação dialógica, ética, centrada na interlocução, na horizontalidade, no reconhecimento de uma humanidade universal. Esta comunicação genuína é uma construção que leva a significados compartilhados. Para Silva (2009) a comunicação autêntica não é compatível com jogos, astúcia, confrontos, coerção ou estratégias de manipulação e sedução. Em um contexto de comunicação autêntica, não existem perdedores nem vencedores. O sucesso na comunicação é o sucesso com o outro, não o sucesso em detrimento de outro (SILVA, 2009).

De acordo com a hipótese aqui proposta, a comunicação verdadeira não pode existir sem ética. Uma comunicação perfeita seria capaz de ultrapassar o meramente instrumental, de favorecer a partilha descentralizada de significado e ação. Essa esfera comunicacional não está restrita ao significado cultural padronizado das coisas, pois está preocupada simultaneamente com a ação, com a reflexão (práxis) para uma transformação mundial na forma de compreender e realizar a comunicação. Essa mudança em prol da ética afetaria tudo e todos e exigiria a criação de uma nova cultura (SILVA, 2009) Teríamos, então, uma comunicação de natureza utópica, revolucionária que favoreceria a troca e a descentralização em prol da transformação do mundo. Seria uma comunicação a serviço do novo paradigma e alinhada com a emergência de redes solidárias.

Tal revolução, refletida na comunicação, é diversa das anteriores que, apesar de proclamarem valores universais, mantiveram-se atreladas aos limites e segregações, seja pela ótica dos estados nações e seus limites territoriais, respectivas línguas e culturas, seja pela vasta gama de hierarquizações e de valores preconcebidos. Caminha-se rumo ao

movimento de conectividade global, calcado no desenvolvimento de uma nova ética que vem após a ética comunitária tradicional e a ética dos Estados. Vem para suprir os anseios de construção da cultura emergente da contemporaneidade global e mesmo universal onde, para além das fronteiras, somos todos seres humanos em comunicação, em diálogo.

Essa integração é facilitada pelas novas tecnologias que possibilitam a difusão de informações e, sobretudo, o diálogo intersubjetivo e político. Se, por um lado, a política continua a ser fator de diferença, rejeição e exclusão, as mesmas condições tecnológicas onde se desenvolvem os conflitos oferecem contextos totalmente novos no campo da intersubjetividade e, conseqüentemente, do diálogo. Portanto, o novo paradigma de comunicação já foi posto em movimento, pois o 'portão virtual' do diálogo já está aberto, afirma Silva (2009).

Porém, esses avanços e transformações culturais ocorrem primeiro no campo simbólico e retórico discursivo antes de se tornarem concretos. Num segundo momento, a partir de uma perspectiva crítica pode então surgir uma nova prática perante o mundo. Silva (2009) chega a uma conclusão sobre a comunicação que vai ao encontro da constatação de Freire (1987) sobre o diálogo. Enquanto este não pode existir sem amor, aquela, sua irmã, de mesmo significado, não pode existir sem a ética, pressuposto da humanidade que superou o estágio de barbárie. Assim temos o potencial de cocriação de um mundo onde um sujeito pode ser visto como uma imagem refletida do outro.

A comunicação é a partilha de responsabilidades conjuntas da humanidade e para com a humanidade. É um sonho de uma sociedade que é mais do que global, que é universal, em termos de partilha equitativa das maravilhas que os seres humanos são capazes de produzir e cujos primeiros sinais estão aparecendo (SILVA, 2009).

Segundo Wolton (2004), a comunicação dialógica é fundamental para o futuro das sociedades democráticas, assim como teria sido há 40 anos o reconhecimento da ideologia defendida pelos ecologistas e o reconhecimento do conflito entre a industrialização sem freios e a conservação da natureza. Assim, a comunicação não é perversão da democracia; é, antes, sua condição de funcionamento. Ela possibilita a aproximação dos cidadãos dos centros de decisão política, a ampliação da informação, da compreensão do mundo, e da democratização dos próprios valores da comunicação. É "o único meio de gestão das sociedades complexas", pois possibilita a "redução da distância entre dirigentes e dirigidos" diz Wolton (2004, p. 198).

A comunicação virtual, nesse contexto, não resolve a experiência das 'solidões organizadas', isto é, do isolamento e da alienação experimentados na era da internet. Mas apresenta uma solução parcial, pois evita um distanciamento ainda maior entre o indivíduo e a sociedade, minimizando a apartação do mundo. Contudo, é preciso atentar para o

conteúdo e a fonte da informação veiculada em meio virtual. A discrepância experimentada entre as formas e usos da comunicação interpessoal e da comunicação virtual merecem atenção.

Apesar da compreensão da importância do diálogo, instaurado face a face, a relação direta tem mais riscos que aquela à distância, pois de uma forma geral na modernidade 'líquida' suporta-se pouco as dificuldades do diálogo interpessoal. Porém, é importante lembrar que "a eficácia das técnicas" não garante uma comunicação melhor. Apesar de a comunicação intersubjetiva continuar a ser a mais difícil, incerta, complexa e polissêmica, esta continua a ser a mais próxima da troca e da partilha.

Por outro lado, a comunicação mediática não pode ser mais dispensada. Ela é essencial à coesão do grupo e da comunidade modernos. A comunicação via internet é, de longe, a mais eficaz do ponto de vista técnico. Por isso guarda em si um grande potencial: quanto mais eficiente for a comunicação técnica, mais eficaz poderá ser a comunicação humana. Só depende do uso empregado às ferramentas pela vontade e ação humanas.

De todo modo, para além de todas as eficácias, além de todas as interatividades e, uma vez apagadas as máquinas, a questão que fica é a mesma, igualmente difícil: "quem é, para mim, o outro? Como posso falar-lhe? Como serei compreendido por ele? Como poderei realmente interessar-me por ele?" (WOLTON, 2004, p. 475).

Essas perguntas levam à reflexão quanto a nossa disposição e capacidade para exercer a comunicação como diálogo, e acima disso, sobre a intenção atribuída às nossas palavras que podem transformar ou reafirmar o mundo em crise. Os canais de comunicação estão abertos, mas queremos de fato usá-los? Queremos romper a barreira do isolamento e superar o comodismo frente ao que é dado como certo? Estamos dispostos ao risco? Ficam as questões e a esperança de uma resposta positiva, de fé nos homens e no novo mundo.

2.3 EDUCOMUNICAÇÃO

Já na década de 1980, Freire (1983, p. 45) correlaciona a educação e o ato de comunicar: "Educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados". A educomunicação nasce da dialogia entre esses dois campos de estudo: a comunicação e a educação.

Existem conceitos diversos de educomunicação, como a educação para a leitura crítica dos meios de comunicação ou a educação para a comunicação popular (pela capacitação e uso democrático das técnicas e ferramentas de mídia) e, ao mesmo tempo, por meio dela. De forma ampla, Soares (2000) define educomunicação como:

[...] o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos³ em espaços educativos presenciais ou virtuais (SOARES, 2000, p. 115).

Educomunicação é uma abordagem da comunicação com caráter educativo e comprometimento social que visa à garantia do acesso, ao uso democrático dos recursos da comunicação, à ampliação da capacidade expressiva dos cidadãos, ao 'livre fluxo' da informação e à 'liberdade de expressão' (BRASIL, 2008). É, portanto, a comunicação fundada em sua perspectiva dialógica que se apropria de especificidades contemporâneas tais como as mídias e as tecnologias de informação disponíveis.

Na perspectiva da educomunicação, a relação entre comunicação e educação está sendo reconceitualizada e redirecionada no sentido de uma educação cidadã emancipatória. “O que esperamos é que [a educomunicação] seja forte para romper com a narrativa dominante de uma cidadania associada meramente ao consumo” (SOARES, 2000, p. 21), afirma o autor.

Fica explícito que a educomunicação constitui-se em algo além do que um campo emergente de estudos, sendo também um novo espaço de conquista material e discursiva. Nesse sentido, a pluralidade de discursos, comunicantes entre si, é estruturante para a educomunicação (SOARES, 2000). Isto porque cria-se um palco onde vozes polemizam, dialogam ou complementam-se (METZKER, 2008).

Mas, apesar dos avanços, a educomunicação como campo acadêmico é recente. O histórico do termo está associado às lutas e movimentos sociais e, conforme adentra a academia, vincula-se às modalidades de pesquisa participante igualmente engajadas (MACHADO, 2008).

Quando utilizada pela primeira vez no Brasil em 1999, a expressão educomunicação visava legitimar uma prática que nascia dos movimentos populares, sem ligação com a academia. Visava reconhecer as práticas de comunicação popular que já eram desempenhadas na América Latina desde 1960, realizadas, sobretudo, em ambientes comunitários com a finalidade de promover a expressão local. Nestes contextos, eram utilizados como canais da expressão popular tanto os meios e técnicas de comunicação “de massa”, quanto as expressões artísticas locais, com destaque para o teatro.

³ Ao falarmos em criar e fortalecer ecossistemas comunicativos, isso significa, segundo Soares, criar e rever as relações de comunicação. É preciso, portanto, abolir as formas autoritárias de comunicação. Esses ecossistemas comunicativos cuidam do bom fluxo das relações e garantem o acesso de todos e o uso adequado das tecnologias da informação (SOARES, 2000).

Kaplún (1987) utilizou muitas das técnicas de comunicação hoje empregadas em educomunicação para a organização popular e para promoção da formação das comunidades. Dessa forma, diversos comunicadores populares foram formados nos movimentos populares e não na academia. O trabalho de Freire tem papel fundamental neste processo, pois abre a perspectiva da comunicação enquanto processo dialógico, comum a todos, libertador e emancipador.

Entre 1960 e 1980, grande parte da missão da comunicação popular era ainda, em vez de usar os meios, denunciá-los. A partir de 1980 as pesquisas acadêmicas apontam novos olhares para a prática que foi ressignificada também no seio dos movimentos de base. Ao se cunhar o termo educomunicação na academia intentava-se o reconhecimento da educomunicação como campo de intervenção, de atuação social, que utilizava estratégias políticas para o desenvolvimento de projetos educativos com envolvimento de comunidades, visando a transformação da realidade local. Tratava-se da utilização dos meios de comunicação para a educação processual, de base freireana, em que estão em destaque o aprendizado a partir do cotidiano, a apropriação coletiva do conhecimento, a ação e a reflexão, isto é, a práxis, como intervenção política para transformar o mundo. Assim, a prática da educomunicação está relacionada com o processo de “aprender a aprender”, com o desenvolvimento da consciência crítica.

Segundo Kaplún (1987), a aprendizagem ocorre no vivido, no que se reinventa e não somente no que se recebe (se lê e escuta). Somente ocorre quando é processual e quando também há gestão dos educandos.

A educação que se desenvolve em processos educacionais é, portanto, grupal, fundada no diálogo e na criticidade perante o mundo. Os meios e produtos de comunicação são utilizados com este propósito: problematizar, estimular discussões e a participação. As metas da comunicação educativa e popular são a tomada de consciência dos educandos quanto a sua própria dignidade e valor, a recomposição da autoestima e da confiança em si próprios. Isto porque é uma educação comprometida com o social e que se propõe a contribuir com a libertação, por meio da reflexão e da transformação da realidade. E se a inquietação frente às injustiças do mundo ainda não existe, é papel do educador despertá-la, fomentar o questionamento, a visão crítica sem, todavia, impor sua própria versão da realidade ao grupo (MACHADO, 2008).

Assim, a educomunicação visa à expressão da comunicação autêntica, que coloca em comum e que guarda as mesmas raízes com o conceito de comunidade, termo que nos remetem ao compartilhar, àquilo que se tem ou se vive em comunhão. Quer-se, pela educomunicação, retomar o sentido da comunicação, que é diálogo, em oposição à comunicação de massa, unidirecional, autoritária e hierárquica, submetida aos interesses

dominantes. Quer-se vincular a comunicação às relações humanas e não à técnica, à engenharia, à informática ou à eletrônica, que se confundiram com a própria comunicação, em vez de serem instrumentos para o diálogo. Pelas práticas educomunicativas, quer-se subverter os princípios da teoria da comunicação que reflete, no princípio emissor-comunicador-mensagem, as relações de dominação que permeiam toda a sociedade.

Portanto, quando falamos de educomunicação, tendo por modelo a comunicação dialógica, todo receptor é também um emissor em potencial, pois todo ser humano está dotado para exercer ambas as funções e, mais que isso, possui este direito. Por isso Kaplún (1987) defende que o comunicador popular precisa conhecer a linguagem dos meios para então expressar sua voz.

O campo da Educação Ambiental tem se apropriado extensivamente dos processos de educomunicação. Vale citar os projetos desenvolvidos no Brasil em âmbito governamental como os programas de educomunicação desenvolvidos no âmbito dos Ministérios da Educação (MEC) e no Ministério do Meio Ambiente (MMA) com foco socioambiental; e também as ações relacionadas ao meio ambiente desenvolvidas em organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais, dentre as quais vale citar o Projeto Cala-Boca-Já-Morre, desenvolvido por profissionais do Instituto Gens, em São Paulo. Tal projeto possui bases freireanas e sua metodologia será utilizada como referência para a prática. Por isso vale explicitá-los aqui.

No manual do Projeto Cala-Boca-Já-Morre (LIMA, [s.d.]), a educomunicação é descrita como a educação que se vale dos meios de comunicação para o desencadeamento de processos de autoria. Isto é, o uso dos meios para processos educativos que visam à constituição de sujeitos autônomos e funcionam como forma de negação radical ao controle oligopolizado dos meios de comunicação no Brasil. De acordo com essa perspectiva da educomunicação:

As tecnologias e linguagens midiáticas podem ser utilizadas como instrumentos que possibilitam aos envolvidos no processo de criação reconhecerem-se nas próprias palavras e imagens que produzem (LIMA, [s.d], p.1).

Assim, a partir do processo de envolvimento consigo e com o outro é possível que ambos, os emissores e os receptores da comunicação, ressignifiquem suas histórias pessoais e coletivas.

Essa perspectiva educativa, que se utiliza dos meios de comunicação como instrumento, diverge da educação formal burocrática. Permite uma análise crítica da educação e ajuda-nos a compreender como o modelo predominante ajudou a criar as bases da sociedade atual, pela transmissão de valores de um determinado grupo de pessoas num determinado tempo. Para Lima (2009), a educação consiste em um conjunto de

mecanismos, institucionais ou não, que exercem influência sobre o nosso modo de pensar e lidar com a vida.

Contudo, no sistema alienante que predomina na educação contemporânea, o processo educativo é reprodutor de padrão de medo e submissão. Tal submissão por meio do medo explica também por que nas relações que estabelecemos é fácil – e comum – causar sofrimento e abusar do poder. O sistema de medo e dominação perpetua-se desde os primeiros suspiros da civilização atual e hoje é reforçado e multiplicado pela influência da mídia, da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa.

Se antes, os colonizadores a serviço do rei, ao se aproximarem e nos seduzirem com espelinhos, nos assustaram com demônios e caldeirão do inferno, interferiram em nossas crenças e, conseqüentemente em nosso comportamento, o equivalente tenta nos fazer a mídia. (...) Aos poucos os meios de comunicação foram fazendo com que boa parte de nós crêssemos em outros tipos de “deuses”, já não mais divinos, mas ídolos, igualmente frutos da criação humana, “modelos de identificação: assim como o santo representa para a comunidade religiosa um modelo de virtude” (SODRÉ, 1981, p. 150)

Mas as mesmas ferramentas que podem manipular e seduzir podem libertar e devolver o poder que é legítimo e inerente a cada ser que se reconhece, como cocriador do mundo. Para isso, é preciso despertar encantamento, que vem do reconhecimento do potencial da comunicação comunitária pautada pelo uso da palavra como exercício do pensamento.

O exercício constante de criar e de estabelecer diálogo com um receptor, com o tempo, faz visível a força de transformação que possui a palavra partilhada. E é a partir da aprendizagem da escuta inicialmente das nossas próprias vozes e, a seguir das dos outros, que a educomunicação pode nos levar a reconhecer o papel que desempenhamos nas diferentes esferas sociais e a compreender a “engrenagem” do tipo de vida que mantemos. Nesse sentido, a produção coletiva de comunicação, na perspectiva da educomunicação, ultrapassa o sentido instrumental da educação e:

“[...] como fim em si mesma valoriza o conhecimento de si mesmo através do conhecimento do mundo e, neste sentido, necessita de nossos conhecimentos, informações e, sobretudo, de nossa interlocução, para auxiliá-la na autoconstrução de sua própria pessoa. As decisões sobre sua inserção e engajamento profissional, social, político, cultural, etc. são decisões íntimas e intransferíveis da própria pessoa.” (FERREIRA SANTOS, 2004, p. 34)

No processo educacional, cabe ao grupo ‘comunicante’ decidir com total liberdade sobre o que quer tornar público. A disponibilidade para a escuta e capacidade argumentativa constituem a tônica do momento de criação coletiva. O grupo dá forma concreta às ideias coletivamente escolhidas para as produções: decide gênero e formato

mais conveniente para a proposta, define a duração da produção, divide tarefas de acordo com as necessidades.

A ênfase do fazer não está no resultado, porém, no processo. Segundo Lima (2009), quando realizamos uma tarefa em grupo, as relações que se estabelecem podem nos permitir ver mais claramente nossas atitudes em relação aos outros, pois nossos comportamentos aparecem refletidos no processo. “Essa relação intensa escancara, quer queiramos ou não, os conceitos que efetivamente sustentam a ação de cada um, tais como respeito, solidariedade, cooperação.” (LIMA, [s.d], p.10). ...Ou revelam o oposto disto.

Quando esse modo de produzir comunicação se transforma em objeto de nossas reflexões, é possível dar início a um novo modo de relacionamento social em que o trabalho, no caso o fazer comunicativo, não contribui para fragilizar e alienar o homem de si mesmo; mas, fornece-lhe elementos para que entenda seu grau de dedicação e empenho já que o sujeito vê em sua obra o seu reflexo. Essa proposta parte do princípio da autoconvocação e não do cumprimento de ordens.

Desse exercício sistemático de observar com rigor as questões interpessoais que vêm à tona quando coletivamente realizamos uma tarefa podem surgir, inclusive, alterações nos procedimentos técnicos.

Trabalhar com esta perspectiva de educomunicação é também um convite ao resgate da sensibilidade, pois uma das etapas da proposta é a valorização do tempo de silêncio dedicado ao exercício de sensibilidade e observação do que está em volta.

É uma oportunidade para prestar mais atenção no tom das cores, nos efeitos de claro e escuro, nos detalhes da natureza, das pessoas, animais e objetos. É entrar em sintonia com o material que a própria vida nos dispõe para incitar a imaginação e a reflexão. [...] Essa atitude é similar ao de garimpeiro, que com paciência e meticulosidade cavuca a terra em busca de preciosidades. Ou seja, um trabalho que precisa de ferramenta, mas que só com ela não se realiza. A qualidade do trabalho pressupõe intimidade entre o homem, a terra e a ferramenta.” (LIMA, [s.d], p.12).

Nas produções de educomunicação, uma câmera ou um gravador podem se tornar obsoletos se não forem manuseados com a compreensão de que “esses equipamentos não são mais do que meios para expressar o que se (sente e pensa) sobre as coisas do mundo.” (LIMA, [sd], p.12).

Porém, entre entender e incorporar essas convicções às ações há um longo processo a ser percorrido, pois não se muda a história de uma hora para outra. Para agir é preciso estar convencido. [...] O exercício constante de criar e de estabelecer diálogo com um receptor, com o tempo, faz visível a força de transformação que possui a palavra partilhada. (LIMA, [s.d], p.15).

Busca-se com este processo que o produto final permita reconhecer o processo de produção de comunicação, atentar às relações estabelecidas entre os integrantes de um

coletivo comunicante durante a realização da tarefa a que se dispôs. Assim, há sempre o momento de autoavaliação do grupo como exame que prescinde do olhar de especialistas.

Isso significa ter que abrir mão da vaidade e do status conferido por títulos e diplomas (...) [Pois] para esse tipo de exercício não basta somente compreensão teórica. É preciso muito mais: é necessário reconhecer que o outro também é um sujeito, cuja vivência o dota de saber, nem mais nem menos que o acadêmico, apenas diferente deste (LIMA, [s.d], p.18).

Lima (2009) reafirma ainda a importância deste posicionamento para a compreensão última do processo educacional e diz que “Colocar-se no lugar de um outro é um recurso que pode aguçar o entendimento de que comunicar é uma ação transitiva, ou seja, que significa querer estabelecer contato com alguém sobre algo que se julga importante.” (p 22).

2.3.1 EDUCOMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA

Por fim, vale retomar que a educação prevê a união de conceitos de comunicação e educação como forma de rever conceitos tradicionais e também formas autoritárias e unidirecionais de relações humanas. Num mundo globalizado e midiático, onde todos estão expostos à mídia, é preciso que a educação amplie sua atuação para “além do giz e quadro negro”, a fim de capacitar os alunos a interpretar informações de forma crítica. A utilização de recursos e conceitos de comunicação na educação pode melhorar a capacidade expressiva dos educandos de forma lúdica e estimulante.

A tecnologia existe e está disponível, portanto é preciso fazer com que esta chegue às mãos das pessoas. Incentivar as pessoas a participar ativamente do processo criativo da educação, além de fortalecer as ações comunitárias propostas, permite a integração dos participantes à realidade problematizada e o empoderamento destas. Por isso, a educação se apresenta como oportunidade para que as comunidades menos favorecidas se façam ouvir.

Experiências de educação que promovem o empoderamento das sociedades, pela denúncia, socialização, educação ou conscientização, representam um meio para mostrar a realidade, e também uma ferramenta para regular os sistemas e monitorar o mau trato e a insensatez socioambiental (MELO, 2008).

Segundo Melo (2008), a socialização de experiências concretas de aplicação empírica do conceito de educação no contexto socioambiental é de extrema importância, tanto para que haja a replicação dessas ações como para a construção de políticas públicas.

Segundo Melo (2008), educadores e educadoras ambientais, assim como gestores públicos que tratam da dinâmica socioambiental com seriedade devem tomar conhecimento

e utilizar educomunicação como forma de monitorar suas ações, socializar as boas práticas e identificar problemas.

Segundo o autor, a associação entre ações socioambientais e educomunicação é importante para a transparência dos fatos e para a construção de propostas pedagógicas eficientes e práticas, que dialoguem diretamente com as políticas, programas, projetos e ações de educação ambiental que visem promover uma consciência coletiva e ampliar a visão do mundo das sociedades.

Nos capítulos seguintes iniciaremos a descrição do contexto e das atividades de campo em que foram aplicadas metodologias para fomento do diálogo com o objetivo de articulação para potencializar a formação de rede socioambiental. As intervenções de pesquisa foram realizadas segundo a metodologia proposta, a pesquisa ação, aliada a princípios da educomunicação e a dinâmicas das redes sociais, descritos neste capítulo.

CAPÍTULO 3 O CONTEXTO E AS AGENDAS AMBIENTAIS DA UNB

Durante as primeiras atividades de campo observei que não havia registros consolidados de fatos históricos das agendas pela sustentabilidade nos campi. Isto dificultava uma análise mais detalhada do contexto de pesquisa, o que levou à necessidade de se buscar mais informações a fim de criar bases que facilitassem a compreensão desse contexto.

Compreender esse histórico socioambiental da UnB mostrava-se relevante também porque parte significativa do coletivo focal possuía vinculação com o NAA, incluindo extensionistas, funcionários e coordenadores que participaram das atividades de campo. A esses dois fatores, somou-se o papel estratégico do NAA e da Agenda Ambiental da UnB como referências para o tratamento da questão socioambiental nos campi.

Ao final do capítulo, será descrito o cenário de pesquisa a partir de acontecimentos socioambientais recentes desenrolados inicialmente nas atividades pré-campo. Esse conjunto de informações é relevante para a compreensão do contexto de desenvolvimento das atividades de campo abordadas no capítulo seguinte.

3.1 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A UNB

A mobilização pela questão ambiental na UnB remete-nos à história do movimento ambientalista e da educação ambiental no país. Um marco nesse movimento foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Eco-92, em 1992 no Rio de Janeiro. Durante o evento destacaram-se a realização da 1ª Jornada de Educação Ambiental e a construção da Agenda 21 internacional ou Global.

A Eco-92, com sua proposta da Agenda 21 Global (CNUMAD, 1992), estimulou a criação de programas nacionais e locais de sustentabilidade, inclusive nas universidades públicas. Em 1993, começaram na UnB as atividades que dariam origem ao Núcleo de Educação Ambiental e Ecologia Humana na Faculdade de Educação. Somou-se a esse núcleo a força de outros profissionais da universidade, que realizavam estudos socioambientais específicos, culminando na criação da Agenda 21 da UnB, em 1998, por decreto da Reitoria.

Estávamos interessados em que a universidade não fosse apenas produtora de um discurso de conservação, mas que disseminasse práticas de conservação. Em 1998, já tínhamos um grupo de atores identificado e também questões ambientais importantes levantadas. Mesmo assim, não fomos nós que provocamos a primeira Agenda 21. Havia o movimento no

ar, a reitoria aproveitou esse enlace e formalizou o desejo de se criar a Agenda 21 da UnB. (LEILA CHALUB⁴, em entrevista, junho de 2010).

Criada em 1998, a Agenda 21 da UnB vigorou até 2002 e neste período esteve sediada no Decanato de Extensão (DEX), no Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) e no Decanato de Pós-Graduação e Pesquisa (DPP). Para entender melhor as bases do programa socioambiental universitário são necessárias, porém, algumas informações adicionais sobre as propostas originais da Agenda 21 Global e seus desdobramentos nacionais e locais.

3.1.1 AGENDA 21 INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL

A Agenda 21 Internacional ou Global (CNUMAD, 1992), considerada o principal produto da ECO-92, foi elaborada conjuntamente por 179 países e dá as diretrizes para o planejamento de sociedades sustentáveis. O documento estabelece como meta um novo padrão de desenvolvimento, com balanço entre proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Cada área constituinte do documento inclui a descrição de bases para a ação, objetivos, atividades e meios de implementação.

Considerando que a concretização de planos em escalas macro só é possível com a delimitação de territórios menores de ação, previu-se a criação de Agendas 21 Nacionais e Locais. Nos contextos específicos, o programa deveria ser pensado de acordo com as peculiaridades encontradas. Assim, a metodologia para a construção das Agendas 21 Nacionais e Locais prevê a participação dos diferentes níveis do governo, do setor produtivo e da sociedade civil organizada.

A Agenda 21 Brasileira (CPDS, 2004) foi construída em um processo participativo de consulta à população, que durou aproximadamente cinco anos (1997–2002). Para coordenar a iniciativa foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. O documento da Agenda 21 Nacional foi entregue à sociedade em 2002. Contudo, antes disso, diversas Agendas 21 Locais já haviam sido criadas participativamente envolvendo governo e sociedade.

A diretriz para a elaboração de Agendas Locais segue a mesma lógica das Agendas Nacionais, pois são construídas em processos participativos e contínuos, em que as comunidades identificam deficiências, potencialidades, forças e recursos para se tornarem sustentáveis. Para isso é preciso também mobilizar interesses, vontades e apoio para concretização dos objetivos.

⁴ Leila Chalub foi membro da primeira Agenda 21 da UnB e Decana de Extensão entre 2006 e 2008.

Nas experiências bem sucedidas de Agendas Locais alguns fatores mostraram-se presentes, como as parcerias entre governo e sociedade e a participação comunitária. Outro fator relevante para o sucesso era a existência de clareza quanto a objetivos, estratégias e às principais questões a serem trabalhadas no território. Também deveriam ser previamente definidos metas, prazos, responsáveis e indicadores (KRANZ, 1999).

3.1.2 AGENDA 21 DA UNB

A Agenda 21 da UnB foi inspirada no Documento da Agenda 21 Internacional (CNUMAD1992). O Programa Agenda 21 da UnB consistia em um plano de ação voltado à melhoria da qualidade de vida no campus, à definição de uma política de gestão ambiental para a UnB e à intensificação de programas de educação ambiental.

A versão preliminar do programa foi elaborada com a assessoria de especialistas de diversos departamentos e centros da UnB. Foi criado o Grupo de Trabalho (GT) da Agenda 21 que definiu os quatro pressupostos para o processo de elaboração da agenda local:

- 1) A política ambiental da UnB e as linhas de ação da Agenda serão definidas com base na identificação dos aspectos ambientais significativos de cada unidade sediada no campus, dentro de cada tema escolhido como prioritário para a Agenda.
- 2) A identificação dos aspectos ambientais dar-se-á de forma amplamente participativa, com o envolvimento inclusive dos fornecedores das diferentes unidades.
- 3) As ações de educação ambiental constarão de todos os temas e possibilitarão a sua integração, na prática.
- 4) O comprometimento das diferentes unidades com a elaboração e implementação da Agenda será voluntário, dentro do espírito da ISO 14000 (NAA, [s.d.]⁵).

A fim de legitimar e consolidar o programa da Agenda 21 de acordo com esses pressupostos foi planejado um evento específico, o Seminário da Agenda 21, realizado no Campus Darcy Ribeiro, entre 28 e 30 de junho de 1999. O Seminário visava à construção participativa da Agenda 21 da UnB, além de servir à divulgação de publicações e experiências no campo socioambiental. A iniciativa foi coordenada pelo Decanato de Extensão e desenvolvida pelo Grupo de Trabalho da Agenda 21.

O Seminário teve por objetivo gerar subsídios para a política de gestão ambiental da universidade por meio da hierarquização e debate das questões ambientais mais significativas.

⁵ Documento Processo de criação da Agenda, sem data, arquivo digital do NAA.

Na fase de preparação para o Seminário, foi realizado um levantamento dessas questões sob o *slogan* “Participe da construção da Agenda 21 da UnB, comprometa-se com a questão ambiental”. Vinte e cinco urnas foram instaladas durante dois meses nos principais pontos de circulação do campus, onde alunos, professores, funcionários e usuários do campus puderam expressar sua opinião sobre as condições ambientais do campus e identificar os temas que deveriam ser tratados com prioridade.

O material coletado foi objeto de análise durante o evento e também foi base para o planejamento metodológico. Os cinco pontos previamente eleitos prioritários pela comunidade universitária foram utilizados como temas para a discussão em grupos específicos. Eles foram: energia, água, áreas verdes, resíduos sólidos e alimentação & saúde.

Ao final do Seminário, obteve-se uma lista indicando os principais problemas ambientais detectados e as alternativas para resolvê-los. Também foram definidos os princípios do Programa da Agenda 21 da UnB: 1) participação; 2) descentralização; 3) multissetorialidade; 4) corresponsabilidade.

A estratégia para dar continuidade ao processo de gestão ambiental participativa, iniciado no Seminário foi incentivar e apoiar a consolidação dos cinco grupos de trabalho formados durante o evento. Estes, por sua vez, deveriam consolidar os aspectos discutidos no Seminário Agenda 21 da UnB, aprofundar os estudos e transformar as alternativas listadas em soluções e propostas viáveis. Ainda era necessária a ampliação do envolvimento da comunidade universitária na discussão das propostas formuladas.

Entretanto, a construção da Agenda 21 da UnB parou na fase de consulta e diagnóstico após aproximadamente quatro anos de vigência.

Houve um investimento grande em pesquisa, e, depois, ninguém deu a importância devida. A Agenda foi perdendo força, porque, na perspectiva da época, não havia mais nada a fazer... A resolução dos problemas era uma iniciativa para a administração. E por isso a Agenda 21 deixou de existir. (LEILA CHALUB, em entrevista, julho de 2010).

Além da desmobilização, houve o afastamento ocasional de uma parcela dos membros da Agenda 21 por razões diversas, como transferências de emprego, estudos e motivos de saúde. Quando os principais protagonistas da Agenda 21 da UnB se desvincularam, fez-se crucial a falta de políticas públicas que garantissem a perenidade do programa socioambiental da universidade.

Segundo documento do arquivo digital do DEX, “faltou intensidade e perseverança na mobilização da comunidade e decisão política dos gestores e instituições responsáveis” para garantir a continuidade das ações socioambientais desenvolvidas entre 1998 e 2008, a fim de se alcançar a meta do desenvolvimento sustentável na UnB.

Em poucos semestres a Agenda 21 da UnB entrou em latência. Em 2003, pesquisa realizada por discentes da Faculdade de Educação que cursavam a disciplina Educação Ambiental ministrada pela Professora Vera Catalão revelou que não havia memória viva sobre a Agenda 21 da UnB entre os membros da comunidade acadêmica.

3.1.3 AGENDA AMBIENTAL DA UNB

A proposta da Agenda 21 foi retomada em 2006 quando a professora Leila Chalub assumiu a gestão do Decanato de Extensão e criou o Núcleo da Agenda Ambiental da UnB (NAA/UnB). Constatou-se na ocasião que os problemas ambientais levantados em 1999 ainda eram atuais. Todavia, desta vez, em vez de dar ênfase ao diagnóstico socioambiental técnico realizado na vigência Agenda 21 da UnB, optou-se por focar em atividades de mobilização da comunidade universitária aproveitando os estudos outrora realizados como ponto de partida.

A Agenda Ambiental foi lançada em 28 de março de 2007 e, inicialmente, compunham o corpo de trabalho do NAA apenas a professora Vera Catalão, como coordenadora, e a pedagoga Marília Teixeira, como técnica.

A relação entre as propostas da Agenda Ambiental e o programa da primeira Agenda 21 da UnB era de continuidade. Por isso, dentro do Núcleo da Agenda foi instituída, por decreto da Reitoria, a Comissão da Agenda Ambiental, formada pelas mesmas pessoas que compunham a equipe da agenda anterior, de modo a resgatar seus conhecimentos. Entretanto, não houve consulta prévia aos nomeados para compor a Comissão e nem todos responderam ao chamado. De acordo com levantamento das listas de frequência das reuniões da Comissão realizado por funcionários do NAA em 2008/2009, menos de cinquenta por cento dos nomeados participou efetivamente das discussões.

Além de criar uma comissão, a coordenação da nova proposta de agenda 21 considerou prioridade focar na mobilização comunitária e no fomento a projetos socioambientais. A ideia central era estimular que mais estudantes, professores e funcionários atuassem em projetos de sustentabilidade ambiental. Na carta de lançamento do Núcleo da Agenda Ambiental, encontramos a afirmação deste propósito:

Uma agenda que tem na comunidade seu lastro de materialidade, seu sentido simbólico e seu valor fundamental não pode nascer de um grupo de especialistas detentores de saberes técnicos sobre o tema. Precisamos criar um espaço de articulação de pesquisas, projetos e ações em curso que seja sustentado por uma mobilização constante da comunidade universitária (NAA, 2007)⁶.

⁶ Trecho da carta de lançamento do NAA em março de 2007, arquivo digital do NAA.

A nova Agenda Ambiental se propunha a ser um programa transversal e estratégico capaz de fazer interagir o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Este caminho passaria novamente por uma ampla consulta sobre os problemas locais, pelo debate, pela construção coletiva de soluções sustentáveis e por uma mudança de atitude na realização das tarefas cotidianas que faziam parte do ritmo e da organização da universidade. A carta de lançamento da Agenda convidava ao protagonismo, à participação em um processo “propositivo que visa ir além dos diagnósticos para construir propostas e recomendações, estabelecer consensos, implementar projetos e (fomentar) a responsabilidade individual com as decisões compartilhadas” (NNA, 2007)⁷.

Mas como mobilizar a comunidade e efetivar essa proposta? Para conseguir o almejado envolvimento comunitário, a proposta do Núcleo da Agenda Ambiental foi inspirada no projeto Cultura Viva, do Ministério da Cultura, que propunha e fomentava a criação de Pontos de Cultura espalhados pelo país a fim de criar uma rede de iniciativas e fortalecer pontos culturais estratégicos.

O Cultura Viva nasceu em 2004 e propunha a criação uma rede cultural nacional, promovendo e interligando ações de expressão e gestão cultural espalhadas pelo país. A base do projeto era a criação de Pontos de Cultura que consistiam em projetos de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária que envolvessem comunidades. Os pontos de cultura eram selecionados por meio de editais públicos e recebiam verba do Governo Federal. Dentre os objetivos do programa Cultura Viva estavam:

- (1) potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora;
- (2) fomentar uma rede horizontal de transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que envolva a todos⁸.

Em analogia, o projeto da Agenda Ambiental fomentaria a criação de uma rede de Pontos de Ação Culturais Sustentáveis (PACS) na UnB. Esse processo consistia em mapear, articular, fortalecer e fomentar iniciativas de alunos, professores ou funcionários relacionadas com a gestão sustentável dos campi. Assim, uma mandala socioambiental seria composta a partir da formação dos PACS e da sua conseqüente aglutinação em coletivos temáticos por afinidades de interesse e em um conselho geral de articulação (Anexo A).

⁷ Trecho da carta de lançamento do NAA em março de 2007, arquivo digital do NAA.

⁸ Trecho extraído do *website* do Ministério da Cultura: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/>>. Acesso: dez. de 2010.

Resumidamente, os PACS seriam os nós fundamentais da rede de iniciativas socioambientais e previa-se a articulação dos mesmos para a formação de coletivos nas seis áreas temáticas trabalhadas pela Agenda, que foram inspiradas no diagnóstico da agenda anterior, e são descritas abaixo:

- a) **Resíduos Sólidos** Ações relativas à gestão compartilhada de resíduos sólidos, dentre elas a promoção do consumo consciente, da reciclagem, da coleta seletiva etc.
- b) **Saúde e Nutrição** Projetos com abordagem em saúde integral, ecologia profunda e alimentação ecológica.
- c) **Mobilidade Sustentável** Iniciativas para promoção de formas de locomoção sustentáveis, sobretudo não poluentes.
- d) **Comunicação e Educação Ambiental** Projetos pedagógicos e comunicativos visando à capacitação, mobilização e circulação de informação para sustentabilidade.
- e) **Áreas Verdes e Espaços de Convivência** Esforços para revitalização e/ou construção de ambientes comunitários utilizando tecnologias e promovendo práticas sustentáveis.
- f) **Água e Energia** Projetos focados no debate e em estudos para utilização sustentável da água e da energia nos campi.

Segundo depoimento da ex-coordenadora do NAA, Vera Catalão, a ideia era que os PACS, nascidos nas diferentes unidades acadêmicas que tratassem de um mesmo tema, se articulassem para criar um coletivo. Os coletivos, por sua vez, teriam representatividade no Conselho de Articulação, que se reuniria para tratar de assuntos de interesse de todas as áreas e articular as iniciativas entre si. Esta mandala, constituída por PACS, Coletivos e Conselho, somada aos membros da comunidade e parceiros diversos, resultaria no Fórum de Mobilização Permanente (FMP) que fomentaria a articulação entre os projetos e manteria um constante debate socioambiental.

O fórum seria a “alma da Agenda Ambiental”, pois, ao contrário dos coletivos e do conselho, não dependeria da reunião voluntária dos atores. Seria uma iniciativa com coordenação institucional mais marcada, aberta à participação de toda a comunidade. Não teria delegados e contaria ainda com a presença dos membros da Comissão da Agenda Ambiental. A expectativa era que a Agenda fomentasse pelo menos dois encontros desse Fórum por ano, a fim de trazer gente nova e também articular os PACS entre si. Os PACS colaborariam na organização do fórum e também

participariam ativamente durante o evento (VERA CATALÃO, em entrevista, 2010)⁹.

Entre 2007 e 2011 a professora Vera Catalão identificou três momentos que materializaram a proposta do Fórum. O primeiro coincidiu com o evento de divulgação dos primeiros PACS fomentados pela Agenda Ambiental, em outubro de 2007. O segundo e o terceiro aconteceram em 2009 e 2010, respectivamente, nos seminários socioambientais, sendo o primeiro de enfoque amplo e transversal e o segundo temático, sobre resíduos sólidos. Tais eventos serão abordados mais adiante.

No que diz respeito à constituição completa da mandala, com PACS agrupados em coletivos ligados pelo Conselho de Articulação e todos os envolvidos reunidos periodicamente em um fórum, o ponto de partida seria o mapeamento das iniciativas socioambientais nos campi e o fomento das mesmas por meio de um edital.

O edital *Mostre Seu Amor pela UnB* foi lançado no mesmo ano em que a Agenda, 2007. Foi lançado como uma forma de incentivo e de apoio à consolidação da mandala de PACS, tendo como objetivo inicial o fomento ao desenvolvimento de projetos de extensão que contribuíssem para a promoção a sustentabilidade nos campi e estivessem alinhados com as propostas da Agenda Ambiental. A estratégia de lançamento do edital pretendia também estimular o cadastro de PACS e a consequente vinculação dos projetos socioambientais existentes na UnB à Agenda. O cadastro das ações como PACS era pré-requisito para concorrer ao recurso disponibilizado; assim, partia-se do pressuposto que a inscrição no edital levaria, naturalmente, ao mapeamento de ações sustentáveis em todos os campi e ao registro das mesmas como PACS junto ao NAA.

O primeiro Edital lançado em 2007 fomentou projetos desenvolvidos em 2008 e disponibilizou, por meio de uma parceria entre o DEX e a Fundação de Empreendimento Científicos e Tecnológicos (FINATEC), 30 mil reais para apoio aos primeiros sete projetos com orçamento até cinco mil reais por iniciativa sustentável a ser desenvolvida nos campi. Além do recurso, cada projeto tinha direito a solicitar uma ou duas bolsas de extensão para remuneração de alunos da graduação. As inscrições podiam ser feitas em três frentes: Transporte Sustentável, Resíduos Sólidos e Saúde & Nutrição. Os projetos selecionados entraram em vigor em março de 2008 e suas atividades transcorreram durante os dois semestres letivos seguintes.

Em meados de 2008, depois de conturbado momento político na universidade marcado pelo afastamento do Reitor e de toda a equipe de gestão, assumiu a gestão do

⁹ Vera Catalão foi coordenadora da Agenda Ambiental entre 2007 e 2010 e idealizadora da mandala de PACS.

Decanato de Extensão o professor Alexandre Bernardino Costa. Nesta época, as atividades frequentes e bem sucedidas da Agenda, como as campanhas *Sou UnB*, *Jogo Limpo* e *Mostre Seu Amor pela UnB*, favoreceram que os recursos para o edital de 2009 fossem ampliados para 37 mil reais, o que possibilitou a aprovação de nove projetos.

Ainda em 2008, após as eleições universitárias, o momento político tornou-se especialmente próspero ao tratamento da questão ambiental. Isto porque estava dentre as metas de campanha assumidas pelo Reitor recém empossado, José Geraldo Júnior, o compromisso de fazer uma gestão alinhada com a sustentabilidade ambiental. No final daquele ano, a equipe do Núcleo Agenda Ambiental (funcionários e extensionistas) foi recebida na sala do Reitor para apresentar a proposta da Agenda Ambiental. Na ocasião, entregaram ao Reitor um documento que esboçava uma proposta de políticas públicas para a gestão socioambiental sustentável dos campi desenvolvido no âmbito da Comissão da Agenda Ambiental. Naquele momento, na presença de membros dos PACS, e diante dos meios de comunicação internos de registro, foi reafirmado o compromisso da gestão da universidade com a sustentabilidade socioambiental. Tal documento foi desdobrado posteriormente durante o seminário desenvolvido pela Agenda Ambiental no ano seguinte.

Assim, em 2009 a Agenda se transformou no principal braço executivo da frente para a sustentabilidade na UnB, com apoio da gestão superior. O momento político aliado aos projetos e campanhas bem sucedidos possibilitou mais avanços. O corpo técnico foi ampliado e o número de bolsas de estágio técnico para funcionários do Núcleo aumentou de duas para quatro bolsas de 40 horas cada. As bolsas de extensão para estudantes da graduação também foram garantidas, sendo duas por projeto do edital e três para composição da equipe do NAA.

Em 2010 o lançamento do edital *Mostre Seu Amor pela UnB* foi adiado para o segundo semestre daquele ano devido à greve dos funcionários. Diante do curto tempo para execução das ações, a verba também foi reduzida a 24 mil reais. Cada projeto poderia solicitar até dois mil reais para a compra de materiais e as equipes teriam de trabalhar sem bolsas de extensão. Apesar da redução do teto para o financiamento dos projetos, houve a ampliação do número de iniciativas aprovadas para 13.

A divulgação dos projetos aprovados saiu somente em outubro de 2010 e todo recurso teria de ser empenhado em menos de um mês, pois apesar do descompasso do calendário acadêmico as contas da universidade fechariam no início de novembro, como de costume. O complicado processo de empenho de verba pública inviabilizou o uso da maior parte recurso aprovado. Alguns projetos conseguiram apresentar orçamento a tempo, alguns optaram por dar andamento às propostas mesmo sem o recurso e outros, desmotivados, tornaram-se ausentes das atividades e reuniões do NAA.

A greve de 2010 e as instabilidades decorrentes dela reanimaram o debate de uma questão diversas vezes levantada em espaços formais e informais da universidade: a necessidade de uma política institucional para gestão socioambiental nos campi. Somente esta poderia garantir a continuidade das ações por tempo suficiente para que houvesse de fato uma transformação em prol da sustentabilidade.

3.1.3.1 Políticas para a gestão socioambiental

Em 2008, enquanto vigoravam os primeiros projetos fomentados pelo edital da Agenda Ambiental da UnB, começou a ser discutida no âmbito da Comissão da Agenda uma proposta de políticas públicas ambientais permanentes que pudessem conferir continuidade às ações desenvolvidas pelo NAA e seus parceiros.

A fim de pensar uma política permanente que garantisse a existência de ações sustentáveis em longo prazo foram formados grupos de trabalho para a consolidação de um documento com proposições referentes às áreas de atuação da Agenda Ambiental. Tal documento foi entregue à reitoria no final de 2008, como previamente relatado, e resultou na realização do primeiro seminário da Agenda Ambiental, em 2009. A proposta serviu como ponto de partida para o debate com a comunidade universitária.

O Seminário *Gestão Socioambiental na UnB – em debate*, foi promovido entre os dias 3 e 5 de junho de 2009 no auditório Dois Candangos no Campus Darcy Ribeiro. Contou com uma média de 160 inscritos reunidos durante três dias de trabalho. Este encontro reuniu cientistas, ambientalistas, representantes do Poder Legislativo, do Terceiro Setor, imprensa e comunidade acadêmica. Houve a participação de estudantes, professores, atores dos PACS, e de aproximadamente cinquenta por cento dos membros da Comissão da Agenda. Visava-se ampliar o debate sobre as principais questões ambientais dos campi, mantendo o enfoque nas seis áreas de atuação da Agenda, coordenadas por membros da Comissão.

A metodologia do Seminário consistiu na realização de mesas redondas e na discussão temática em grupos de trabalho. Nas mesas especialistas e extensionistas expuseram aspectos teóricos de cada área e descreveram os projetos de extensão da Agenda e suas principais ações. Nos grupos de trabalho foram debatidos aspectos específicos de cada tema, com base na leitura e discussão do documento preliminar supracitado que continha ideias base de uma política para sustentabilidade na UnB.

Como resultados do seminário foram elaborados uma nova versão do documento de políticas para a gestão sustentável dos campi e uma declaração de compromisso com a

sustentabilidade, compilados pelo corpo técnico do NAA a partir das discussões dos grupos. A proposta final continha os “objetivos e metas direcionados para a responsabilidade social e o cuidado essencial com o futuro das pessoas, comunidades e meio ambiente”¹⁰. Os produtos do seminário foram encaminhados à gestão superior da universidade ainda em 2009.

Após o primeiro seminário, a ideia era que outros eventos em formato de fórum continuassem a ocorrer periodicamente. Ao final do segundo semestre de 2009, planejava-se o segundo fórum, que não aconteceu, pois a organização da Semana de Extensão e a instalação de um Laboratório de Tecnologias Sustentáveis foram priorizadas e ocuparam a equipe do NAA até o final do ano.

Até o final da pesquisa não constava registro institucional da política socioambiental na universidade. Segundo a coordenadora do NAA a partir de outubro de 2010, professora Clélia Parreira, é do interesse do NAA que haja a formalização desta política. Para isso, seriam necessários, contudo, novos ajustes no documento. Para a coordenadora o papel do NAA nesse sentido é propositivo e cabe à gestão superior a institucionalização de uma proposta para a gestão socioambiental dos campi. A Comissão da Agenda também possui papel estratégico neste processo por ser a principal instância política para o tratamento da questão socioambiental na UnB.

A ausência de políticas socioambientais institucionais na UnB despontou como tema relevante para o debate nos círculos de diálogo realizados no campo da pesquisa. Conforme entrevista com Clélia Parreira em junho de 2011, o seminário socioambiental previsto para acontecer no segundo semestre deste ano seria um momento propício para retomar tal discussão.

3.1.3.2 Mapeamento e articulação socioambiental em rede na UnB

A estratégia de lançamento do edital *Mostre seu Amor pela UnB* fomentou a inscrição de projetos socioambientais pela comunidade universitária. Em 2008 foram aprovados sete PACS, em 2009 o número subiu para nove e em 2010 houve doze projetos selecionados pelo edital. Esses números demonstraram avanços, tanto no engajamento quanto ao respaldo institucional por parte da gestão universitária que disponibilizou gradativamente mais recursos.

¹⁰ Trecho do documento Políticas Públicas para Gestão Socioambiental Sustentável na Universidade de Brasília, 2009, arquivo digital do NAA.

Entretanto, apesar da criação de PACS nos campi, o objetivo final do lançamento dos editais manteve-se distante da realidade. As propostas de articular as ações socioambientais existentes nos campi em uma “rede” em prol da sustentabilidade não foram efetivadas. Até o segundo semestre de 2010, os PACS estavam ativos, mas não havia um espaço permanente de articulação entre eles. Mantinham-se isolados, a não ser nas ocasiões em que o Núcleo convocava a participação em eventos institucionais, a como na Semana de Extensão.

Não havia também número suficiente de PACS por área temática para a formação de coletivos como previsto na ideia da mandala socioambiental do NAA. Assim, complementando o cadastro de PACS fomentado pelo edital de 2008, enquanto eu era funcionária do NAA, foi realizado o mapeamento de ações sustentáveis no campus Darcy Ribeiro por meio de um questionário investigativo aplicado nos departamentos e centros acadêmicos estudantis.

Os estagiários do NAA passaram em todos os departamentos acadêmicos munidos de material de divulgação da Agenda, questionário e ficha de inscrição de PACS. O questionário sondava a existência de projetos e também o interesse ou a vocação para desenvolvimento de ações socioambientais. Quando ações eram detectadas, esclarecia-se sobre a possibilidade de registrá-la junto ao NAA na forma de PACS.

Nessa investigação, alguns potenciais PACS foram identificados e cadastrados. Apesar de não haver apoio financeiro para além da aprovação pelo edital, havia a possibilidade de apoio institucional para realização de eventos, reserva de salas, produção de materiais educativos e de comunicação, suporte técnico e articulação institucional. Dessa forma, alguns PACS foram identificados e registrados, mas sem fomento financeiro ou bolsas para os estudantes, permaneceram sem vinculação efetiva com o NAA. Após o período de mapeamento não foram registradas novas informações sobre a continuidade de tais ações.

Assim, o número de PACS permaneceu abaixo do necessário para a constituição dos coletivos. Além disso, as iniciativas existentes, fossem de áreas conexas ou não, apesar de estarem vinculadas à Agenda e à missão de sustentabilidade, não dialogavam entre si. Os únicos momentos de encontro entre os diferentes PACS eram as reuniões e os eventos institucionais, marcados por convocação da Agenda, com pautas e demandas específicas.

A falta de interação entre as ações sustentáveis reduzia o potencial e a visibilidade das mesmas e inviabilizava também um maior engajamento da comunidade universitária. Outro ponto crucial prejudicado pela falta de diálogo e reflexão coletiva era o debate político sobre as propostas e ações pela sustentabilidade em curso na UnB, o que incluía a discussão sobre políticas permanentes para a gestão socioambiental na UnB.

Assim, da minha experiência de trabalho como técnica do NAA, isto é, da percepção do contexto da Agenda e da escuta aos atores e gestores envolvidos, nasceu o presente projeto que, inicialmente, visava à mobilização de uma rede social solidária na UnB. As atividades decorrentes desta pesquisa ação, as questões de pesquisa, de metodologia, assim como a análise dos principais fatos decorridos serão os temas do capítulo seguinte.

3.1.3.3 O pós Seminário e o Fórum de Resíduos Sólidos

Na ocasião do Seminário de Políticas Públicas de 2009, decidiu-se que o tema que seria aprofundado no Seminário seguinte seria a Gestão de Resíduos Sólidos. Ainda em 2009, os projetos relacionados à área iniciaram uma articulação para a discussão do projeto de coleta seletiva solidária na UnB, assumida também pela gestão superior como política prioritária para o Campus Darcy Ribeiro. Além do que se considerou como os primeiros sinais do coletivo de resíduos sólidos, formou-se dentro da Comissão da Agenda Ambiental o GT de Resíduos Sólidos (GTRS).

Em 2010, a gestão de resíduos se consolidou como principal frente de ação da Agenda, liderada pela professora e então coordenadora da Agenda Ambiental Izabel Zaneti. Contudo, é importante lembrar que a força da frente de Resíduos Sólidos na universidade não se evidenciou apenas no Seminário, mas decorre de um histórico de ações nesse sentido iniciadas ainda na vigência da Agenda 21 com a campanha institucional *Sou UnB, Jogo Limpo*. Essa campanha foi retomada após o lançamento da Agenda Ambiental, em 2007, visando à conscientização da comunidade para uma gestão sustentável dos resíduos sólidos no campus.

As primeiras ações da *Sou UnB, Jogo Limpo* em 2008 e 2009 ocorreram no Restaurante Universitário (R.U.), com o protagonismo do PACS Tome Consciência e depois com a inserção do PACS Reciclando o Cotidiano, apoiados pelo NAA. Nas intervenções, foram distribuídas em oficinas de sensibilização, canecas permanentes para substituir o uso de copos descartáveis. Logo, o *slogan* da intervenção no R.U. *Sou UnB, jogo limpo: digo não aos copos descartáveis* se popularizou e a caneca se tornou símbolo de sustentabilidade e compromisso ambiental no campus. Foram distribuídas em torno de 6.000 canecas ecológicas – canecas feitas de material durável e reutilizável- durante os dois primeiros anos de ação. Após um período de sensibilização e distribuição de canecas, foi acordada com a gestão da universidade e do restaurante a extinção do uso dos descartáveis, concretizada em 2010. Exceto pelo período do café da manhã, os descartáveis não são mais disponibilizados no restaurante. Outra frente da *Sou UnB, Jogo limpo*, relacionada ao PACS Reciclando o Cotidiano, enfatizou a coleta seletiva de papel na

Faculdade de Educação (FE) com a implantação de caixas específicas para o depósito do material, com a capacitação e mobilização dos envolvidos.

Em 2009 a Agenda recebeu a autorização para utilização de uma área do Campus Darcy Ribeiro, onde planejou a construir um centro de triagem de lixo para viabilizar a coleta seletiva em parceria com cooperativas associadas de catadores. O espaço foi batizado de LABTEC – Laboratório de Tecnologias Sustentáveis – e nas redondezas do local destinado ao centro de triagem de resíduos foram construídos, em caráter educativo e de sensibilização, banheiros secos e uma horta ecológica circular em associação com a Fundação Banco do Brasil.

Em 2010, o GT de Resíduos Sólidos criado após o Seminário de 2009 desenvolveu ações nas frentes supracitadas e produziu peças de comunicação visando um maior envolvimento da comunidade nas ações supracitadas. Em outubro, aconteceu um seminário específico sobre a gestão solidária dos resíduos nos campi e será abordado a seguir. Após o Seminário, foram realizadas oficinas de capacitação para o envolvimento dos funcionários da limpeza na campanha, com o apoio do GT de Resíduos e de integrantes de PACS, sobretudo da Trupe Nós no Mundo, por meio da linguagem teatral que utilizou o teatro do oprimido. E a Coleta Seletiva Solidária em todos os campi da UnB foi lançada em junho de 2011.

A integração entre as ações de resíduos sólidos e a formação do GT foram, segundo a ex-coordenadora da Agenda Vera Catalão, os primeiros movimentos de articulação entre projetos de mesma área de atuação, no sentido da formação dos coletivos, que faziam parte do projeto da mandala socioambiental de PACS.

3.1.4 A PROPOSTA DA REDE SOLIDÁRIA NA UNB E O PRÉ-CAMPO

Apesar do avanço no tratamento da questão socioambiental nos campi da UnB, sobretudo da frente de resíduos sólidos, a proposta de integração entre PACS ilustrada pela mandala (Anexo A) não fora efetivada até a concepção e o início das atividades de pesquisa. Por isso, ainda na fase pré-campo, no momento de construção do cenário de pesquisa começou a ser discutida com os atores socioambientais a proposta de constituição de uma rede solidária como alternativa de articulação pautada no diálogo.

O contato prévio com os atores socioambientais possibilitou a confirmação do problema de pesquisa, possibilitou a verificação do interesse por parte do público em participar das atividades integrativas com a perspectiva de formação de rede e, por fim, levou à construção do cenário de pesquisa. O conhecimento desse cenário foi também fundamental à problematização da realidade estudada sob uma perspectiva histórica e política.

Prezou-se pela a coleta do maior número de informações sobre a situação foco, os atores envolvidos, e as possibilidades de atuação, mantendo-se a abertura para a novidade e para mudança. Utilizei dados observados a partir da experiência de trabalho enquanto funcionária da Agenda Ambiental durante o ano de 2008 e os primeiros meses de 2009, bem como informações obtidas em 2009 e 2010 por meio de pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas. Este cenário foi ganhando contornos mais nítidos com o desenvolvimento das atividades de campo, a partir do diálogo com os atores e da reflexão possibilitada pelo aprofundamento teórico.

Em meados de 2009, realizei contato com os membros dos PACS e verifiquei a atualidade das condições para o desenvolvimento da pesquisa ação: o problema e o interesse em aderir à proposta, tanto por parte dos membros de PACS quanto da instituição. Persistia a demanda por maior interação que, à época, restringia-se ao contato durante reuniões e eventos promovidos pelo Núcleo da Agenda.

Os atores contatados identificaram a falta de tempo e a comunicação ineficiente como as causas do isolamento entre indivíduos e ações socioambientais. Pontuaram a necessidade de otimizar o uso dos meios de comunicação para proporcionar a confluência entre ações e a troca de conhecimentos. Além dos extensionistas, a coordenadora do Núcleo da Agenda Ambiental, Vera Lessa Catalão, e os funcionários Fernanda Fagundes e Fernando Santos também mostraram receptividade à proposta da pesquisa sinalizando uma potencial parceria do NAA.

O contato com os atores continuou ao longo de 2009 e 2010, quando foram coletados mais dados para a construção do cenário de pesquisa em reuniões, eventos e atividades da Agenda Ambiental. Em 2009, acompanhei o Seminário da Agenda Ambiental e as atividades socioambientais da IX Semana de Extensão da UnB.

No primeiro semestre de 2010 foi deflagrada greve dos funcionários e professores da UnB. Em greve, professores e funcionários da UnB paralisaram os trabalhos por dois e seis meses, respectivamente, a partir de março de 2010.

A greve interferiu no início das atividades de campo, pois atrasou o lançamento do edital *Mostre Seu Amor pela UnB 2010* que fomentava os PACS. Foi necessário esperar o fim da greve dos funcionários, o lançamento do edital e a seleção das propostas de modo a incluir os PACS nas atividades de pesquisa; afinal, seus membros constituíam parcela significativa dos atores socioambientais dos campi.

O edital *Mostre Seu Amor pela UnB 2010* foi lançado em 27 de setembro e os 13 PACS selecionados foram convocados para uma primeira reunião com o NAA no dia 21 de outubro. Optei por acompanhar o desenvolvimento das atividades socioambientais institucionais nos meses de outubro e novembro como as atividades da X Semana de

Extensão da UnB (SEMEX) e do I Fórum de Resíduos Sólidos, em outubro e novembro de 2010. Aproveitei essas ocasiões para estabelecer contato com os novos PACS e fortalecer o diálogo com a equipe do NAA, que também estava renovada. A primeira reunião com o grupo focal da pesquisa foi realizada somente após a SEMEX, de modo a evitar choque e sobrecarga de atividades que poderia acarretar no esvaziamento dos encontros.

CAPÍTULO 4 PESQUISA: PROCESSO E ANÁLISE

4.1 QUESTÕES E PROBLEMA DE PESQUISA

Para dar início à análise das atividades de campo é necessário retomar o foco da pesquisa. Como dito na introdução do trabalho, o problema detectado, a ausência de diálogo entre os atores socioambientais da UnB, inviabilizava a confluência entre as ações, a práxis coletiva e, por fim, a gestão participativa pela sustentabilidade na UnB. Portanto, a pesquisa-ação foi realizada no sentido de estabelecer ambientes de diálogo como estratégia para fomentar a articulação entre os atores socioambientais dos campi em uma rede social solidária.

Para isso, foram desenvolvidas rodas de diálogo e oficinas de educomunicação, como espaços circulares de encontro e troca, apoiados também por ambientes virtuais de comunicação. A partir dessas intervenções, observou-se o grupo focal a fim de responder:

- 1) A criação dos espaços coletivos foi eficaz para o estabelecimento de diálogo entre os atores e para uma práxis coletiva em prol da sustentabilidade local?
- 2) Existiam no contexto estudado as condições de possibilidade para que o grupo constituísse uma rede solidária?
- 3) Tal rede poderia atuar em prol da gestão socioambiental participativa na UnB?

O meu papel, enquanto pesquisadora participante neste processo, foi o de fomentar espaços onde o diálogo fosse possível, condição fundamental para a rede. Assim, desempenhei as funções de articular a interação entre os atores, organizar contatos, criar as plataformas, agendar as atividades, enviar convites, divulgar eventos, compartilhar informações por meio das plataformas de comunicação e fazer os repasses escritos para o acompanhamento virtual das intervenções de campo e das discussões do grupo.

A minha intervenção nos ambientes virtuais ocorreu, como moderadora das redes virtuais, no sentido de fomentar a participação estimulando debates, partilhando conteúdos, articulando propostas e interação entre os atores em alguns casos, de modo que as articulações se configurassem mais horizontalmente e apoiando os partícipes no uso das ferramentas.

Tanto nos ambientes virtuais quanto nos espaços presenciais desempenhei a função de garantir a continuidade das discussões e resgatar os compromissos e objetivos assumidos pelo grupo nos encontros anteriores.

A fim de apoiar as atividades de campo, busquei também descobrir informações sobre o contexto de pesquisa e repassá-las ao grupo para estimular um olhar crítico e reflexivo para a realidade vigente. Realizei ainda pesquisa teórica, sistematizei e compartilhei os

conceitos fundamentais dos estudos sobre redes sociais e educomunicação com os participantes do grupo focal.

Durante o campo, busquei compreender a ordem da mudança nos atores envolvidos, isto é, o alcance da ação para a transformação da situação problema. Foram avaliados: a eficácia das estratégias de promoção de diálogo para o estabelecimento de articulação entre atores e grupos, as condições de possibilidades de constituição de uma rede solidária e o potencial de contribuição do grupo para a gestão socioambiental participativa dos campi da UnB.

Enquanto fomentadora do processo de estabelecimento de espaços de diálogo para possibilitar a formação da rede socioambiental, ponto que me movimentei em constante dualidade entre as condições de autonomia e dependência. Enquanto exercia um papel de liderança no processo, dependia todo tempo da sintonização com as demandas e transformações ocorridas no grupo com o qual estava implicada.

Faz-se importante frisar a diferença entre o estabelecimento de espaços para o diálogo e o estabelecimento do diálogo em si. A primeira função foi o objeto da minha ação, enquanto pesquisadora e fomentadora. A segunda, o diálogo, foi desenvolvido voluntariamente no grupo pelos participantes. Igualmente importante é pontuar a diferença entre fomentar a formação de uma rede e formar uma rede: a participação e a vinculação em uma rede solidária são voluntárias e baseiam-se em autoidentificação com propósitos e projetos comuns. É impossível a um indivíduo ou instituição formar tal rede, pois essa iniciativa necessita de adesão espontânea e do protagonismo dos envolvidos para seu desenvolvimento e vivacidade.

Objetivei, portanto, para além da minha ação, motivar e desenvolver autonomias individuais e coletivas de acordo com os princípios de autoidentificação, horizontalidade e multiliderança das redes (MARTINHO, 2004; MANCE, 2002). Estive atenta, todavia, às possibilidades do grupo a cada momento, a fim de não exceder as capacidades individuais e coletivas dos envolvidos (MORIN, 2004). Por isso, busquei a pactuação e repactuação dos propósitos da pesquisa repetidas vezes a fim de manter o foco nos objetivos, ainda que consciente e aberta às possibilidades de mudança. Busquei ainda manter-me atenta às respostas para as questões formuladas que emergiam da convivência com o grupo.

No presente capítulo são apresentadas as escolhas metodológicas adotadas para o trabalho de campo, a pesquisa-ação integral e a pesquisa-ação existencial. As principais atividades de campo, observações e análises das experiências vivenciadas com o grupo de atores socioambientais também constam deste capítulo.

4.2 METODOLOGIA

Optou-se pelo uso de alternativas participativas de investigação social (BRANDÃO, 2005), pois têm consonância com o objetivo das atividades desenvolvidas: a transformação da realidade pela implicação e a intervenção do pesquisador.

Segundo Brandão (2005), as vertentes de pesquisa participativa, tais como a pesquisa participante e a pesquisa ação, guardam características que considero convergentes com os fundamentos do trabalho desenvolvido em redes sociais (MARTINHO, 2004). Nesse sentido, vale citar: envolvimento e compromisso mútuo das partes (comunidade e pesquisador), valorização de diversos saberes e da troca entre erudito e o popular, ação pontual inserida em um contexto político e pedagógico amplo, abertura a diversas influências e à recriação de abordagens tradicionais pelos atores sociais, ações que partem da realidade local para a global, foco nas interações sujeito-sujeito, autonomia dos sujeitos, união entre teoria e prática, caráter político e ideológico, participação integral da comunidade alvo, diversidade cultural com igualdade política, rigor, diálogo não doutrinário e afetivo, consenso dinâmico, busca pela emancipação, pela humanização das relações sociais e pelo estabelecimento de vínculos.

É focada, dentre as diversas possibilidades de pesquisa participativa, a pesquisa-ação em duas vertentes específicas: a pesquisa-ação integral (MORIN, 2004), e a pesquisa-ação existencial (BARBIER, 2004).

4.2.1 A PESQUISA-AÇÃO INTEGRAL

A pesquisa-ação integral relaciona-se com a Ecologia Humana e mescla elemento das abordagens psicossocial e existencial de pesquisa ação, com graus diferentes de implicação do grupo de pesquisa (o conjunto dos pesquisadores profissionais e os grupos sociais envolvidos). Envolve cinco dimensões - contrato, participação, mudança, discurso e ação. (MORIN, 2004).

O **contrato** deve ser aberto, sendo que um contrato fechado impediria todo questionamento. É resultado de uma negociação entre as partes envolvidas, o que pressupõe o diálogo. O seu caráter formal ou informal dá-se na delimitação dos objetivos da ação conjunta e das funções de cada membro. Por isso é fundamental a exposição clara dos objetivos e a flexibilidade para comportar as mudanças que podem surgir e que interferem nas finalidades e objetivos iniciais.

A **participação** pode ser representativa em um primeiro momento, entretanto, deve se dar no sentido de criar espaços para um maior comprometimento das pessoas e grupos envolvidos de tal forma que a participação atinja o modo cooperativo. Segundo André Morin

(2004), o desejável é que a pesquisa-ação integral vise a cogestão, a participação de todos em todas as tarefas decisivas. Para tanto é preciso desenvolver o princípio de responsabilidade, pois esta faz com que o participante deseje a cogestão como forma de trabalho. Dessa forma, os espaços de encontro e diálogo que emergem durante o processo visam, sobretudo, o empoderamento das pessoas e dos grupos no sentido de se responsabilizarem pelo processo de formação inerente à metodologia da pesquisa-ação integral.

A mudança é a finalidade da pesquisa-ação e se faz na ação e no pensamento graças à espiral de revisão. André Morin (2004) afirma que a mudança está inscrita no coração do processo, pois a avaliação recorrente retroage na pesquisa-ação, gerando novas possibilidades, intervenções e reflexões. Mas no coração do processo da pesquisa-ação está também a ação, pois é a ação que revela a escolha que os envolvidos são capazes de assumir. Essa percepção é vital, pois não se pode exceder os limites das capacidades individuais e coletivas no processo.

A pesquisa-ação integral é centrada no **discurso**, que no desenvolvimento da pesquisa é enriquecido passando de estágios mais intuitivos para estágios mais críticos. O discurso subentende uma linguagem comum e por ser marcado pela implicação deve ser ancorado na vivência pessoal e coletiva do grupo focado. Remete às etapas de conscientização e participação do homem e da mulher na construção do mundo. Portanto, o discurso desejado pela pesquisa-ação integral é o que poderíamos chamar de crítico, que transforma o mundo, ou seja, a práxis.

O discurso resulta da tomada de consciência, não apenas do entendimento racional do problema, mas também da imperiosa necessidade de atuar no mundo. Aqui encontramos paralelo com a práxis freireana que também visa à consciência crítica, reflexiva e atuante para mudar as condições nas quais se encontram homens e mulheres.

A **ação** é, de todas as dimensões citadas, a que define a pesquisa-ação. Pode ser individual, coletiva ou comunitária, contudo, não é uma ação aleatória, porém inscrita na vivência dos participantes da pesquisa, induzindo ao questionamento e à reflexão. Não pode ser totalmente planejada, pois deve deixar aberturas para o processo de conscientização, de reflexão, de análise, de correção, de verificação, de crescimento do conhecimento e para o aprofundamento da implicação dos participantes (MORIN, 2004).

Além das dimensões expostas, o modelo de pesquisa-ação integral se dá na **perspectiva sistêmica complexa**. Neste sentido, sua característica fundamental é a recursividade – pois cada fase pressupõe a possibilidade de modificar o conjunto da pesquisa. O entendimento de que o campo, objeto e atores estão em permanente movimento obriga que a investigação seja contextualizada dentro do movimento em si. Isso

significa não abrir mão das incertezas e desordens que emergem naturalmente num sistema aberto. E ao mesmo tempo compreender que esse sistema é também fechado, pois somente assim é possível preservar a identidade e a autonomia.

Mas o que é essa abertura na pesquisa-ação? Não é simplesmente dizer que o campo é sujeito a intervenções externas não previstas, mas compreender também que as ações se tornam aberturas para o novo e incerto, que a mudança vem como uma desordem inicial, num processo de ordem-desordem-organização.

Esse processo está fundamentado no pensamento sistêmico e complexo que possui três princípios fundamentais: dialógico, recorrente e hologramático (MORIN & KERN, 1995).

O princípio dialógico é aquele que associa complementaridade e antagonismo, considerando a dualidade inerente a todo sistema. O princípio recorrente é o que mais se aproxima do espiral metodológico da pesquisa ação. Diz que o processo observado em sua totalidade gera-se e regenera-se, pois possui as condições de transformar seus produtos finais em causas iniciais. Não é apenas retroação, mas recursividade, pois os elementos para a retroalimentação estão dentro do sistema que os produziu e que, assim, se produz continuamente. O princípio hologramático fala das relações parte-todo dentro de um sistema, como, no caso da pesquisa-ação, as relações entre os sujeitos e o grupo social do qual fazem parte e entre todos estes e o contexto social em que se inserem e que dá origem aos problemas da pesquisa.

Morin & Kern (1995) afirmam que a complexidade está na base e seu método se desenvolve a partir dos três princípios acima enunciados. “Fundamentalmente, na busca pela verdade é necessário incluir, no pensamento complexo, a não verdade, a incompletude de todo pensamento e a impossibilidade de pensar em conceitos dando-os por concluídos” (MAKIUCHI, 2005, p. 143).

4.2.2 PESQUISA-AÇÃO EXISTENCIAL

Barbier (2004) amplia a abordagem de pesquisa ação supracitada, incluindo a dimensão subjetiva necessária a qualquer transformação radical. Assim, sugere o uso da intuição, da criação, da improvisação, da sensibilidade e da empatia por meio da pesquisa-ação existencial. Esta prioriza e prolonga as dimensões pessoal e comunitária da pesquisa, assumindo, também, a dimensão filosófica de uma existência humana requalificada.

Essa abordagem também favorece o imaginário, a escuta sensível, a afetividade e a complexidade humana. Abre-se para além da ciência e inclui a arte, a poesia, a filosofia, a espiritualidade, a multiculturalidade. Requer do pesquisador a capacidade de reconhecer os comportamentos humanos dentro de uma dimensão cultural peculiar que compreende os

diferentes significados simbólicos de cada cultura, isto é, uma leitura multirreferencial do mundo (BARBIER, 2004). E a multirreferencialidade é fundamental para o desenvolvimento do projeto devido à diversidade dos projetos e dos atores ligados à Agenda Ambiental da UnB.

A pesquisa-ação existencial apóia-se na técnica de escuta sensível, baseada na empatia. Exige que o pesquisador profissional procure sentir *o universo afetivo, adentrar o imaginário e o aspecto cognitivo do outro*, reconhecendo a irredutibilidade deste outro a qualquer categoria conceitual. Os valores, emoções e imaginário do pesquisador são revelados por meio de diálogo face a face.

O objeto final da pesquisa-ação é a mudança de atitude do sujeito em relação à realidade que se impõe em última instância (princípio da realidade). É uma lúcida apreciação do princípio da realidade, sem frieza ou negação do sonho. É uma adequação relativa entre: interesses, desejos, visões de mundo, valores (de cada participante) e a realidade do mundo – com sua inércia (BARBIER, 2004).

Por fim, vale enfatizar que a pesquisa-ação enfatiza o **processo**, como sendo uma rede simbólica, dinâmica, funcional e imaginária, construída pelo pesquisador a partir de elementos interativos da realidade. Este processo (ou esta rede) está sempre aberto à mudança e necessariamente inscrita no tempo e no espaço (BARBIER, 2004).

4.2.3 TÉCNICAS, INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E AVALIAÇÃO

Os instrumentos de coleta e registro de dados foram o diário de campo, no qual registrei impressões pessoais bem como as falas dos sujeitos envolvidos durante as reuniões e oficinas. Também foram feitas gravações em áudio das entrevistas, rodas de diálogo e reuniões totalizando, aproximadamente, 30 horas de gravação. Houve ainda marcação de frequência nos encontros presenciais e coleta de dados dos sítios virtuais e ferramentas de comunicação da internet. Durante o contato com os atores foram utilizadas as técnicas de observação participante e escuta sensível, de negociação e de avaliação em espiral (BARBIER, 2004).

Para construção do cenário de pesquisa e para o levantamento de outras informações relevantes às atividades de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas (MARCONI & LAKATOS, 2002), em que partia de roteiros iniciais desenvolvidos de acordo com as potenciais contribuições de cada ator a ser entrevistado. Apesar do roteiro, a conversa permanecia aberta à possibilidade de surgimento de novas questões.

Realizei ainda pesquisa documental aos arquivos do NNA e da Reitoria da UnB e aos portais institucionais do NAA, portal da UnB e da Secretaria de Comunicação da UnB (SECOM).

No que se refere ao levantamento de dados sobre Agenda Ambiental da UnB foram realizadas entrevistas com a professora Leila Chalub Martins, Decana de Extensão entre 2006 e 2008, e com a professora Vera Catalão, coordenadora do NAA entre 2007 e 2010, ambas responsáveis pela concepção da proposta Agenda Ambiental. Também foi entrevistada a primeira funcionária do NAA, Marília Teixeira, e a professora membro da Comissão da Agenda Ambiental e coordenadora do NAA no segundo semestre de 2010, Izabel Zaneti. Para obtenção de dados complementares sobre a Agenda 21 da UnB foi entrevistada a professora Thèrése H. Gatti, ex-Decana de Assuntos Comunitários.

Informações sobre o contexto institucional recente de gestão socioambiental foram levantadas a partir de entrevistas e diálogos com o Decano de Extensão Oviomar Flores, com a coordenadora do Núcleo da Agenda Ambiental Clélia Parreira e com o vice-coordenador Fernando Carneiro. Também foram contatados os funcionários do núcleo Abayomi Mandela, Fernanda Fagundes, Fernando Santos, Mara Marchetti, Anderson Paz, Bruno Otávio Mesquita, Marina Bicalho, Venícius Mendes e Mariana Vaz.

Foram feitas diversas tentativas de entrevistar o Reitor José Geraldo Júnior, que diante da indisponibilidade de horários para o agendamento da entrevista indicou o Decano de Extensão para falar sobre a gestão socioambiental na UnB.

As informações, frutos das entrevistas supracitadas, encontram-se distribuídas entre o capítulo três e o presente capítulo.

Os dados de pesquisa foram tratados prioritariamente sob perspectiva qualitativa, com enfoque principal em critérios qualitativos e subjetivos (REY, 2005). A avaliação e a análise foram realizadas utilizando a metodologia e as categorias de pesquisa-ação (BARBIER, 2004; MORIN, 2004). Portanto, a avaliação ocorreu durante todo o processo, conforme dinâmica espiral (ação – avaliação – planejamento – nova ação). As análises fundamentaram-se também nas categorias e conceitos relativos ao paradigma sistêmico-complexo em que estão inseridos os estudos sobre as redes sociais.

As análises e avaliações dos dados são apresentadas em parte neste capítulo, entremeando as descrições de campo, em parte no capítulo seguinte, respaldando as conclusões. As colocações dos participantes durante as rodas de diálogo e demais atividades de pesquisa foram relatadas sem a identificação nominal dos sujeitos. São identificados apenas os autores das falas relacionadas ao contexto institucional e os nomes dos projetos participantes. Foram analisados também os processos e os produtos da

comunicação virtual no grupo, sobretudo *e-mails*, mensagens, arquivos e imagens trocadas pelas mídias sociais via internet.

Foram descritas as atividades presenciais com ênfase para os aspectos relevantes para os fins da pesquisa: articulação da interação entre os atores, promoção do diálogo e fomento à rede socioambiental.

4.3 A SUSTENTAÇÃO EM ANÁLISE

A análise foi realizada durante todo o processo de pesquisa e fundamentou cada passo da ação. O processo de análise esteve também relacionado com o amadurecimento teórico decorrente da pesquisa focada nos assuntos relacionados com os temas que emergiram a partir da intervenção dialógica com o grupo pesquisado.

A cada encontro abria-se uma nova perspectiva, desvelava-se uma camada da realidade, era concedido um novo olhar que permitia compreender melhor o que os autores teorizaram. As atividades de campo foram um laboratório vivencial onde foi experimentado o significado do diálogo, da alteridade, do aprendizado em comunidade, da escuta sensível, do discurso crítico e da mobilização interna de forças e conhecimentos para que pudéssemos prosseguir.

Foram analisadas a existência das condições de possibilidade para a formação de uma rede socioambiental solidária na UnB; a efetividade do estabelecimento do diálogo entre os atores; e o potencial de contribuição do grupo formado com a gestão socioambiental dos campi.

Toda a análise, tanto do potencial de constituição de rede quanto da efetividade das estratégias de diálogo, foram fundamentadas no pensamento sistêmico complexo que fundamenta e permeia tanto a pesquisa-ação integral e suas categorias (contrato, discurso, participação, ação e mudança) (MORIN, 2004) quanto os estudos das redes solidárias (MARTINHO, 2004; MANCE, 2002).

Foram resgatados para a análise aspectos do paradigma emergente, ideias relativas à modernidade líquida, às relações comunitárias (BAUMAN, 2003) e ao estabelecimento de relações dialógicas (FREIRE, 1987), como condição de libertação e de emancipação dos indivíduos e do conjunto social (MANCE, 2002).

A seguir consta a análise descritiva das atividades de campo, entre novembro de 2010 a junho de 2011. O diário de campo com a sequência cronológica dos acontecimentos encontra-se no Anexo C.

As atividades de campo da pesquisa resultaram na formação do coletivo socioambiental Sustentação. Abordarei o processo de formação deste grupo a partir dos

movimentos, mudanças ocorridas a partir dos espaços de encontro e troca estabelecidos para o grupo focal. Serão relatados e analisados fatos que contribuem para verificação das condições de formação de uma rede socioambiental solidária local. Dentre essas condições estão o estabelecimento de diálogo, o compartilhamento de linguagem, a capacidade de responsabilização, a vontade e a voluntariedade da participação, a existência de objetivos e ações compartilhadas e o nascimento de um projeto político comum.

4.3.1 A FORMAÇÃO DA SUSTENTAÇÃO E AS ATIVIDADES DE CAMPO

Durante a fase de campo, entre novembro de 2010 e junho de 2011, foram realizados 12 encontros presenciais na UnB (oito rodas de diálogo e quatro oficinas de educomunicação). Nos primeiros encontros da fase de campo da pesquisa na UnB, o grupo de atores socioambientais era referido como 'círculo socioambiental', em alusão aos círculos de cultura descritos por Paulo Freire (1987). Já na primeira oficina de educomunicação, em dezembro de 2010, surgiu o nome do grupo: Sustentação, sugerido por uma representante dos grupos GTRS e Reciclando o Cotidiano e eleito por votação pelos presentes, dentre outras sugestões.

O fomento aos ambientes presenciais e virtuais visou o empoderamento das pessoas e dos grupos no sentido de se responsabilizarem pelo processo de diálogo. Participaram das atividades atores institucionais ligados ao NAA, membros da comunidade universitária (estudantes e professores), atores e grupos comunitários externos, interessados no trabalho socioambiental e na articulação com a universidade.

O contrato com os participantes da pesquisa, de acordo com a metodologia de pesquisa-ação integral (MORIN, 2004), teve caráter informal e aberto e deu-se no primeiro encontro do grupo focal, no dia 22 de novembro de 2010. Este foi o momento de elucidação sobre os principais aspectos da pesquisa como objetivos, duração, metodologia. Houve uma fala breve sobre a teoria de redes solidárias, a pedagogia freireana e a educomunicação, a fim de expor as bases conceituais do trabalho a ser desenvolvido. E também foi compartilhado na ocasião um breve histórico sobre a concepção do projeto e algumas informações relevantes sobre o cenário de pesquisa.

Neste primeiro encontro, os presentes posicionaram-se voluntariamente em favor da proposta de trabalho apresentada e declararam interesse em integrar o grupo focal. O contrato, contudo, foi pactuado e repactuado outras vezes ao longo da fase de campo pois, devido ao caráter aberto da rede, havia quase sempre a presença de novos integrantes no grupo.

Os convites para os encontros do grupo focal da pesquisa foram enviados por *e-mail* e reforçados em eventos presenciais e por ligações telefônicas em casos excepcionais.

Inicialmente, foram utilizados os contatos disponibilizados pelo NAA, sobretudo *e-mails* e listas de discussão virtual dos grupos socioambientais vinculados à UnB. Também foram contatados, por *e-mail* e por telefone, pessoas e grupos socioambientais mapeados durante as atividades presenciais pré-campo. A parceria dos funcionários do NAA foi fundamental para articulação inicial de atores, com destaque para a o espaço aberto para a apresentação da pesquisa durante atividade do NAA realizada na X Semana de Extensão da UnB, e para a mobilização de atores institucionais para a primeira roda de diálogo de 2010.

Após o convite inicial, em cada reunião foram passadas listas de presença e os contatos coletados foram, gradativamente, formando uma lista de *e-mails* do grupo focal. Tais contatos foram adicionados a uma ferramenta virtual de comunicação criada a pedido do grupo.

Os espaços e canais para o diálogo, virtuais e presenciais, fomentados pela pesquisa foram os ambientes para a observação do surgimento das condições para a rede. A existência desses ambientes proporcionou mudança significativa na interação do grupo focal, pois a articulação entre os atores que era inicialmente identificada como deficiente, ou mesmo ausente em alguns casos, passou a ser possível.

A partir das atividades presenciais e dos canais virtuais foi possível o reconhecimento mútuo entre atores, o compartilhamento de ideias, de interesses e a identificação de afinidades. Portanto, os ambientes de interação facilitaram o processo de estabelecimento de diálogo no sentido freireano e no sentido do estabelecimento de fluxos e conexões, essenciais para emergência de redes como afirma Martinho (2004).

Ao longo de toda fase de campo, os espaços e canais de diálogo foram valiosos instrumentos para o exercício potencial de princípios e dinâmicas próprias das redes solidárias como a liderança compartilhada, a democracia, a auto-organização.

A natureza desses canais, abertos ao acesso e à voz de todos, garantia a possibilidade de uma comunicação dialógica, horizontal, autogestionada, democrática e ética tal como elucidada por Freire (1983) e Silva (2009). Os canais permitiam, portanto, que a comunicação se desse de acordo com a forma ideal para o estabelecimento de uma rede solidária, essencialmente horizontal e auto-organizativa; portanto, configura uma condição para a sua formação de acordo com Martinho (2004).

Essa comunicação dialógica e horizontal é condição para a formação de redes solidárias, a fim de garantir a descentralização do poder e o fluxo da informação, como apontado por Makiuchi (2005). Nesse sentido, a configuração dos espaços presenciais e virtuais de diálogo garantiu ao grupo a possibilidade de compartilhamento da informação, de autocapacitação e, portanto, de empoderamento coletivo.

Assim, ao analisar os processos de comunicação procurou-se avaliar se esta foi estabelecida de forma dialógica, configurando-se como condição para a constituição de uma rede solidária local.

Durante os encontros e comunicações virtuais, os atores demonstraram interesse em estabelecer diálogo, em conhecer as ações e projetos uns dos outros e mencionaram diversas vezes a importância dos espaços de comunicação para troca, visibilidade e cooperação entre os atores socioambientais: “Aqui na UnB tem muita coisa acontecendo que a gente não sabe que existe”, disse um ator. “A UnB é muito rica em experiências socioambientais. Elas têm que ganhar visibilidade e se integrar para ganhar apoio.”, atentou outro participante.

O assunto da comunicação foi levantado já na primeira roda de diálogo em que compareceram 28 pessoas. Um dos presentes reafirmou o interesse em estabelecer o contato com os demais atores e grupos. “Para nos articular precisamos de um canal para a comunicação permanente”, disse ele. Os presentes concordaram e sinalizaram a vontade de trabalhar com os meios virtuais de comunicação.

A escolha das plataformas virtuais ocorreu de forma participativa na primeira oficina de educomunicação e redes sociais promovida em parceria com o PACS Projeto - Comunicação para a Sustentabilidade, em dezembro de 2010, na Faculdade de Comunicação (FAC) da UnB. Foi decidido em plenária após dinâmica de discussão em subgrupos que, para a comunicação e planejamento interno do grupo, a melhor opção de ferramenta seria uma lista de *e-mails*. Para a comunicação externa e divulgação das atividades da Sustentação julgou-se ser ideal usar a comunidade virtual. Na ocasião o grupo optou por criar a comunidade na plataforma ORKUT na qual a maioria dos presentes já possuía cadastro. “É importante criar esse grupo virtual antes do período de recesso, para manter ativa a comunicação”, lembrou um dos presentes. A partir de então, a lista de *e-mails* passou a ser a principal forma de comunicação não presencial e de divulgação das atividades.

Ao todo, foram utilizados quatro canais virtuais: a comunidade Sustentação no ORKUT¹¹; o perfil do grupo Sustentação no Facebook¹²; a página do Sustentação no Facebook¹³; e a lista de *e-mails* no Google Grupos¹⁴. Aderiram a essa lista 71 participantes. A comunidade do ORKUT teve 43 inscritos e o grupo do Facebook 39 inscritos. No

¹¹ <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=109562730>

¹² <https://www.facebook.com/groups/201029583272877?ap=1>

¹³ <https://www.facebook.com/pages/Sustenta%C3%A7%C3%A3o/162606510470204>

¹⁴ <https://groups.google.com/group/sustentacaounb?hl=pt>

Facebook também foi criada uma página que teve 31 seguidores, isto é, pessoas que solicitaram receber atualizações das notícias publicadas. Esses dados foram colhidos na primeira semana de junho de 2011.

A comunidade do ORKUT e a lista de *e-mails* foram criadas em dezembro de 2010. Já o grupo e a página no Facebook foram criados em maio de 2011. A lista de *e-mails* e a comunidade do ORKUT foram escolhidas participativamente durante a Oficina de Redes e Educomunicação, enquanto o perfil do grupo e a página no Facebook foram criados após consenso obtido na roda de diálogo do início de maio, quando os presentes alegaram que a ferramenta ORKUT estava em desuso e a preferência por migrar para o Facebook.

Portanto, dentre as ferramentas utilizadas, considerando o tempo de uso e o número de inscritos, houve maior adesão às plataformas Facebook e Google Grupos. O Facebook teve utilização múltipla e adesão significativa, considerando o tempo entre a criação e o encerramento da coleta de dados de apenas um mês. Já a lista de *e-mails* foi a ferramenta que obteve maior número de inscritos e foi utilizada por mais tempo (seis meses e meio). A participação na lista teve caráter horizontal e interativo, sobretudo na fase final de campo quando houve ampliação do envio de mensagens por parte de diversos membros, sem necessidade de moderação. Os dados sobre a participação nas comunidades virtuais estão no Anexo B.

As ferramentas virtuais visaram ao exercício de aprendizado dialógico, isto é, de troca e capacitação mútua entre os atores, remetendo-os à experiência da educomunicação (LIMA, 2009) e da comunicação popular (KAPLÚN, 1987). E a partir das observações avalia-se que os ambientes virtuais de comunicação foram efetivos e relevantes para essa interação dialógica do grupo focado.

Por meio da publicação dos relatos dos encontros presenciais foi possível o acompanhamento não presencial e a contribuição virtual de muitos atores com as discussões e atividades desenvolvidas no grupo, uma demanda reforçada pelo grupo na oficina de janeiro: “os *e-mails* de repasse são importantes porque quando a gente não pode vir, a gente continua acompanhando”, grifou uma participante.

Os canais virtuais de comunicação foram utilizados para discussões, compartilhamento de materiais e para conexões entre atores. As comunicações em meio virtual foram relevantes também para a emergência de ações articuladas, por exemplo, a troca de vídeos socioambientais e de comentários sobre os mesmos.

Pelos meios virtuais ocorreu o compartilhamento de documentos relativos à gestão socioambiental dos campi e a contribuição de alguns membros da Sustentação para a elaboração de uma proposta para o seminário socioambiental do NAA-2011. E foi possível a

articulação virtual dos grupos Reciclando o Cotidiano e Sete Saberes para a realização de atividade socioeducativa em uma escola do Guará na primeira semana de junho de 2011.

Os canais virtuais foram os principais meios de comunicação utilizados no grupo. Entretanto, eram convidados a participar dos ambientes virtuais somente aqueles que faziam contato inicial com a Sustentação em um encontro presencial e assim tinham condições de se identificar com a proposta em curso. Buscava-se, que a participação virtual fosse engajada e alinhada com os objetivos e ações do grupo e que a inscrição dos membros não servisse apenas como dado quantitativo. No entanto, houve diversos usuários que aderiram aos meios virtuais e não participaram proativamente.

Muitos dos atores inscritos nos ambientes virtuais se comportaram como receptores passivos das comunicações e dos convites, comparecendo esporadicamente às atividades presenciais e sem comprometer-se efetivamente com o coletivo. Assim, estes se abstiveram de proclamar sua palavra, sua visão de mundo, passo inerente à práxis freireana (FREIRE, 1987). Faltou a capacidade de compromisso perene.

Cabe aqui uma reflexão pautada em Bauman (2009) que atenta para o excesso de informações disponíveis e para a escassez de tempo para o aprofundamento e o uso delas. Ele atenta que, na impossibilidade dos indivíduos se manterem imunes ao fluxo de informações, estes caem na tentação de adesão virtual às comunidades e causas sem o necessário engajamento político. Nesse contexto, as informações abundantes parecem não serem suficientes para transformar a relação individualista predominante entre os cidadãos modernos e nem a forma de relação dicotomizada destes com a natureza, descrita por Morin & Kern (1995) e citada por Makiuchi & Mourão (2003).

Mesmo quando o cidadão moderno se empenha em aprofundar-se em uma questão e engajar-se a um movimento, no momento seguinte as informações ou capacidades adquiridas já se tornaram obsoletas e precisam ser descartadas. Assim, a informação não é revertida em capacidade de ação e cria-se o fenômeno apontado por Wolton (2004): o gigantismo social no que se refere ao conhecimento e a pequenez, no que se refere à atuação.

Além disso, segundo Bauman (2009), o indivíduo, na grande maioria dos casos, vê-se compelido a atuar em várias frentes ao mesmo tempo sem, contudo, ser capaz de aprofundar sua participação de forma que atinja um caráter crítico e transformador. Apesar da disponibilidade de informação, não se reflete coletivamente sobre a realidade experimentada e não se concebem projetos políticos visando o bem comum, tal como prega a pedagogia freireana (FREIRE, 1987).

Assim, muitos dos que atualmente se declaram afeitos a causas sociais e ambientais marcam presença e aumentam as estatísticas de participação nas comunidades virtuais

referidas por Bauman (2003) como “comunidades cabide”. Esse tipo de participação gera falso senso de vinculação. E perde-se assim o potencial de constituição de ambientes virtuais dialógicos e políticos, perde-se o potencial de criação de comunidades de aprendizagem, como descritas por TORRES (2001), em que haveria troca e aprendizado compartilhados, reflexão e ação transformadoras.

Por outro lado, caso os ambientes virtuais modernos se configurassem em comunidades de aprendizagem, estas se tornariam canais de expressão dos atores realmente vinculados por projetos, ideias e práticas coletivas. Nestes casos, o aprendizado ocorreria de forma circular e dialógica.

A preocupação de que a sustentabilidade não fosse tratada desta forma superficial na Sustentação, sem embasamento político ou pedagógico de fundo, foi levantada por um membro do coletivo em uma das oficinas: “é importante um processo educativo de base, pra que a sustentabilidade não fique no marketing”.

Assim, apesar da observação do perfil passivo e menos engajado de participação de diversos membros dos ambientes virtuais da Sustentação, de forma geral houve participantes que se posicionaram e interagiram criticamente, mesmo que de forma pontual. Estes declararam interesse em fortalecer os espaços coletivos como lugares de diálogo e de aprendizagem comunitária: “é fundamental promover a formação pessoal e intelectual nesses encontros e oficinas”, disse um participante da segunda oficina.

Nesse sentido, a principal capacidade a ser aprendida pelo grupo, para além da aquisição de informações e de habilidades técnicas, seria o próprio o diálogo refletido na vinculação, no engajamento e no convívio. Isto é, a demanda para a emergência da rede é a reconstrução do espaço público e dos laços de comunidade como lembram BAUMAN (2003, 2009) e MAKIUCHI (2005). E os espaços presenciais, por permitirem o encontro face a face, foram espaços privilegiados nesse sentido.

Nas 12 atividades presenciais realizadas foram colhidas 190 assinaturas por meio das listas de presença. Também foi compilada uma lista geral de contatos com dados (nome, e-mail, grupo, organização ou instituição de origem) dos participantes das atividades presenciais. À lista de contatos eram acrescentados, a cada encontro, somente os dados dos novos participantes, contabilizando 132 indivíduos que compareceram ao menos uma vez às atividades presenciais. Essas pessoas se identificaram como originários ou representantes de 49 coletivos, organizações ou instituições, sendo que algumas pessoas se identificaram como representantes de mais de uma origem.

Em ordem decrescente, os grupos ou instituições com mais representantes na lista geral de contatos foram: Projete; Sete Saberes; Clube de Yoga; NAA e Tupã. Dez ou mais pessoas da lista geral de contatos se identificaram como representantes desses grupos,

sendo o Projete o mais citado, com 16 participantes distintos representando-o nas atividades presenciais.

A cada encontro presencial compareceram, em média, representantes de oito origens (grupo/instituição) distintas, além de atores individuais. Os grupos representados em mais encontros, seguidos do número de atividades da pesquisa em que foram citados na lista de presença, são: GTRS, 7; Tupã, 5; Clube de Yoga Mover Juntos, 4; Sete Saberes, 6; NAA, 8; Projete, 8; Reciclando o Cotidiano, 6; Cerrado em Pauta, 5; Usina, 4; Núcleo de Extensão da Estrutural (NEXT), 5.

Entre rodas e oficinas, a participação média foi de 17 pessoas por encontro, sendo que a roda com mais participantes alcançou o número de 34 presentes e a com menos adesão contou com cinco pessoas. A oficina mais frequentada obteve 26 assinaturas na lista de presença e a com menor participação contou com 11 presentes.

Dentre o público da pesquisa, houve participação significativa de representantes de 15 projetos vinculados ao NAA como Pontos de Ação Cultural Sustentável, de professores e de estudantes da UnB. A greve deflagrada em 2010 influenciou na participação desses atores, sobretudo dos integrantes de PACS, pois acarretou na ausência de fomento institucional durante o período de paralisação dos funcionários da UnB.

Na fase após a greve a participação nas atividades de pesquisa continuou prejudicada devido ao reajuste do calendário letivo. No planejamento inicial da pesquisa, o campo deveria ocorrer ao longo de um semestre corrido. A continuidade das ações por alguns meses seguidos era considerada importante, sobretudo na fase de formação do coletivo. Todavia, no contexto real, houve interrupção no curso das atividades de campo em dois momentos - entre dezembro e janeiro para o recesso de final de ano e entre fevereiro e março, para as férias.

Os efeitos da greve na participação puderam ser notados mesmo após seu encerramento. Relatos dos extensionistas e de professores coordenadores dos projetos indicam que a compactação do semestre para reposição das aulas perdida, sobrecarregou estudantes e docentes e interferiu na participação em atividades extracurriculares.

A participação dos PACS caiu também em âmbito institucional, como relatou em entrevista a coordenadora do NAA, Clélia Parreira. Ela disse que entre o segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011 muitos projetos vinculados à Agenda Ambiental mantiveram-se ausentes das reuniões institucionais, justificando a distância pela sobrecarga de atividades acadêmicas.

Mais uma vez, faz-se consistente a análise de Bauman (2009) acerca da sobrecarga de atividades interferindo na capacidade de aprofundamento e vinculação do cidadão moderno a grupos e causas.

A greve também acarretou no atraso em seis meses do lançamento do edital *Mostre Seu Amor pela UnB 2010*, levando à ausência de recursos previstos para a realização das ações socioambientais até outubro de 2010 e à ausência de bolsas de extensão até maio de 2011. Esse fato também interferiu na dinâmica regular dos projetos socioambientais que, em sua maioria, permaneceram em estado latente ou de relativa desarticulação interna até a regularização do calendário letivo e o lançamento de um novo edital de fomento.

Conseqüentemente ocorreu também entre a fase de greve, em 2010, e a regularização das atividades da universidade, em 2011, a redução de algumas equipes operativas socioambientais. Na primeira roda de maio, por exemplo, uma representante do Tome Consciência solicitou ajuda para a mobilização de novos voluntários, pois apesar da persistência do projeto cadastrado desde 2008 como PACS, o esvaziamento momentâneo da equipe comprometia sua continuidade. “Vim aqui pedir ajuda. Sem voluntários, não podemos continuar as ações. É um projeto importante, nós não podemos deixar acabar”, disse ela.

Observa-se, porém, que a alternância na composição das equipes dos PACS já era frequente, mesmo durante a transição entre semestres regulares, sem greves. Portanto, a greve e a paralisação temporária de muitos projetos apenas agravaram o quadro.

As observações de campo mostraram ainda que o fomento institucional aos projetos socioambientais locais, por meio de edital e da oferta de bolsas, era fator relevante para mobilização dos atores. Um exemplo disto foi a ampliação da participação na primeira roda de diálogo de maio em vésperas de lançamento de um novo edital de fomento. Na ocasião, um número significativo de atores, aproximadamente metade dos presentes, declarou estar ali pelo interesse em se vincular ao NAA como bolsista de extensão.

Na roda de abril, que obteve o menor quórum de todos os encontros, o assunto também fora discutido. Destacou-se durante o diálogo a percepção do aumento da participação dos atores socioambientais no período de vigência dos editais e das bolsas de extensão, o que indicava a importância do fomento para a continuidade das ações.

Observou-se que fomento institucional aos projetos, além de viabilizar a materialização das ações, também acarretou em 2008 e 2009 uma maior responsabilização dos atores que vinculados ao NAA se comprometiam formalmente com a execução das ações, a apresentação de relatórios de atividades e a prestação de contas.

A redução do ritmo ou mesmo a paralisação de muitos PACS na ausência de fomento e do compromisso institucional demonstrou relativa dependência do NAA para a perenidade das ações. Apontou também para a necessidade de ampliação da autonomia e do protagonismo nos grupos em busca de alternativas para continuidade de suas ações.

Exceção à regra foi o projeto UnVerde desenvolvido inicialmente por duas participantes da Sustentação.

Duas estudantes de Engenharia Florestal, uma delas membro da Tupã, trouxeram à segunda roda de maio a demanda por colaboração para a escrita de um projeto para concorrer ao edital de fomento vinculado ao Festival de Música SWU (Starts With You), que disponibilizava aos ganhadores verba de 500 mil reais para o desenvolvimento de projetos pela sustentabilidade local. A ideia das estudantes, materializada no projeto UnVerde, era transformar a UnB em uma universidade “verde”. As integrantes do UnVerde relataram terem procurado a Sustentação pois reconheceram no coletivo um núcleo de articulação e apoio à sua ideia.

Realmente, a possibilidade de fomento sinalizada pelo edital SWU para realização de ações socioambientais de áreas diversas despertou o interesse e houve a colaboração de vários membros da Sustentação. Houve diversas manifestações de apoio ao projeto, sobretudo nos ambientes virtuais.

Após a primeira discussão presencial foi disponibilizado *on-line* o documento de políticas socioambientais fruto do seminário realizado pelo NAA em 2009, como base para reflexão e desenvolvimento de uma proposta para a UnB. Foram ainda enviados pela lista virtual dados para fundamentar o projeto, como os números sobre a produção de resíduos sólidos na universidade disponibilizados por integrantes do GTRS, Reciclando o Cotidiano e do Recycle Vida.

O caminho de inscrição de projetos para editais de fomento externo à UnB foi apontado durante a discussão sobre o UnVerde como uma perspectiva para o futuro em prol da autonomia das ações do grupo. “Esse não é o único edital. Haverá muitos outros. Oportunidades assim surgem a todo tempo”, disse uma das presentes na última oficina de educação, em junho de 2011.

O desenvolvimento de projetos e ações compartilhadas e a ampliação da autonomia dos atores são, conforme exposto no capítulo dois, segundo Mance (2002) e Martinho (2004), fatores primordiais à formação de uma rede social solidária. Neste sentido, a mobilização de diversos membros da Sustentação para contribuir com a concepção do UnVerde e a busca de fomento não institucional para o projeto de uma “universidade sustentável” são sinais positivos de amadurecimento do grupo.

Voltando o olhar, novamente, à questão da participação presencial, outro ponto que interferiu na frequência e na vinculação dos atores foi o caráter itinerante das reuniões adotado por sugestão do grupo focal. Foi proposto pelos participantes, ainda durante as atividades pré-campo, que utilizássemos os horários e locais dos encontros semanais dos próprios projetos e para reunião da Sustentação. Isto faria com que circulássemos de modo

a proporcionar o conhecimento das dinâmicas de todos os grupos e a evitar o estabelecimento de um novo horário de reunião.

Tal proposta foi retomada e pactuada no primeiro encontro da pesquisa quando os participantes se comprometeram a convidar os parceiros a seus espaços permanentes de forma alternada. A pactuação inicial foi para que estes convites ocorressem com frequência quinzenal e de forma voluntária.

A proposta era bastante interessante, pois permitiria a experiência dos princípios da horizontalidade e da multiliderança (MARTINHO, 2004). Durante as primeiras três rodas e a primeira oficina os participantes honraram o compromisso assumido e as atividades foram realizadas, respectivamente, nos espaços de reunião semanal da Tupã, o Centro Acadêmico de Engenharia Florestal, na sala de aulas do Clube de Yoga, no prédio SG 10 da UnB, no DEX, sede do NAA, e na Faculdade de Comunicação, onde se reunia o Projeto. Tais encontros foram marcados pelo protagonismo e pelo uso de linguagens e dinâmicas próprias aos grupos anfitriões.

Entretanto, relatos de participantes que se manifestaram por *e-mail* ou nos momentos de avaliação em grupo levam à conclusão que a estratégia itinerante dificultou a participação continuada em reuniões subsequentes devido à mudança frequente de horário e do dia de ocorrência dos encontros. Segundo os atores, houve dificuldade em conciliar o calendário volúvel da Sustentação aos horários de aula ou trabalho. Mesmo assim, os grupos mais assíduos prezaram por manter a participação representativa e o acompanhamento das discussões pelos canais virtuais.

Após as férias foi ainda mais difícil manter a estratégia itinerante, pois não houve novas ofertas de grupos para sediar as reuniões, com exceção da reunião realizada no final de maio no CDS a convite do GTRS. A quebra do compromisso assumido pelos grupos nos encontros iniciais de ofertar seus espaços e sugerir dinâmicas para as reuniões da Sustentação denota que a capacidade de responsabilização dos grupos e atores pontuais com uma proposta de articulação autogestionada ainda precisa ser aprimorada. Essa capacidade é importante para que os princípios da multiliderança, da horizontalidade e da gestão democrática, descritos por Martinho (2004) e Mance (2002) no referencial sobre redes solidárias venham a ser expressos plenamente.

Outros princípios das redes descritos por Martinho (2004) que se relacionam com a capacidade de responsabilização e que interferiram na participação dos atores são a abertura e a voluntariedade.

A participação, presencial ou virtual, individual ou representativa, ocorreu de forma aberta e voluntária. Tal condição foi pactuada com o grupo desde o momento do contrato inicial. Na segunda roda de diálogo, em dezembro de 2010, os participantes discutiram a

importância de se manter o caráter aberto do grupo para continuar a incluir atores diversos, abrangendo outros segmentos da comunidade universitária: “é importante que a rede seja aberta para chegar mais gente. Vai ser ótimo se os funcionários participarem também”. “Temos que trazer as pessoas dos outros campi”.

Contudo, tal dinâmica de abertura e voluntariedade na participação, apesar de coerente com os princípios de rede, acarretou na variação significativa, de encontro a encontro, na composição e na frequência de participação dos atores da Sustentação. Houve alternância entre diferentes graus de comprometimento das pessoas ou dos grupos envolvidos. Um dos principais prejuízos dessa volatilidade foi observado no processo de vinculação dos membros ao coletivo em formação.

Neste ponto cabe retomar a análise de Bauman (2003) a respeito das relações na modernidade líquida e da dificuldade de manutenção dos laços em um mundo instável e imprevisível. Tal consideração esteve refletida na forma de participação, tanto virtual quanto presencial, e na incapacidade de vinculação de parte do público da pesquisa.

A dificuldade da participação contínua pode em parte ser explicada se evocarmos as ideias de Bauman (2003, 2009) a respeito da sociedade atual e de suas características básicas tais como a rapidez dos processos e a impermanência dos laços humanos. Nesse sentido, os esforços em criar espaços de diálogo são, na verdade, esforços de resistência a um modelo de modernidade que impinge ao ser humano um comportamento altamente individualista.

Cabe argumentar que, no contexto moderno, o fomento aos espaços de diálogo e acolhimento do outro encontrarão, inequivocamente, dificuldades em se estabelecer dadas todas as outras condições e vivências a que cada um está sujeito no seu cotidiano.

Todavia, a continuidade das ações pautadas em acordos e pactos feitos pelos membros da Sustentação pode contribuir para a efetivação de uma comunidade em que práticas e propósitos sejam partilhados.

As comunidades na modernidade, conforme análise de Bauman (2003), não se configuram mais pela mesmidade, como acontecia outrora, porém pela pactuação e repactuação constantes.

E nesse sentido, ao retomar a ideia de comunidade, vale ressaltar a primazia do estabelecimento de diálogo para a formação de uma comunidade no sentido atribuído por Freire (1987). Isto é, para a comunidade surgir é fundamental o desenvolvimento de vínculos afetivos, marcados por relações de confiança, humildade e amor.

O estabelecimento desse nível de diálogo é um grande passo para a constituição da rede, ao mesmo tempo em que, como apontado por Makiuchi (2005), as redes solidárias são lócus de emergência de *communitas*.

Todavia, laços fortes e profundos tais quais os comunitários não poderiam ser plenamente estabelecidos no tempo destinado às atividades de pesquisa e nem era esperado que o fossem. O objetivo pretendido e considerado viável, no tempo e nas condições contextuais apresentadas, foi estabelecer condições para que o diálogo tivesse lugar. A partir do aprofundamento do diálogo poderiam nascer os vínculos que embasariam tanto a rede quanto as relações comunitárias que a sustentam.

Cabe lembrar que, segundo Freire (1987), a constituição de uma linguagem comum aos participantes é condição para o estabelecimento de diálogo, pois propicia o entendimento mútuo e partilha. É a partir da construção de significados comuns que se abrem possibilidades para a definição de objetivos comuns e para a constituição de um projeto político transformador.

Nesse sentido, as oficinas foram momentos fundamentais ao compartilhamento de conceitos importantes para a reflexão e para a prática coletiva. Nelas, foram abordados conceitos relacionados às redes solidárias, à pedagogia freireana e à educomunicação, ampliando as possibilidades de interpretação do grupo.

O compartilhamento dos princípios das redes sociais solidárias e das bases da educomunicação foi indispensável para possibilitar clareza em relação à proposta de pesquisa, para garantir a adesão consciente dos atores e depois, para a autoidentificação do coletivo com a perspectiva de organização em rede solidária.

Tais conceitos foram gradativamente incorporados pelo grupo e reforçados no discurso dos participantes, o que pôde ser percebido na interlocução e nos posicionamentos durante as atividades presenciais. Por exemplo, durante a exposição dos objetivos almejados para o grupo, os participantes mencionaram estar motivados por ou ter interesse em: “transformar a realidade”, “construir uma vida digna, responsável e solidária para uma práxis transformadora”, “formar uma rede”, “compartilhar conhecimentos”, “discutir e refletir sobre as questões ambientais”.

Entretanto, os conceitos expostos e discutidos tiveram que ser retomados diversas vezes devido à constante chegada de novos atores. Contudo, a partir da compreensão e utilização dos termos pelo grupo focal, a transmissão dos conceitos para os novos participantes se deu de forma mais fluida e natural, pois os participantes das rodas e das oficinas passaram a ser também transmissores das ideias fundamentais de rede e educomunicação para os recém-chegados.

Algumas das ideias centrais sobre as redes foram retomadas na dinâmica utilizada para a definição de um objetivo comum aos integrantes da Sustentação. Aqui vale retroceder um pouco no relato e descrever o momento da percepção da necessidade de definição de um objetivo comum pelos membros do grupo.

A demanda surgiu na roda de diálogo realizada em janeiro, no DEX. Em certo momento, ao falarmos sobre possibilidades de articulação entre projetos socioambientais os participantes trouxeram ideias como:

Um espaço articulador dos projetos deveria funcionar como um fórum". "Os responsáveis pela articulação são os próprios estudantes". "Para que a articulação aconteça temos que descobrir os nossos objetivos comuns". "Não chegaremos a ser um coletivo enquanto não tivermos um objetivo comum, não puxarmos atividades juntos.

Era consenso de que a definição de um objetivo comum aos projetos, ligados ou não ao NAA, fortalecê-los-ia mutuamente e de que isso poderia ser feito nos encontros da pesquisa, pois a Sustentação tinha potencial de propiciar a articulação desejada. Assim, o encontro seguinte, a oficina de janeiro, foi dedicado à definição do objetivo comum ao grupo.

Num primeiro momento, os presentes expressaram suas opiniões individuais sobre qual seria o objetivo do coletivo em formação usando tarjetas. Dentre as respostas estavam:

(1) conectar saberes, integrar ações, promover a educação socioambiental, colocar em prática e unir ideais sobre a sustentabilidade ambiental, (2) fortalecer o cenário da sustentabilidade na UnB e expandi-lo, (3) tecer rede de pessoas sensibilizadas com a real sustentabilidade, (4) realizar ideias criativas na prática, (5) estimular o envolvimento e a participação nas ações sustentáveis, (6) estreitar os laços entre diferentes atores socioambientais.

Estes posicionamentos foram lidos em grupo e discutidos. Então foi pactuado um objetivo comum ao grupo: constituir uma rede para a promoção da sustentabilidade socioambiental por meio da ação, da reflexão, da interação, da troca e do aprendizado comum.

Observa-se que tanto os objetivos expressos individualmente, quanto o objetivo consensuado em roda pelos participantes da oficina, remetem aos princípios de rede solidária e às dinâmicas de comunidades de aprendizagem descritas por Mance (2002) e Torres (2001), respectivamente. E também guardam relação com os processos educacionais, descritos por Lima [s.d] e por Soares (2000), demonstrando a incorporação dos conceitos trabalhados nos encontros anteriores e reafirmando a intenção de dar continuidade à proposta iniciada.

A definição de objetivos para a Sustentação por meio do diálogo também configura outra condição fundamental para a formação de redes solidárias, pois os propósitos partilhados são elementos aglutinadores que fazem convergir vontades e ações do grupo. A definição de objetivos comuns foi apontada por Martinho (2004) como fator importante

também para o exercício do autogoverno, para a coesão do grupo, para nortear ações individuais e coletivas e para possibilitar a autoidentificação de novos participantes com a proposta do coletivo.

Além disso, vale lembrar que processo de pactuação do objetivo pelo diálogo é, segundo Bauman (2003), o único meio de estabelecimento de um grupo onde as relações predisponham à formação de laços no contexto da modernidade.

Os ambientes de diálogo fomentados pela pesquisa visaram também que o discurso fosse aprimorado, tornando-se cada vez mais crítico a partir das falas e olhares sobre a realidade circundante e do engajamento voluntário para a promoção da sustentabilidade local.

Nas diversas ocasiões em que foram questionados aspectos relativos ao contexto histórico de ação socioambiental, ou foram indagadas as alternativas de participação política, procurou-se promover situações em que os atores chave fossem acionados para a continuidade do diálogo e da reflexão. Também agiu-se para que as discussões prévias fossem retomadas de um encontro a outro, mesmo que os debatedores principais estivessem ausentes, ampliando assim a capacidade de reflexão de todo grupo. Exemplos disso foram as discussões sobre políticas para a gestão sustentável da UnB.

Desde as primeiras rodas alguns participantes do grupo focal trouxeram elementos que propiciavam uma análise mais crítica da realidade circundante e o denotavam um potencial engajamento em ações socioambientais transformadoras.

Na segunda roda de diálogo em dezembro de 2010, por exemplo, foram apontadas questões do contexto socioambiental, dentre elas a necessidade de regularização do Laboratório de Tecnologias Sustentáveis (LABTEC) da UnB e a demanda por mais autonomia e participação em espaços de decisão. “O LABTEC é nosso espaço de prática, nos temos que cuidar dele. Ele ainda não é reconhecido na universidade”, disse um integrante da roda. “Os estudantes têm que participar mais, ir às reuniões da Comissão da Agenda”, afirmou outro participante nesta mesma ocasião. Uma professora que integrava a roda mencionou a importância de discutir essas questões com a equipe do NAA e de compreender melhor o contexto socioambiental local.

A roda de janeiro realizada no DEX teve, então, esse objetivo. Contou com a presença dos coordenadores do NAA e de membro da Comissão da Agenda para a elucidação do contexto socioambiental da universidade. Abordou-se a questão das políticas locais para a sustentabilidade. Foi apresentado um breve relato histórico sobre as agendas 21 locais e destacou-se a fala da professora Izabel Zaneti, que participou das atividades da primeira Agenda 21 da UnB e atualmente é membro da Comissão da Agenda. Segundo ela, as iniciativas desenvolvidas entre 1998 e 2002 não se perpetuaram por falta de uma política

socioambiental institucional que garantisse o compromisso perene da gestão com a questão. Portanto, um dos pontos mais relevantes para discussão em relação à história recente da UnB era a inexistência de políticas institucionais para sustentabilidade local. Citou-se o documento propositivo de políticas públicas para a gestão socioambiental da UnB desenvolvido em 2008 no âmbito da Comissão e discutido novamente em 2009 com a participação da comunidade acadêmica durante o seminário Gestão Socioambiental na UnB – em Debate, realizado pelo NAA. Foi informado que, apesar do interesse declarado por todos os envolvidos na elaboração deste e do consenso quanto à relevância da proposta, até aquela data, a proposta continuava informal.

Ainda em 2009, após o Seminário, o documento fora entregue pessoalmente ao Reitor pela equipe do NAA com a solicitação de que fosse utilizado como base para se pensar a gestão sustentável dos campi e de que, a partir dele, fosse normatizada uma política socioambiental.

O processo de institucionalização de uma política socioambiental não avançou após o seminário de 2009. Apesar disso, o documento resultante foi adotado internamente e passou a pautar as ações da Agenda Ambiental, conforme esclarecido por Fernando Carneiro, vice-coordenador do Núcleo. Após a roda de janeiro, o documento propositivo de políticas socioambientais para a UnB foi disponibilizado pelas ferramentas virtuais para conhecimento e discussão no âmbito da Sustentação.

A participação dos membros do Diretório Central dos Estudantes (DCE) na roda de abril também trouxe pontos de vista e sugestões muito relevantes sobre o contexto socioambiental. Falamos novamente sobre a importância de se instituir uma política permanente a fim de garantir a continuidade das ações pela sustentabilidade nos campi. Um dos representantes do DCE mencionou a possibilidade de inserir a questão ambiental permanentemente na universidade. “Podemos tentar inserir as questões socioambientais no estatuto da UnB”, disse. Refletimos sobre essa possibilidade e sobre a razão de não haver um movimento de base fortalecido que demandasse a formalização de um compromisso com a gestão sustentável local. Os integrantes do DCE se interessaram em conhecer melhor o documento resultante do seminário 2009 e em participar de encontros para o aprofundamento desse tema. Eles foram adicionados aos grupos virtuais para terem acesso ao texto integral da proposta. Todavia, após a primeira participação do DCE, não houve retorno presencial, nem interação virtual.

A presença de falas que se apresentaram como preocupações ou demonstração de interesse político são indicadores de um movimento do sujeito para a ação engajada na transformação da realidade socioambiental da UnB.

Contudo, apesar do interesse declarado e do compromisso verbal dos atores da Sustentação com a discussão política, esta não avançou significativamente até o final das atividades de campo. Mostrou-se necessário atingir um grau maior de responsabilização do grupo para o tratamento da questão das políticas socioambientais.

Os relatos acima mostraram que apesar da consciência e da visão clara de alguns atores que estiveram nas rodas e oficinas da Sustentação sobre a necessidade de ampliar a atuação política para a resolução dos problemas socioambientais enfrentados coletivamente, a dificuldade de constância e de vinculação impede que a discussão avance. A questão da vinculação foi analisada acima, a luz do pensamento de Bauman (2009) e diz respeito ao contexto vivenciado na modernidade. Apesar disso, mesmo sem persistência na participação, as falas pontuais sobre o contexto político local serviu ao aprendizado e à reflexão de todos, permitindo a abertura de toda a comunidade a novos pontos de visão.

Caso os desafios da vinculação e da responsabilização sejam superados, a Sustentação poderá vir a se transformar em referência para a práxis comunitária em prol da sustentabilidade local.

A discussão sobre políticas socioambientais é, em princípio, um tema que pode continuar a despertar interesse e envolvimento geral dos atores socioambientais, pois aborda todas as áreas de atuação dos projetos membros da Sustentação.

O convite do NAA para participação da Sustentação no planejamento do seminário socioambiental 2011 mostrou que o coletivo vem conquistando seu lugar em espaços de discussão política e planejamento da gestão socioambiental. É possível que as discussões e o planejamento do seminário socioambiental do NAA em 2011 venham a se configurar como tema aglutinador de projetos das diversas áreas e assim promover atuação coletiva e o engajamento político. A demonstração de interesse observada entre os membros da Sustentação em conhecer a proposta de política existente e em discuti-la, como contribuição ao próximo seminário, é um forte indicativo de engajamento futuro dos atores.

Em entrevista realizada ao final das atividades de campo, a coordenadora do NAA Clélia Parreira reafirmou a abertura do Núcleo para o diálogo com os estudantes e com a Sustentação. Afirmou que os espaços políticos existentes estão abertos para o diálogo, a exemplo das reuniões da Comissão da Agenda e dos GTs específicos.

No entanto, para que a inserção do coletivo nestes espaços seja qualificada é importante que a questão política seja aprofundada primeiramente na Sustentação, nos ambientes de diálogo do coletivo.

Até o final das atividades de campo a discussão política não resultou em uma reflexão consistente e a Sustentação não avançou no sentido da elaboração de um projeto político próprio e consolidado. A definição de um objetivo comum foi o primeiro passo no processo

de reflexão para a definição desse projeto comum, mas um amadurecimento mais consistente da dimensão política é fundamental para que o grupo avance para a formação de uma rede solidária.

A dimensão política de atuação da rede solidária é descrita por Mance (2002) e está alinhada também com os escritos de Freire (1987) sobre solidariedade e emancipação. Isto é o que diferencia esse tipo de rede das diversas outras possibilidades num contexto que, como afirma Martinho (2004), tudo pode vir a ser chamado de rede, enfraquecendo essa ideia-força. De acordo com Mance (2002) o caráter solidário da rede está vinculado justamente ao seu potencial transformador e emancipatório.

O interesse em interagir com demais atores e projetos numa perspectiva de rede solidária visando à troca, o diálogo e a transformação em prol da sustentabilidade foi reafirmado pelos atores nas ocasiões destinadas à avaliação coletiva das atividades de campo. Este objetivo está claramente expresso no objetivo comum pactuado pelo grupo.

Durante a fase de campo, alguns membros já identificavam a Sustentação como sendo uma rede. “A rede para mim é ação em movimento. Estou em conexão, estou em movimento, o que vejo aqui já é uma rede”, disse uma participante.

Ao ser questionada sobre o potencial de constituição de uma rede solidária local, a coordenadora do NAA disse compreender que “Tanto o Núcleo, quanto a Sustentação, fazem parte de uma rede maior pela sustentabilidade, que ultrapassa as fronteiras da universidade”.

Outros acreditavam que para ser rede ainda seriam necessários alguns passos, como o desenvolvimento de mais ações coletivas: “precisa ter mais interação, precisa de um planejamento coletivo”; “para uma rede se formar é preciso ter um foco de trabalho próximo. Sinto falta de termos uma ação que o coletivo desenvolva, de ver todos atuando juntos”.

Apesar dos contrapontos, foi consenso entre os participantes que a Sustentação teria potencial e também interesse em configurar-se como uma rede solidária. Mas, para que isso ocorra será preciso vencer os desafios observados, sobretudo o da vinculação e o da responsabilização dos membros por um projeto comum em prol da sustentabilidade local.

A dificuldade de vinculação esteve exemplificada na fala do membro do DCE: “é muito difícil, no contexto estudantil, ter reuniões com uma frequência boa e muita gente participando. A gente começa com um número bom, depois vai minguando”. A questão, portanto, é novamente a capacidade de responsabilização frente ao compromisso com a sustentabilidade local. E a não vinculação, por si, inviabiliza a responsabilização por um projeto político comum.

Tais dificuldades aparecem, como visto em Bauman (2009), como facetas da crise moderna que afeta a sociedade como um todo e está refletida no contexto local. Trata-se da crise do isolamento dos indivíduos, das solidões agenciadas descritas por Wolton (2004). E também da morte do espaço público, anunciada por Bauman (2009).

Nos grupos em que se destacaram em capacidade de liderança e responsabilização mostrou-se importante a presença de membros com mais experiência política ou profissional, isto é, com capacidades de organização e de gestão desenvolvidas.

Ao participar de reuniões semanais de tais grupos, observei que esses líderes exerciam uma gestão não hierárquica que, por sua vez, demandava a real mobilização e comprometimento das equipes que trabalhavam não por obrigação, mas por vontade e paixão. Em relação aos PACS, destacou-se a capacidade proativa daqueles em que os professores coordenadores estiveram presentes e participaram das atividades ao lado das equipes de estudantes.

Assim, ampliação da participação dos professores e funcionários dos campi na formação da rede foi considerada importante e desejada pelos atores desde o início das atividades de campo. A participação destes, mesmo que pontual, durante o campo da pesquisa, contribuiu para o aprofundamento das discussões e para o amadurecimento político do grupo.

A fala de uma professora coordenadora de PACS, participante da Sustentação, no momento de avaliação final de uma das atividades presenciais ressaltou a necessidade de paciência e perseverança para a consolidação da rede socioambiental e para o fortalecimento dos vínculos no grupo.

A gente está em uma cidade que é jovem, tem só 50 anos, em uma universidade que também é jovem. Os projetos começaram nesse cenário, e não têm nem meia década. Isso, para a questão socioambiental, é um milésimo de segundo. Então temos que botar nessa escala.

Ela ressaltou que a maturidade da Sustentação viria com o tempo e traria maior grau de responsabilização, mais efetividade e profundidade nas reflexões e ações do grupo.

Numa contraposta ao individualismo vigente, a formação de uma rede comunitária pela sustentabilidade local necessita de tempo para o diálogo e a vinculação. E, como afirmado por integrante da roda, tratando-se de uma transformação cultural, não parte de uma simples decisão. É necessário um esforço cotidiano, de transformação pessoal e coletiva.

A gente precisa ter muita paciência, nós todos. Cada grupo tem uma história, uma agenda, uma rotina. Se a gente está aqui é porque achamos que é importante fazer coisas novas. Mas uma prática cultural não muda assim [...]. A gente vai, por tentativa e erro, experimentar ações comuns e ver que situação gerou mais interesse, mais resultado¹⁵.

Essa fala circunscreve-se no que teoriza André Morin (2004) sobre a pesquisa-ação integral. Ele afirma que no “coração do processo” da pesquisa-ação está a compreensão de que a ação revela também as escolhas que os envolvidos são capazes de assumir. Portanto, é importante não exceder os limites das capacidades individuais e coletivas. Isto significa, no caso da Sustentação, respeitar o tempo de resposta dos atores e compreender que algumas ações e seus resultados ainda serão colhidos, a seu tempo, mesmo que na fase posterior à pesquisa.

Assim, é possível que a cultura solidária tenha seu lugar assegurado mediante a persistência e do fomento ao desenvolvimento de ações comuns e da constituição de um projeto político que embase a Sustentação enquanto movimento.

A “paixão” dos integrantes do coletivo pela causa socioambiental, declarada por participantes em momentos de avaliação grupal, e a identificação de um objetivo comum ao grupo ajudam a criar o contexto de onde poderá emergir a mudança, a despertar o estado nascente descrito por Alberoni (1991).

Mas, para a validação política do sonho coletivo, este precisa se expressar em ação capaz de transformar o mundo como nos lembra Freire (1987). Nesse sentido, Martinho (2004) lembra que as redes são invisíveis até que acionemos o seu potencial de ação. Então as conexões são evidenciadas, os parceiros se mobilizam e unem-se para a realização coletiva, para a cooperação solidária. A percepção do potencial de constituição da rede a partir da ação comum foi evidenciada na fala de uma participante: “vejo que só a partir das ações coletivas é que a rede e suas interações vão acontecer, naturalmente. Não vai mais precisar de ninguém chamando”.

Durante a fase de campo houve ações coletivas propostas por mim a partir da escuta sensível e do alinhamento dos rumos da pesquisa com as demandas do grupo (espiral) (BARBIER, 2004) e ações propostas e desenvolvidas pelos atores em rodas ou oficinas. As ações desenvolvidas pela Sustentação possibilitaram a visualização das potenciais conexões de uma rede solidária local.

Pela formação de um campo de diálogo entre os atores socioambientais, buscou-se que a ação fosse inscrita na vivência dos participantes e refletisse as demandas do grupo.

¹⁵ Depoimento de participantes durante momento de avaliação em grupo, janeiro de 2011.

Devido ao caráter processual, a ação não foi totalmente planejada a fim de proporcionar a abertura para a emergência do novo, para o protagonismo dos grupos e para o crescimento coletivo.

Dentre as ações desenvolvidas, podemos citar os jogos cooperativos, protagonizados pelos representantes do grupo Sete Saberes, as dinâmicas de grupo realizadas pela Tupã na primeira roda, as vivências corporais realizada pelo Clube de Yoga, sobretudo na segunda roda, o registro jornalístico de atividades e as oficinas de educomunicação lideradas pelo Projete.

As oficinas de educomunicação possibilitaram a constituição de espaços de ação conjunta, diálogo e aprendizado compartilhado. Essas oficinas estavam na proposta inicial da pesquisa e foram reforçadas pelas demandas do conjunto de atores e foram abraçadas pelos atores do Projete, parceiros na execução e no planejamento.

As atividades corporais e lúdicas, jogos e dinâmicas protagonizadas pelos grupos foram fundamentais para manter a flexibilidade e o estado de abertura para o outro, essenciais ao trabalho pretendido e ao estabelecimento da confiança e do diálogo no grupo. Tais atividades foram incorporadas às rodas e oficinas prezando-se pela valorização das diferentes linguagens que emergiram do coletivo, também em alinhamento com os princípios de redes de valorização do protagonismo dos grupos e exercício da multiliderança (MARTINHO, 2004).

Já na primeira roda de diálogo, um dos participantes sugeriu uma dinâmica corporal, uma dança circular, para “materializar o vínculo do grupo”. Iniciativas como essa se repetiram ao longo da fase de campo e contribuíram para o reconhecimento entre os atores e para o desenvolvimento do sentido de coletividade.

Percebi que a própria abertura para utilização de dinâmicas corporais, jogos cooperativos, práticas de Yoga e para utilização de filmes e músicas durante as atividades em roda, já representou uma mudança significativa na forma de trabalhar conhecida por alguns participantes da pesquisa. Tais mudanças inserem-se na perspectiva sensível e multirreferencial, citada por Barbier (2004), ao teorizar sobre a pesquisa-ação existencial.

A abertura do momento de diálogo para essas múltiplas linguagens visaram à entrada no universo cognitivo e afetivo dos grupos que passava pela experiência “materializada” em danças e cantos, bem como pela espiritualidade simbolizada pelo uso de práticas orientais de “religação”, como a Yoga.

A mudança, por ser um processo muitas vezes difícil, requer libertação de padrões e a entrada num campo novo e desconhecido, como nos lembra Barbier (2004). Por isso, foi importante o processo gradual de reconhecimento entre os membros do grupo e a contribuição das dinâmicas e atividades lúdicas. O momento de riso, brincadeira e

descontração suavizou os encontros e possibilitou o nascimento da amizade e da confiança no grupo – ingredientes necessários à receita de uma rede social solidária pautada no diálogo. Assim, as práticas que eram trazidas pelo grupo proporcionaram reconhecimento mútuo e uma vinculação inicial. O diálogo foi ampliado para além das palavras em privilégio da troca de saberes em prol da constituição do coletivo.

A partir do diálogo estabelecido no grupo surgiram parcerias e propostas de atuação coletiva, tais como a realização da atividade educativa na escola do Guará e as colaborações ao projeto UnVerde. Durante a oficina de fevereiro pactuou-se criar coletivamente um vídeo para a Sustentação.

Esta seria a primeira ação de educomunicação que acionaria todos os projetos vinculados ao coletivo, mas o vídeo não foi concretizado até o final do período de campo. Contudo, no início de junho de 2011, fase final da coleta de dados, essa ideia ainda estava viva e a última atividade presencial da pesquisa foi a segunda oficina sobre edição de vídeos visando capacitar os atores para a produção audiovisual.

É importante lembrar que com base nos princípios da educomunicação apresentados por Lima (2009), a discussão de uma proposta de um vídeo coletivo e o processo de capacitação para a produção audiovisual fazem parte da ação educacional. Afinal, estas atividades possibilitam a reflexão sobre o contexto local e também contribuem para a formação de identidade do grupo.

O interesse no desenvolvimento de ações coletivas e na aprendizagem comunitária foi expresso tanto no objetivo do grupo quanto nas avaliações dos participantes: “essas oficinas são oportunidades muito boas para todos nós”. Esses posicionamentos revelam o potencial de contato prolongado entre os atores e de fortalecimento de laços, a princípio tênues, porém marcados por engajamento à causa socioambiental. Assim, é latente a perspectiva do desenvolvimento de novas ações e capacitações coletivas.

Todavia, caso a Sustentação caminhe no sentido da formação de uma comunidade de aprendizagem, ainda faz-se importante a presença da figura do mediador ou mobilizador mencionado por José Manuel Moran (2011), até que o processo dialógico se consolide. Segundo a dinâmica de redes, faz-se também importante, em um momento posterior, a circulação da função de animação ou moderação do grupo entre lideranças múltiplas, caracterizando a horizontalidade da rede (MARTINHO, 2004).

O fomento dos espaços de diálogo e aprendizado coletivo pelo projeto de pesquisa esteve ligado ao processo de formação da Sustentação e ampliou, portanto, a perspectiva de que o grupo exerça seu potencial de constituir uma rede solidária, isto é, de ser uma organização social horizontal, democrática, autogestionada e engajada à promoção da sustentabilidade local.

A utopia coletiva pode ser amadurecida e utilizada em favor da transformação local. A paixão e o sonho traduzidos em ações concretas podem levar ao surgimento de uma nova forma de organização social, autônoma e politicamente comprometida com o processo de gestão ambiental local com características de uma rede solidária (MANCE, 2002).

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 CONCLUSÕES

Conclui-se, ao final da pesquisa-ação que o objetivo de estabelecimento de espaços de diálogo para a troca e a articulação entre os atores socioambientais da UnB foi alcançado. O principal resultado obtido decorrente das intervenções de pesquisa foi a própria formação da Sustentação enquanto coletivo socioambiental local. Os espaços e de diálogo e as oficinas de educomunicação foram abraçados pelos atores e se constituíram como canais efetivos de comunicação, aprendizado e compartilhamento.

Ao final das atividades de pesquisa, os membros do grupo declararam interesse em fortalecer esses espaços coletivos, virtuais e presenciais, como lugares de diálogo e de aprendizagem comunitária. Porém, para o estabelecimento efetivo de uma cultura de diálogo, compartilhamento e solidariedade entre os atores será necessário o aprofundamento e a continuidade dos encontros da Sustentação, bem como o desenvolvimento de mais ações coletivas que possibilitem o estabelecimento da confiança mútua e gerem laços fortes e profundos entre seus membros, tais quais os comunitários.

Esses laços não são estabelecidos em curto prazo e o tempo destinado às atividades de pesquisa foi insuficiente para o desenvolvimento de vínculos estreitos. A convivência continuada, bem como a reflexão e a ação comuns possibilitadas a partir dos espaços coletivos podem levar à constituição de vínculos mais fortes num futuro breve. Esses vínculos serão fundamentais para o estabelecimento de uma rede solidária local, pois prevêm também a capacidade de responsabilização dos atores com uma proposta política para o grupo.

Retoma-se aqui a questão de pesquisa que visa responder, para além da constituição dos espaços de diálogo, se haviam as condições para formação de rede uma solidária local. As ações de pesquisa visaram dar ao grupo as bases conceituais para a autoidentificação com a perspectiva de formação de uma rede solidária, sem perder de vista que a consolidação da rede em si extrapolaria os potenciais da pesquisa. Mesmo porque a rede, enquanto organização fundada na voluntariedade, só poderia ser criada por iniciativa dos próprios atores.

Avalia-se que, apesar da declaração de interesse, de afinidade com a perspectiva de organização em rede e da presença de algumas características das redes na dinâmica do grupo formado, a Sustentação não se caracterizou como uma rede social solidária. Para constituir-se como tal, precisará superar alguns desafios, sobretudo os da vinculação permanente dos membros e da construção e desenvolvimento do projeto político comum supracitado.

Houve ao longo das atividades de campo falas e momentos que demonstraram a preocupação dos atores com aspectos diversos da questão socioambiental na universidade e indicam um potencial de engajamento político. Mas, sem um projeto comum, o comprometimento perene e a divisão de responsabilidades; a transformação da realidade de forma incisiva e permanente não será alcançada. A constituição de um projeto político que embase as ações da Sustentação e fortaleça o grupo enquanto movimento será, certamente, um marco para a materialização da rede. Para isso mostra-se fundamental que ocorra o planejamento e o desenvolvimento de ações conjuntas e o amadurecimento político do grupo.

Nesse sentido será importante ainda a inserção dos atores nos espaços políticos de debate socioambiental dentro e fora dos campi, de modo que o grupo venha a participar do processo de gestão socioambiental local e posicionar-se diante de questões relevantes tais como a proposta de constituição de uma política pública socioambiental para a UnB.

Assim, além da vinculação permanente e da constituição do projeto político, tratando-se de um processo que prevê uma transformação cultural, a constituição de uma rede solidária socioambiental na UnB demandará mais que a identificação ideológica ou a simples decisão do grupo de atores. Será necessário compromisso e esforço cotidiano de transformação pessoal e coletiva, constante reflexão acerca da realidade e de seus aspectos socioambientais impactantes.

Pelas características do contexto e do grupo formado, é possível que a cultura solidária tenha seu lugar assegurado mediante a persistência dos atores. Superados os desafios supracitados, a Sustentação poderá expressar num futuro breve o potencial inovador, comunitário e político de uma rede solidária que visa à transformação da realidade local em prol das relações eticamente estabelecidas com base na justiça, no afeto e no diálogo. Há um campo fértil para a eclosão da rede, onde as vontades e objetivos convergem em busca de espaços coletivos e do desenvolvimento de capacidades para a promoção de sustentabilidade local.

Conclui-se que a Sustentação possui o potencial de vir a ser uma rede solidária, sobretudo devido à demonstração de interesse e à autoidentificação dos membros com essa forma de organização aberta, horizontal e voluntária. A predefinição de um objetivo comum ao grupo e a existência das vias de comunicação, atualmente disponíveis para o grupo, despontam como passos importantes no caminho da formação da rede.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

2.1 O FUTURO INCERTO

Não é possível inferir se haverá protagonismo dos atuais membros para a convocação de atividades presenciais tais quais as desenvolvidas durante a pesquisa nas próximas etapas. Não houve tempo durante a fase de observação de campo para verificar o comportamento do grupo sem a intervenção da pesquisa. Portanto, também não é possível saber como se dará a articulação entre projetos socioambientais daqui em diante e se haverá uso contínuo dos canais de comunicação virtual caso cesse o fomento externo.

Entretanto, a Sustentação já foi reconhecida pelos membros e pela instituição como espaço de articulação e referência para a mobilização de atores no caso de demandas socioambientais, como nos casos da solicitação de conversa com o grupo sobre o lançamento do Edital PIBEX 2011 por parte de funcionária do NAA; na ocasião do chamado para colaboração com propostas para o seminário socioambiental 2011 feito pela coordenação do NAA; e da convocação de voluntários para as atividades relacionadas ao projeto para o edital do Festival SWU feita pelas estudantes da Engenharia Florestal.

A ideia da rede socioambiental desperta e reúne paixões; afinal, falamos de um contexto de atores que se autoidentificam com a causa e onde há muitas afinidades e potenciais de troca. Contudo, para que a rede realmente se materialize é necessário que o objetivo declarado de se trabalhar pela sustentabilidade nos campi se traduza em um projeto político. É preciso que estes ideais, a rede solidária e a sustentabilidade local sejam materializados em ações por meio do compromisso e da responsabilidade, como visto nas conclusões.

Apesar da identificação com os princípios das redes solidárias parece haver entre os membros da Sustentação dificuldade em exercê-los. Observando-se outras redes e propostas, observa-se a importância de desenvolver, individual e coletivamente, os atributos para o exercício desses princípios que guardam relação com os atributos necessários ao diálogo verdadeiro: autonomia, olhar crítico, humildade, coragem, amor, fé e confiança. É preciso resgatar também o sentido compartilhado e as benesses da vida em comunidade. Comunidade esta onde será impossível a mesmidade, mas será possível, sim, pelo esforço e compromisso, a definição de objetivos comuns e o afloramento de afeto mútuo cultivados pelo diálogo.

2.2 PERSPECTIVAS E VISÕES

A rede socioambiental da UnB, caso se consolide, poderá e deverá atuar politicamente em prol da gestão socioambiental dos campi. Tal movimento tem papel fundamental no acompanhamento e no diálogo com as ações socioambientais institucionais, que são desenvolvidas e planejadas no âmbito do NAA e da Comissão da Agenda Ambiental. Tal diálogo poderá legitimar e garantir que o processo de gestão ambiental na universidade seja cada vez mais participativo e inclusivo, em consonância com os princípios das agendas 21 locais.

Para isso mostra-se necessário ainda o desenvolvimento de uma cultura política, de responsabilidade pelo bem comum. Mostra-se premente, por fim, a continuidade do esforço de tradução do conhecimento acumulado acerca da questão socioambiental em práticas transformadoras, em cidadania ambiental e na construção de um mundo sustentável.

Ficam questões que podem nortear novas intervenções de pesquisa: como gerar a vinculação e o comprometimento perene dos atores? Como despertar o envolvimento político individual e a criação de um projeto político socioambiental local? Como estimular e fortalecer a cultura de solidariedade e a ação em uma perspectiva de rede, caso seja mesmo a vontade do grupo?

Será necessário mais tempo de convivência entre atores para vinculação afetiva, para o amadurecimento político, tanto no sentido da reflexão crítica quanto do comprometimento e da ação comum. Será necessária a participação efetiva nos espaços de discussão socioambiental existentes, como a Comissão da Agenda Ambiental, e também garantir a responsabilização individual e coletiva perante o processo de gestão socioambiental. Para isso é importante haver também mais participação de professores, alunos e ex-alunos com perfil político e experiência em movimentos sociais, sobretudo no ambientalismo. É preciso desenvolver a visão coletiva da universidade como espaço público, ambiente propício para a reflexão e para a ação sustentável. E ainda fortalecer a extensão e outras ações comunitárias de modo que as experiências e a cultura socioambiental geradas na UnB se disseminem para todo o DF e possam vir a ser exemplo para outras universidades por todo país.

O exercício de se pensar e discutir participativamente uma política socioambiental para os campi é importante e válido, mas precisa ser traduzido em uma proposta institucionalizada e em ações. Só assim poderão ser vistas as mudanças palpáveis, sobretudo nas áreas que demandam intervenção em médio e em longo prazo. O papel de um movimento socioambiental autônomo que demande, proponha, acompanhe e se envolva na implementação de tal política é fundamental. Como também é fundamental o fortalecimento das instâncias institucionais de referência no tratamento da questão

ambiental como o Núcleo da Agenda Ambiental e a Comissão da Agenda. É preciso garantir a continuidade desses espaços de gestão, por meio da contratação de funcionários efetivos e da garantia de recursos humanos e materiais para o desenvolvimento de suas ações e programas. A questão socioambiental tem de ser assumida permanentemente pela universidade, pois sua importância e urgência não permitem que a deixemos à mercê da vontade política, que já se mostrou, ao longo da história instável e volúvel.

Ao final da pesquisa, é possível concluir que o trabalho para a consolidação da rede solidária dos atores socioambientais da UnB apenas começou. O final leva-nos a um novo início, de acordo com a perspectiva de recorrência própria aos sistemas complexos que se autoreproduzem pela recursividade e retroação.

Todos os esforços mobilizados para constatação do potencial da rede serão importantes para sua materialização. Muito além da paixão, será preciso compromisso, trabalho e cuidado diário. Precisamos cultivar na universidade a emergência de uma comunidade de propósito, de práticas e de cultura socioambiental exemplares, fundada no diálogo, no afeto e na esperança coletiva de transformação da realidade local e global.

2.3 OS DESAFIOS DA PESQUISA QUE VISA À AÇÃO

É importante pontuar, por fim, as dificuldades inerentes à escolha metodológica feita: o uso da pesquisa-ação. Mas também levantar aspectos que qualificam o esforço continuado de desenvolvimento de trabalhos que somam esforços teóricos e práticos.

O primeiro aspecto a citar é a necessidade de promover o diálogo de saberes acadêmicos, provenientes do método científico e práticos, nascidos da ação cotidiana. Tal intercâmbio é favorecido pelo uso de metodologias de pesquisa participante tal como a pesquisa-ação, eleita para o presente projeto. A pesquisa ação surge em um contexto em que, depois de reconhecidas as benesses e as limitações da ciência, faz-se preciso validar a sabedoria popular e incluir na academia novas práticas que favoreçam a emergência de um novo paradigma educativo.

Todavia, as questões da escassez do tempo e da dificuldade de vinculação, amplamente abordadas por Bauman (2009), são sentidas com mais peso quando se opta pela pesquisa que alia teoria à prática. Como superar o desafio de criar vinculação num contexto onde o tempo é escasso, porém estritamente necessário ao processo de vinculação como o contexto de pesquisa? Como romper no contexto da modernidade líquida a tendência ao isolamento e alienação dos indivíduos? Como fazê-lo num mundo onde a opressão faz-se quase invisível e está contida, muitas vezes, em necessidades internas, psicológicas, de resgate de valores e sentidos, de resgate de ética, para além do suprimento de necessidades primárias e de condições básicas para uma vida digna?

Na pesquisa-ação, a dependência das condições de contorno somada ao objetivo de intervenção e transformação de uma realidade, sempre incerta e mutável, são desafios que muitas vezes se agigantam e parecem intransponíveis. Todavia, no caminho da utopia possível e da busca pela transformação da realidade, incluindo a forma de fazer ciência, o esforço é válido. A pesquisa desenvolvida sofreu a influência de todas as condições supracitadas e demandará, para seu desdobramento e alcance de mais resultados, novas ações e esforços continuados. Inclui-se, contudo, no conjunto de iniciativas que buscam a materialização de um novo paradigma de ciência e educação, baseado na relação e no diálogo.

BIBLIOGRAFIA

ALBERONI, F. **Gênese**: como se criam os mitos, os valores e as instituições da civilização ocidental. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. 540 p.

BARBIER, René. **A Pesquisa-Ação existencial, integral, pessoal e comunitária**. Brasília: Editora Plano, 2004. 157 p.

BATISTA, Roseli Araújo. **Mídia e Educação**: teorias do jornalismo em sala de aula. Brasília: Thesaurus, 2007. 168 p.

BAUMGARTEN, Maíra. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento – redes e inovação social**: Parcerias Estratégicas. Brasília, n. 26, p. 101-123, jun. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 210 p.

_____. **Comunidade**: a busca de segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. In: Encontros e Caminhos: formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005. p. 257-266.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1997. 445 p.

_____. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 7. ed. São Paulo: Cultrix/Amana-key, 2002.

_____. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 2003. 296 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). p. 411-439. v. 1.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21 Internacional**. Rio de Janeiro: Secretaria do Ambiente, 2002. 408 p. Disponível em: <<http://rebal21.ning.com/>>. Acesso em fev. 2011.

CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. **Agenda 21 Brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 158 p. Disponível em: <<http://rebal21.ning.com/>>. Acesso em: fev. 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1981. 255 p.

FERREIRA SANTOS, Marcos. Humanitas: o cidadão educador e as relações de poder - possibilidades e limites da educação escolar. **Apase**, São Paulo, v. 4, n. 4.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUARESCHI, P. **Relações Comunitárias**: relações de dominação. In: Psicologia Social Comunitária: da sociedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 81-99.

JACOBI, P. **Educação ambiental e cidadania**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/basecon/congressocomitesdebacia/cddaee/Word97/educacaoambiental.doc>>. Acesso em: 21 out. 2006.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. 2. ed. Buenos Aires: Lumen Hymanitas, 1987.

KRANZ, P. **Pequeno guia para a Agenda 21 Local**. Rio de Janeiro: Hipocampo, 1999.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LIMA, Grácia Lopes. **Educação pelos Meios de Comunicação**: produção coletiva de comunicação, na perspectiva da educomunicação. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Metodologia Cala-Boca-Já-Morreu**. [s.d.]. Disponível em: <<http://portalgens.com.br/portal/imagens/stories/pdf/detalhametodologiacbjm.pdf>>. Acesso em: 22/08/ 2010.

LOUREIRO, C. F. O. **Movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet Editora & Comunicação, 2006. 159 p.

MACHADO, Eliany. **Educomunicação**: de movimento popular à ciência. In: Coleção, fichário do educador ambiental. Brasília: MMA, v. 2, ano 1, set./out. 2008.

MAKIUCHI, M. F. R. & MOURÃO, L. **Cidade e Natureza**: tecendo redes no processo de gestão ambiental. Sociedade e Estado, v. 18, n. 1/2, p. 89-113, jan./dez. 2003.

MAKIUCHI, M. F. R. **Tessituras de uma rede**: um bordado social. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

MANCE, E. A. **Redes de Colaboração Solidária**. Petrópolis: Vozes, 2002. 368 p.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.

MARTINHO, Cássio (Org.) **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. 2. ed. Brasília: WWF-BRASIL, 2004. 164 p.

MATURANA, H. & VARELA, F. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001. 283 p.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 98 p.

MELLO, Roseli Rodrigues de. **Comunidades de aprendizagem**: democratizando relações entre escola e comunidade. GT: Movimentos Sociais e Educação, n. 3. UFSCar, 2005. 12 p.

MELO, F. W. Educar comunicando + comunicar educação = educomunicação. **Coleção**, v. 4, p. 37, 2008.

METZKER, G. **Educomunicação**: o novo campo e suas áreas de intervenção social. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 8., 2008. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, 2008. 15 p.

MORAES, MARIA Cândida. **Pensamento eco-sistêmico**: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2004. 342 p.

MORIN, Edgar & KERN, Anne Brigitte. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, E. **O método**: ética. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. v. 6.

MORAN, José Manuel. **Os modelos educacionais na aprendizagem on-line**. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/>>. Acesso em: 25/05/2011.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica**: uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MOURÃO, Laís. Redes para sustentar a vida. **Permeiar**, Brasília, fev./mar. 2005.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educomunicação socioambiental**: comunicação popular e educação. Francisco de Assis Morais da Costa. (Org.). Brasília: MMA, 2008. 50 p. Disponível em: <http://www.cca.eca.usp.br/sites/cca.eca.usp.br/files/file/txbase_educom_20.pdf>. Acesso em: mar. 2010.

REY, Fernando Luis González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson, 2005. 222 p.

SACHS, I. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SILVA, L. M. Communication, ethics and anthropoethics. **Brazilian Journalism Research**, v. 5, n. 2, p. 53-63, 2009.

SOARES, I. **Educomunicação**: um campo de mediações. Comunicação & Educação, São Paulo, ano 7, n. 19, p. 12-24, set./dez. 2000.

_____. **Gestão comunicativa e educação**: caminhos da educomunicação. In: BACCEGA, M. A. (Org.). Comunicação & Educação. São Paulo: Salesiana, n. 23, p. 16-25, jan./abr., 2002.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**: Função e Linguagem da Televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981. 160 p.

TÖNNIES, F. **Community and Society**. Tradução de Charles P. Loomis. Nova York: Harper, 1963.

TORO, Bernardo. **Mobilização social**: uma teoria para a universalização da cidadania. In: MONTORO, Tânia Siqueira (Org.). Comunicação e mobilização social. Brasília: UnB, 1996.

TORRES, R. M. A educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem. **Revista Pátio**, n. 24, ano 6, p. 22-25, nov.2002/jan.2003.

_____. **Comunidade de aprendizagem**: a educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem. [S.l.: s.n., 2001]. Disponível em: <<http://www.fronesis.org/>>. Acesso em: out. de 2010.

VASCONCELOS, M. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papyrus, 2002.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2004. 544 p.

ANEXO A – MANDALA DE PACS



○ COLETIVOS

● CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DOS COLETIVOS

● PONTO DE AÇÕES CULTURAIS SUSTENTÁVEIS - PACS*

* cada PACS corresponde à uma unidade administrativa ou acadêmica.

ANEXO B – PARTICIPAÇÃO VIRTUAL

I – A lista de discussão do Diretório de Grupos do Google

Entre 20 de dezembro de 2010 e 06 de junho de 2011 foram enviadas 285 mensagens pela lista de discussão SustentAção hospedada no Diretório de Grupos do Google (Google Grupos)¹⁶. A participação na lista foi intermediada por convite ou por solicitação dos interessados sujeita ao aceite pelo moderador do grupo. A leitura de mensagens e discussões foi permitida apenas aos membros do grupo.

A principal atividade exercida na lista foi a troca de correspondência sem moderação, isto é, sem filtragem do conteúdo enviado. Os meses de maior utilização da ferramenta foram abril, maio e junho de 2011. Das 285 mensagens trocadas pela lista desde sua criação, 108 foram enviadas por mim e 107 por nove membros identificados como os participantes mais ativos neste ambiente virtual. A participação tornou-se gradativamente mais horizontal, sendo que dentre as 45 mensagens enviadas na primeira semana do mês de junho somente oito mensagens foram enviadas por mim. Outros dois usuários enviaram seis mensagens cada e foram identificados ainda outros seis participantes bastante ativos que enviaram entre duas e quatro mensagens cada um, com destaque neste mês para mensagens relativas à Coleta Seletiva na UnB e ao edital SWU (Starts With You).

Merece destaque também o número de mensagens enviadas a cada mês. Em janeiro foram 18 mensagens, 37 em fevereiro, 33 em março, 52 em abril, 100 em maio e 45 apenas na primeira semana de junho, indicando que este foi o mês de maior participação virtual.

II – A mídia social ORKUT

As principais atividades desenvolvidas na comunidade Sustentação UnB no ORKUT entre 20 de dezembro e 06 junho de 2011 foram a criação de quatro fóruns, duas enquetes e o agendamento de oito eventos presenciais (oficinas e rodas de diálogo realizadas a partir da criação da comunidade). Além do agendamento de encontros, houve a participação no fórum criado para a apresentação coletiva em que seis membros responderam à questão “Quem somos e o que fazemos?”, e na enquete sobre a melhor data para a roda de abril, a que responderam nove participantes. Não houve nenhuma atividade no ORKUT protagonizada por membros. Avalia-se que em relação ao uso do Google Grupos SustentAção e ao uso das ferramentas do Facebook houve pouca interação e protagonismo pela plataforma ORKUT. A comunicação não se caracterizou como horizontal.

¹⁶ <http://groups.google.com/group/sustentacaounb>

III – A rede virtual Facebook

No Facebook foram criados um grupo e uma página já no final das atividades de campo. Serão analisados os dados desde a criação em seis de maio até seis de junho, final da coleta. A principal diferença entre as duas modalidades de uso do Facebook era que o grupo permitia a discussão coletiva com privacidade propiciada pela restrição da visualização dos conteúdos aos seus membros enquanto que a página tinha caráter de divulgação.

A página do Facebook possibilita a instalação de aplicativos para compartilhamento de arquivos, possui ferramentas específicas para criação de anúncios e gera automaticamente análises estatísticas sobre a participação. Houve maior participação no perfil do grupo do que na página, contudo, a ferramenta para grupos do Facebook não permite acesso ao histórico das atividades nem a dados estatísticos, o que dificultou a análise quantitativa da participação.

Após uma semana de uso, aproximadamente, os participantes solicitaram que o grupo Sustentação do Facebook se tornasse aberto à visualização externa e à adição de novos membros sem necessidade de moderação. As principais atividades desenvolvidas no grupo foram a divulgação de eventos, a troca de fotos e de mensagens pelo mural e a discussão das mesmas. Também houve o repasse das informações sobre as atividades presenciais na forma de documentos de texto e de fotos. A comunicação no grupo ocorreu de forma bastante horizontal, com muitos comentários sobre as mensagens e conteúdos postados por parceiros e por grupos distintos.

A página Sustentação no Facebook serviu para a divulgação de eventos e atividades e para o compartilhamento dos documentos. A existência da página foi divulgada diversas vezes pelo grupo e pelo mural principal do Facebook (*Feed* de Notícias). No relatório estatístico da página, gerado na primeira semana de junho constavam os seguintes dados: havia 64 usuários ativos mensalmente e 31 pessoas “curtiram” a página desde a criação, isto é, passaram a receber as atualizações de conteúdos publicados. Na semana anterior ao encerramento da coleta de dados, entre 31 de maio e seis junho, foram publicadas oito mensagens no mural da página e houve 88 visitas (visualizações).

Dentre as ferramentas analisadas, considerando o tempo de uso e o número de inscritos, houve maior adesão às plataformas Facebook e Google Grupos. O Facebook teve utilização múltipla e adesão significativa em apenas um mês de uso. Já a lista de *e-mails* foi a ferramenta que obteve maior número de participantes e que foi utilizada por mais tempo, sendo a principal ferramenta de comunicação utilizada durante o período de campo. A participação na lista também teve caráter horizontal e interativo, sobretudo na fase final de campo. Houve, entretanto, diversos usuários com perfil passivo, isto é, que compareciam às

convocações para as atividades presenciais feitas pelas ferramentas virtuais, mas não emitiam comunicação por meio destas.

Vale citar que em maio de 2011 passamos a utilizar uma ferramenta de escrita colaborativa denominada Google Docs para construção coletiva de um calendário de oficinas ofertadas pelos membros da Sustentação. Até seis de junho havia seis atividades propostas e 20 declarações de interesse em participar registradas no documento virtual.

ANEXO C – DIÁRIO DE CAMPO

No dia 22 de outubro foi realizado na Faculdade de Educação (FE) o I Fórum de Resíduos Sólidos da UnB, um evento específico sobre a gestão solidária dos resíduos nos campi. Compareceram membros dos PACS, membros da Comissão da Agenda, professores, funcionários da administração, integrantes e ex-funcionários do NAA, e representantes da associação de catadores local. Estavam presentes os professores Izabel Zaneti (CDS), Vera Catalão (FE), Philippe Layrargues (FUP), Clélia Parreira (CEI), a servidora Alice Cardoso (Prefeitura da UnB/Comissão AA), o associado Rônei da Silva (CentCoop) e a mestre Marília Teixeira (CDS).

Na discussão foram levantadas questões relevantes sobre o processo de coleta seletiva solidária e também sobre a gestão ambiental dos campi da UnB. Merecem destaque as falas de Philippe Layrargues, professor da FUP e coordenador do PACS Esperança Verde, e de Vera Catalão, professora da FE, coordenadora do PACS 'Reciclando o Cotidiano' e coordenadora do Núcleo da Agenda entre 2007 e 2010.

O professor Philippe Layrargues apontou três grandes momentos das experiências em gestão ambiental universitária. O primeiro consistiu em criar disciplinas e cursos sobre meio ambiente, o segundo enfatizou a pesquisa e a realização de diagnósticos e o terceiro, em curso, visava à gestão sustentável dos campi universitários e tinha ligação direta com as atividades de extensão. Disse que a gestão ambiental universitária seria, então, um processo e precisaria alcançar o envolvimento comunitário. A professora Vera Catalão destacou que o trabalho de mobilização realizado pelo NAA estava ali refletido pela presença de extensionistas, funcionários e gestores que acompanhavam e contribuíam com o programa da Agenda Ambiental desde o seu lançamento em 2007. Para ela, isto sinalizava o comprometimento com a causa, a coesão do grupo e "o sentimento de fazer parte da Agenda".

Durante as exposições da mesa, foi citado o projeto inicial da Agenda Ambiental que previa o desenvolvimento de projetos de extensão por estudantes, professores e funcionários em consonância com o princípio de promoção da participação da comunidade na gestão socioambiental dos campi. Mencionou-se, por fim, a importância da aprendizagem de natureza política, passando pela conquista de direitos e pelas regulamentações das práticas sustentáveis.

No início de novembro, entre os dias nove e doze, aconteceu a X Semana de Extensão da UnB. Os projetos vinculados à Agenda foram convocados a participar das ações do NAA e a ofertar atividades à comunidade. Duas atividades das que participei

merecem destaque: o encontro de grupos socioambientais ‘Tecendo rede de atuação’, organizada pelo NAA, e a Oficina ofertada pelo PACS Projete – Comunicação para Sustentabilidade.

A atividade do NAA contou com a presença de participantes de PACS, de estudantes da UnB e de membros da equipe técnica da Agenda Ambiental. Visou ao reconhecimento entre os participantes, à apresentação dos novos PACS e à identificação de possíveis afinidades e parcerias para ações socioambientais. Fui convidada pelo NAA a conduzir uma dinâmica de apresentação dos atores e de seus respectivos projetos. Aproveitei a oportunidade para falar do projeto de pesquisa, coletar contatos e convidá-los a participar da primeira roda de diálogo, ainda em novembro.

A primeira oficina do PACS Projete – Comunicação para Sustentabilidade ofertada na FAC naquela mesma semana teve o objetivo de apresentar o projeto. Nesta ocasião, percebi grande potencial de sinergia entre o projeto do Projete e a proposta de pesquisa pois, dentre as metas do grupo estavam auxiliar os demais PACS em relação à comunicação, proporcionando a articulação dos mesmos em rede. Assim, compareci à reunião semanal do grupo na semana seguinte para convidá-los a participar das atividades de pesquisa. Houve grande receptividade e a parceria foi pactuada.

Considero que a opção de participar das atividades desenvolvidas pelo NAA nos meses de outubro e novembro foi acertada, pois serviu para a apresentação preliminar da proposta de pesquisa, para redefinição do cenário de pesquisa após a fase de greve e para o reconhecimento dos atores. Foi possível também acordar a data mais viável para a primeira atividade de campo, em diálogo com os atores e com os parceiros do NAA, de modo a garantir quorum já na primeira roda de diálogo, em novembro de 2011.

Já de acordo com a proposta de itinerância levantada no pré-campo, a primeira atividade presencial foi realizada no espaço regular de reunião da Tupã (Turma Unida Pró Agroecologia) e o encontro aconteceu no Centro Acadêmico de Engenharia Florestal no dia 22 de novembro de 2010. Os convites foram enviados via *e-mail* por mim e nesta primeira reunião compareceram 28 pessoas. Além dos vinculados às ações socioambientais de extensão, estiveram presentes pessoas e grupos da comunidade externa interessados em conhecer os projetos da UnB, a citar os alunos regulares do Clube de Yoga e os representantes do grupo Sete Saberes. Além da apresentação da proposta da pesquisa e do contrato inicial, outro objetivo do primeiro encontro foi o reconhecimento mútuo e a abertura de espaço para a escuta dos anseios, dos interesses e das perspectivas dos atores.

Já na primeira roda, um dos presentes reafirmou o interesse em estabelecer o diálogo quando atentou para a importância de se ter um canal permanente para a comunicação

presencial. Os presentes declararam optar por trabalhar com os meios virtuais, isto é, com as mídias sociais (comunidades, listas de discussão, fóruns etc.) disponíveis na internet.

Após a conversa, um dos integrantes da Tupã sugeriu para materializar o vínculo que estava surgindo no grupo a realização de uma dinâmica corporal, no caso uma espécie de 'dança circular'.

Ao final do encontro, ficou acordado que o próximo círculo seria no espaço do Clube de Yoga Mover Juntos. Fiquei responsável por repassar as anotações de campo e por encaminhar por *e-mail* o convite com data e horário para o próximo encontro.

A segunda roda de diálogo aconteceu no dia oito de dezembro e contou com o maior número de participantes de todos os encontros: 34 pessoas. Começamos com uma aula de Yoga, oferecida pelo Clube de Yoga, seguida de uma rodada de apresentações e diálogo entre os atores.



Participantes da segunda roda preparação para prática de jogos cooperativos.

Durante a discussão, os participantes levantaram demandas socioambientais do campus, como a regularização do espaço destinado ao Laboratório de Tecnologias Sustentáveis da UnB (LABTEC), e a importância da participação dos estudantes nas reuniões institucionais como as reuniões da Comissão da Agenda Ambiental. Também foi

mencionada a importância de se buscar compreender melhor as propostas socioambientais institucionais para que o grupo pudesse, então, dialogar com elas. Acordamos que na próxima roda conversaríamos sobre a estrutura e sobre o histórico da Agenda Ambiental da UnB. Para isso, convidaríamos ao menos um dos coordenadores do NAA que pudesse dialogar com o grupo e esclarecer as questões chave.

Neste encontro, falou-se ainda sobre a importância da manutenção do caráter aberto do círculo para proporcionar a chegada de atores diversos e, caso houvesse interesse, de funcionários da UnB. O grupo refletiu sobre a importância de incluir os atores de outros campi e de trazer os projetos "ausentes" para o coletivo, em referência aos PACS das edições anteriores do edital do NAA.

Após a roda de diálogo, o grupo Sete Saberes conduziu dinâmicas de grupo com base em jogos cooperativos que permitiram vivenciar princípios de redes como liderança compartilhada e cooperação. Foi um momento que promoveu interação, em que todos se olharam nos olhos e se divertiram juntos. Os integrantes do círculo mostraram-se muito afeitos a utilização de dinâmicas lúdicas durante as reuniões.

A equipe do Projeto fotografou essa reunião e disponibilizou o material em seus canais virtuais de comunicação (Flirck e Twitter). Em resposta à demanda de se criar uma plataforma virtual para o grupo, levantada no primeiro encontro, o PACS apresentou uma proposta de realização de oficina sobre educomunicação e redes sociais na FAC.

Particpei de duas reuniões ordinárias do Projeto para realizarmos o planejamento participativo desta oficina, que aconteceu no dia 16 de dezembro na Faculdade de Comunicação da UnB.

A oficina de capacitação sobre redes e educomunicação tinha como objetivo o compartilhamento de conceitos; o estabelecimento de uma linguagem comum para uma comunicação mais efetiva entre os participantes; a escolha de ferramentas para comunicação virtual; e a definição de um nome para o grupo. A metodologia utilizada incluiu dinâmicas lúdicas e participativas, a roda de diálogo, uma apresentação teórica, a exibição e a discussão de filmes curta metragem relacionados às temáticas abordadas. Foram compartilhados os conceitos de informação, diálogo, mobilização, educomunicação, redes sociais solidárias e mídias sociais. As falas expositivas foram divididas entre a professora Dione Moura, a extensionista Myrella Pessoa e eu.

Ao final, ficou decidido em plenária que para a comunicação interna e planejamento de ações do grupo a melhor opção de ferramenta seria uma lista de *e-mails*. Para a comunicação externa e divulgação de atividades julgou-se ser ideal usar uma comunidade virtual. A comunidade escolhida durante a oficina foi a ORKUT por ser uma plataforma de fácil acesso em que a maioria dos presentes já possuía cadastro, segundo a opinião dos

presentes. Consideraram importante criar esse grupo virtual antes do período de recesso para manter ativa a comunicação.

Por último, foi escolhido o nome do grupo: Sustentação, sugerido por representante dos grupos GTRS e Reciclando o Cotidiano, e eleito pelos presentes dentre outras sugestões.

Na reunião regular do Projeto em 20 de janeiro foi realizada uma avaliação sobre esta primeira oficina. Segundo a percepção geral do grupo a atividade foi bem sucedida e alcançou os objetivos pretendidos. Foi discutida, na ocasião, a validade do ORKUT como ferramenta pois, de acordo com a equipe de alunos de comunicação, a plataforma Facebook tinha mais aceitação do público jovem apesar de ter sido menos votada durante a oficina. Todavia, concluímos ser importante acatar e valorizar, inicialmente, a escolha resultante da oficina e, caso necessário, inserir novas ferramentas ao longo do processo.

Após a oficina e o retorno do recesso de final de ano, conforme o encaminhamento da roda anterior, a proposta era resgatar informações sobre o contexto socioambiental da UnB. Os coordenadores do Núcleo da Agenda Ambiental foram contatados e agendamos a terceira roda de diálogo para o dia 18 de janeiro no DEX. Participaram do encontro a coordenadora do NNA durante parte do segundo semestre de 2010, Izabel Zaneti, a então coordenadora Clélia Parreira, o vice-coordenador, Fernando Carneiro, além de outras 15 pessoas representantes de projetos socioambientais. Neste encontro o público foi composto prioritariamente por membros de PACS, com exceção dos representantes da empresa Júnior Sapiens, do projeto institucional Caiaque Comunitário, ligado ao Departamento de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB, e da Secretaria de Comunicação (Secom) da UnB.

Mereceu destaque nesta roda a discussão sobre políticas socioambientais para a universidade. Segundo a professora Izabel Zaneti que participou das atividades da primeira Agenda 21 da UnB, que vigorou entre 1998 e 2002, as iniciativas desenvolvidas nesse período não se perpetuaram por falta de uma política socioambiental institucional que garantisse o compromisso da gestão com a questão.

Falamos, então, sobre o documento propositivo de políticas públicas para a gestão socioambiental da UnB desenvolvido em 2008 no âmbito da Comissão da Agenda Ambiental e discutido novamente em 2009 com a participação da comunidade acadêmica durante um seminário. O documento lançava as diretrizes e sugeria ações necessárias à garantia da sustentabilidade local. Apesar do interesse declarado por todos e do consenso quanto à relevância do documento, soubemos na ocasião que, até aquela data, a proposta continuava informal e não havia informações recentes sobre o processo de institucionalização da mesma. Essa discussão foi retomada diversas vezes ao longo das atividades de campo.

Ainda durante o diálogo, veio à tona a necessidade de ampliar o alcance das ações socioambientais do NAA de modo a incluir de forma efetiva os núcleos de extensão fora do Campus Darcy Ribeiro e das comunidades do entorno a fim de promover o diálogo de saberes para a transformação da realidade e retomar o “conceito real de extensão”, como defendeu um dos presentes. Para isso, seria primeiramente preciso fortalecer as ações existentes, firmar parcerias e trazer as comunidades para dentro dos campi. Foi defendida a realização de ações envolvendo escolas, sobretudo as públicas. Um dos funcionários da Agenda apontou o NAA como um potencial indutor de atividades em contextos diversos. Entretanto atentou para a necessidade de primeiramente se trabalhar para fortalecer o próprio Núcleo, pois com a capacidade operativa disponível seria impossível gerir novas ações além das já em curso.

Apontou-se também o potencial de articulação do NAA com outras redes e coletivos, como a própria parceria com os membros da Sustentação e com representantes da comunidade externa. Foi citado como exemplo positivo o projeto Cerrado em Pauta, realizado a partir dos núcleos de extensão da UnB, que culminou na formação da rede de educação socioambiental do DF.

Em certo momento falamos sobre o desenho da mandala de PACS, que era o projeto inicial de articulação entre ações socioambientais desenhado à época do lançamento da Agenda Ambiental em 2007. Na compreensão de uma das representantes de um PACS, a mandala proposta pelo NAA deveria surgir a partir do centro, isto é, do conselho de articulação dos coletivos de PACS, pois para que os coletivos se formassem seria preciso, primeiramente, promover um espaço articulador que funcionasse como fórum. Outro extensionista afirmou que, em sua visão, os responsáveis pela materialização da mandala seriam os próprios estudantes. Mas para isso seria preciso ampliar a participação, estimular a circulação de saberes entre projetos e reduzir o engessamento provocado pela burocracia. Outra participante acrescentou que para que a mandala se materializasse seria preciso descobrir objetivos comuns aos participantes. Um dos funcionários do NAA, também integrante de um PACS, reafirmou a fala da colega: “não chegaremos a ser um coletivo enquanto não tivermos um objetivo comum, não puxarmos atividades juntos”. Nesse momento atentei que muitas das necessidades expostas estavam em consonância com a proposta de articulação em curso na Sustentação. Então decidimos que a definição de um objetivo comum aos projetos, ligados ou não ao NAA, fortalecê-los-ia mutuamente. Isso poderia ser feito nos encontros da pesquisa.

Em relação à proposta de articulação institucional, a coordenadora da Agenda Clélia Parreira disse durante roda de diálogo no DEX em janeiro de 2011 que a proposta da gestão

atual é que o NAA seja mais fluido, mas que seja o espaço de referência para questões socioambientais na universidade.

Ao final da reunião sugeri que a próxima atividade da Sustentação fosse uma oficina para a definição de objetivos compartilhados pelos os atores. A proposta foi aceita pelo grupo e, então, em 27 de janeiro, foi realizada oficina para definição do objetivo comum aos integrantes da Sustentação.



Diálogo em roda durante a oficina de janeiro.

Durante esta oficina trabalhamos alternando dinâmicas e diálogo. Na primeira atividade em roda todos refletiram sobre a questão: “qual o nosso objetivo comum?”. Usamos tarjetas e técnica de visualização para, primeiramente, chegar a respostas individuais e, depois, a uma resposta coletiva. Muitas das repostas individuais tinham em comum a presença dos conceitos de sustentabilidade, rede e integração. Apareceram também nas repostas individuais e durante o diálogo o conceito de práxis (ação e reflexão), o interesse pelo aprendizado compartilhado e pela troca de saberes, e o conceito de gestão socioambiental mediante um processo educativo.



Material utilizado para visualização das respostas na dinâmica de definição do objetivo comum ao grupo.



Participantes leram seus posicionamentos individuais e dialogaram com o grupo.

Por fim, em roda, a partir do diálogo os participantes concordaram que o objetivo comum ao grupo era promover a sustentabilidade socioambiental prezando pela integração e pela troca entre ações e entre pessoas, pela ação, pela reflexão e pelo aprendizado coletivo. E tendo como lugar de encontro a UnB.

Merecem destaque as falas que surgiram no momento de diálogo relativas à dimensão educativa do processo de gestão socioambiental dos campi, em que se enfatizou a relação entre o trabalho pela sustentabilidade, a gestão socioambiental e a demanda por um processo educativo de base.

A segunda pergunta trabalhada pelo grupo foi: “como comunicamos nosso objetivo comum?”. Esclareci que com esta pergunta estava sugerindo um encaminhamento prático e também o direcionamento da ação para o trabalho com a educomunicação. Os participantes aderiram à proposta e dentre as diversas possibilidades levantadas decidimos trabalhar com vídeos. A representante do Projeto sugeriu que seu grupo ofertasse oficinas de edição e filmagem para apoiar os demais grupos na confecção de curtas de até um minuto de duração. Decidimos que por meio desses filmes cada projeto deveria responder a questão: “o que fazemos pela sustentabilidade?”. A etapa seguinte seria assistir aos vídeos de cada grupo e, a partir das experiências, pensar e produzir um vídeo coletivo.

Outros pontos levantados durante o diálogo foram a necessidade de desenvolver ações coletivas “a partir da rede” e de fortalecer a comunicação para um conhecimento mais profundo das ações dos grupos e para o surgimento de parcerias. Foi sugerida a construção de um calendário de atividades coletivas.

Os presentes mostraram interesse em acompanhar os repasses das atividades desenvolvidas na Sustentação pelos meios virtuais de comunicação, de modo a ampliar a participação nas discussões mesmo no caso de impossibilidade da presença física.

Fizemos ainda uma breve avaliação e discutimos o potencial da Sustentação em configurar uma rede social solidária. Realizamos o significado do conceito de rede solidária e os presentes se posicionaram. Dentre as falas dos presentes surgiram comentários como: “precisa ter mais interação, ter um planejamento coletivo”; “para uma rede se formar é preciso ter um foco de trabalho próximo. Sinto falta de termos uma ação que o coletivo desenvolva”; “vejo que só a partir das ações coletivas é que a rede e suas interações vão acontecer naturalmente, não vai mais precisar de ninguém chamando”.

A atividade seguinte buscou justamente capacitar os atores para a ação coletiva. A primeira oficina de edição e filmagem para a produção dos curtas aconteceu no dia 10 de fevereiro na FAC liderada pelo Projete. Duas extensionistas, Bárbara Cruz e Patrícia Dias, estiveram à frente da atividade e com apoio da professora Dione Moura transmitiram aos presentes os fundamentos básicos de audiovisual e apresentaram programas simplificados de edição. Participaram ao todo 13 pessoas representando cinco grupos. A tarefa seguinte ao encontro seria o repasse dos conhecimentos aos grupos de origem e a mobilização destes para a produção dos curtas. Todavia, essa oficina ocorreu na primeira semana de férias da UnB, o que comprometeu a participação, pois parte dos atores estava viajando, como também a continuidade das tarefas. Mesmo entre os que compareceram à atividade, não houve retorno quanto à produção dos vídeos apesar das tentativas de resgate do compromisso por *e-mails*.

Alguns participantes alegaram nas rodas seguintes que tiveram outras atividades consideradas prioritárias no período após a oficina ou que não conseguiram mobilizar seus grupos de origem para a execução da tarefa. Ficou agendada uma nova oficina para recapitulação e ampliação do grupo envolvido com a proposta de produção audiovisual educacional.

Entre a realização da oficina de edição e o próximo encontro da Sustentação houve um período sem o agendamento de encontros na UnB, relativo às férias de verão. Nessa época, entre fevereiro e março, ocorreu a articulação inicial de um grupo de discussão socioambiental denominado “terças reflexivas”. Participei de três reuniões desse grupo, uma sobre a perspectiva da ecologia profunda na educação ambiental e outras duas sobre uma

proposta denominada “nova política”, de embasamento socioambiental, com ampla participação da juventude e com a utilização de mídias sociais como canais de articulação. Na primeira ‘terça reflexiva’ apresentei a proposta de fomento à formação de rede solidária socioambiental em curso na UnB, sinalizando uma possível conexão com os objetivos do grupo. Com aceite dos organizadores, encaminhei o convite das duas ‘terças’ seguintes pela lista de *e-mails* da Sustentação, mas não houve adesão dos membros ao movimento, sequer ao encontro realizado na UnB. Alguns dos organizadores e dos participantes do grupo de diálogo demonstraram interesse em promover mais debates na universidade, sinalizando uma possível conexão entre os dois círculos de atores no futuro.

Entre o final de março e o início de abril, após o período de matrículas, os integrantes da Sustentação foram contados por *e-mail* e pelo ORKUT para retomarmos as rodas de diálogo. Poucos membros se manifestaram e não foi possível chegar a uma data por consenso. Havia duas possibilidades: ou os atores se desmobilizaram no período de férias ou estavam aguardando que a decisão e o agendamento da reunião fosse estabelecido e assim responderiam ao convite presencialmente.

Ocorreu então, no domingo 10 de abril, uma inundação no Campus Darcy Ribeiro devido à chuva excessiva e a problemas de infraestrutura do Instituto Central de Ciências (ICC). O evento causou o alagamento de salas do subsolo, a destruição parcial de anfiteatros, a perda de documentos e patrimônios da universidade. Houve paralisação das aulas na segunda e terça-feira seguintes. No dia 13 de abril marquei uma roda de diálogo em frente ao SG 10 para refletirmos sobre a relação entre a inundação, a gestão socioambiental da universidade, o planejamento urbano de Brasília, o Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) e demais assuntos correlacionados que estavam sendo levantados por listas de discussão, blogs e veículos de comunicação de massa.

Participaram desta roda cinco pessoas originárias de quatro contextos distintos, todas chegando à roda pela primeira vez. Para dar início ao diálogo, retomamos o histórico dos encontros da Sustentação e a proposta da pesquisa.

Nesta ocasião, tivemos pela primeira vez a representação do Diretório Central de Estudantes (DCE). Os representantes do diretório estudantil contaram-nos sobre o início da articulação do Movimento Estudantil Socioambiental (MES). Relatei que tinha conhecimento do MES e que havia feito contato por *e-mail* com um representante. Havia inclusive encaminhado para a lista Sustentação um texto com a proposta do grupo repassado pelo representante. No entanto, após o contato inicial não obtive mais respostas, não houve nova comunicação virtual nem retorno sobre os convites encaminhados para participação nas rodas de diálogo. O representante do DCE nos informou que a proposta do MES estava em latência, indicando uma possível desarticulação interna.

Falamos sobre a importância de se instituir uma política socioambiental permanente a fim de garantir a continuidade das ações pela sustentabilidade nos campi. Um dos representantes do DCE mencionou a possibilidade de inserir a questão ambiental como item do estatuto da universidade. Refletimos sobre essa possibilidade e sobre a razão de não haver um movimento de base que demandasse a formalização do compromisso da gestão com a sustentabilidade. Falamos também da experiência de discussão sobre uma política socioambiental pra a UnB realizada durante o seminário de 2009 e os integrantes do DCE se interessaram em conhecer o documento resultante e em participar de encontros para o aprofundamento desse tema.

A institucionalização dos programas socioambientais também estava ligada a outra discussão levantada na roda: a necessidade de garantir o fomento institucional às ações socioambientais. Nesse sentido, destacou-se o aumento da participação dos atores socioambientais durante o período de vigência dos editais e das bolsas de extensão, o que indicava a importância do fomento para a continuidade das ações. Além da questão da ausência temporária de fomento, levantamos outras possíveis causas para a ausência de grande parte dos integrantes do grupo, incluindo a dificuldade de vinculação em médio e longo prazo que, segundo os membros do DCE, era recorrente também no movimento estudantil.

Já a discussão específica sobre a inundação foi rápida e enfatizou-se a importância de união dos atores nos momentos de crise. Falamos também sobre a necessidade de dar continuidade à discussão socioambiental e ficou como encaminhamento o compromisso de pensarmos coletivamente em formas de intervenção, com a presença de mais pessoas, nas próximas rodas de diálogo e nas reuniões permanentes dos grupos.

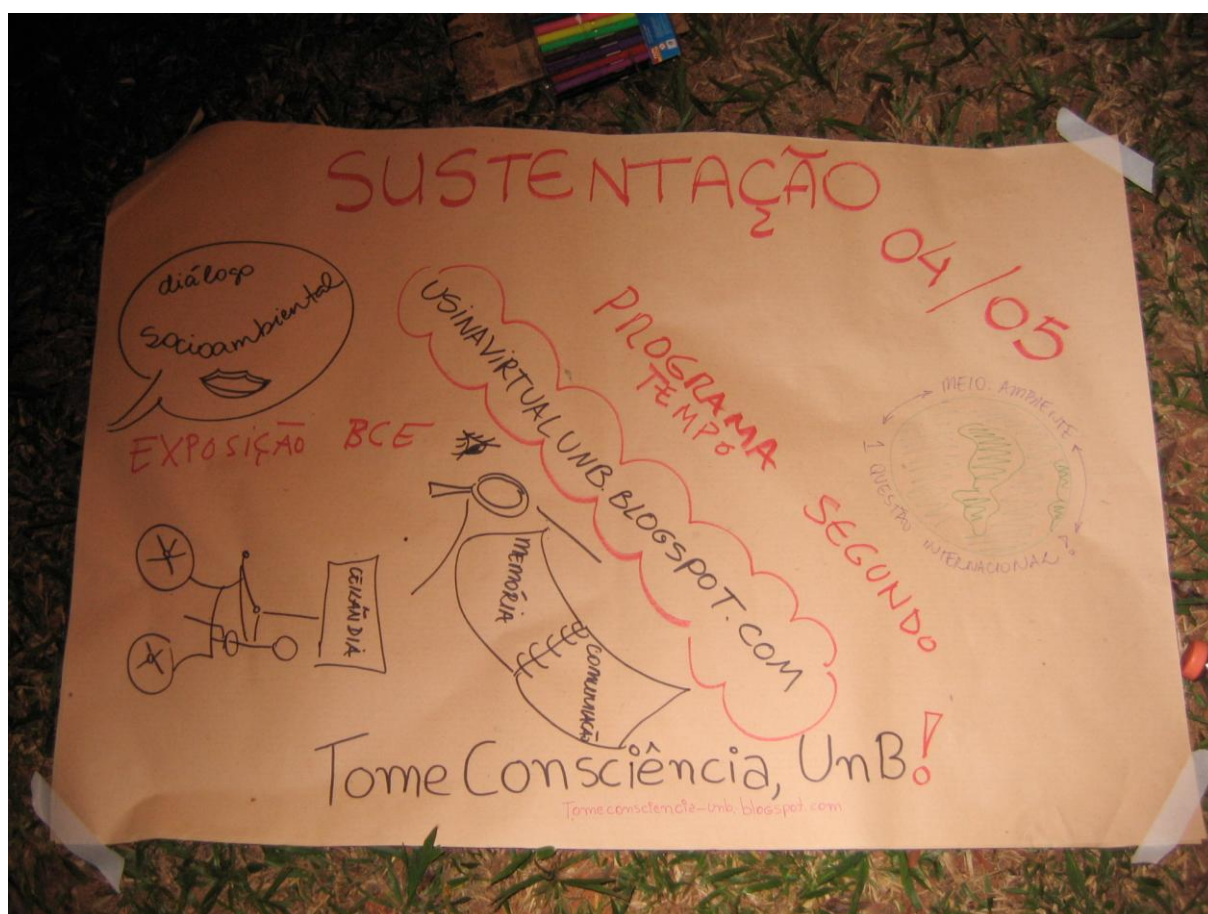
A ausência dos atores mais assíduos às atividades da Sustentação nos meses anteriores à roda de abril reforçava novamente a possibilidade de desmobilização devida ao período das férias, como também demonstrava certa passividade diante da crise enfrentada naquele momento pela universidade.

No restante do mês de abril, persistiu a dificuldade de mobilização dos participantes pelos meios virtuais. Retomei por *e-mail* os encaminhamentos das reuniões do semestre anterior, sobretudo o plano de realizarmos uma nova oficina de edição e, enfim, partimos para a concretização da proposta educacional. Houve mais uma vez um número inexpressivo de respostas virtuais. Foi um período tenso, em que questioneei a persistência e a existência de laços no grupo devido à desmobilização verificada desde o retorno das férias.

Por outro lado, apesar da inatividade presencial, em fevereiro, março e abril foram enviadas respectivamente 37, 33 e 52 mensagens pela lista virtual. Dentre elas havia muitos

convites e divulgações, com destaque para uma atividade coletiva de pesquisa e troca de vídeos socioambientais educativos hospedados no canal virtual Youtube. Houve participação e comentários sobre os vídeos, o que demonstrava que os membros da Sustentação, apesar de passivos na maioria dos casos, continuavam a acompanhando os e-mails.

No início de maio, foi contratada uma nova funcionária para articular os PACS pelo Núcleo da Agenda Ambiental, Mariana Vaz, integrante e anteriormente professora do Clube de Yoga. Fizemos contato e agendamos conjuntamente uma reunião da Sustentação. Nossa união para a mobilização dos atores possuía duplo objetivo: eu propunha retomar as atividades acordadas nos encontros anteriores e ela falar do lançamento de um novo edital para fomento de projetos socioambientais. Assim, conseguimos quorum para a reunião que aconteceu em quatro de maio no SG 10 na UnB. Houve 17 presentes, dentre os quais atores individuais, representantes de coletivos, instituições e grupos comunitários diversos. Houve ainda a chegada de novos membros e durante a apresentação coletiva foi necessária uma nova exposição da proposta de pesquisa.



'Relato desenhado' feito pelos participantes da primeira roda de diálogo de maio de 2011, no SG 10 UnB.

Ao discutirmos sobre o significado da proposta e sobre o potencial de formação de uma rede solidária, alguns dos participantes mais assíduos defenderam a posição de que o coletivo já era uma “rede”, pois os atores já estavam em integração. Outros afirmaram que havia grande potencial no grupo para constituir uma rede, mas ainda havia um caminho a ser percorrido. De uma forma geral, todos reafirmaram interesse em constituir a rede e em dar continuidade aos encontros da Sustentação.

A partir da segunda metade do encontro falamos sobre o fomento institucional aos projetos. Muitos presentes declararam interesse em pleitear as bolsas de extensão do DEX e a representante do NAA esclareceu sobre os prazos para seleção dos extensionistas e sobre as mudanças no edital de fomento, que agora havia sido fundido ao edital PIBEX (Programa de Incentivo a Bolsas de Extensão). Não existiria mais um edital específico para a Agenda Ambiental, porém no edital PIBEX de 2011 havia trinta bolsas reservadas à área socioambiental. Contudo, naquele semestre só poderiam concorrer a elas estudantes vinculados a projetos já cadastrados nos sistemas de dados do DEX, pois o prazo para o cadastro de novos projetos já estava. Houve então a articulação e a troca de contatos entre os presentes para avaliar a possibilidade de vinculação dos atores individuais aos projetos já existentes. Essa articulação foi providencial em alguns casos, como do PACS Tome Consciência que chegou à reunião relatando a demanda por novos membros com o risco de encerramento das ações por falta de participantes. Percebemos pelo diálogo com os grupos que, assim como o Tome Consciência, outras iniciativas também se encontravam latentes precisando mobilizar voluntários para retomar o ritmo de suas atividades. Essa momentânea desarticulação interna dos grupos explicava parcialmente a evasão das rodas no mês de abril. O relato de outro membro da Sustentação que tentou contatar membros dos diversos grupos socioambientais confirmou o momento de instabilidade interna vivido por alguns dos grupos parceiros.

Por fim, dialogamos sobre as possibilidades de participação em espaços institucionais de discussão que surgiam conforme a Sustentação construía sua identidade. O Núcleo da Agenda Ambiental convidara recentemente uma representação do grupo para participar das reuniões de planejamento do seminário socioambiental de 2011. Esta seria uma oportunidade para o grupo levantar suas demandas e propor ao NAA quais questões socioambientais considerava mais relevantes para a discussão durante o evento. Alguns representantes mostraram interesse em colaborar e combinamos um momento específico para conversar sobre o seminário e também a troca de propostas por *e-mail*.



Alguns participantes da segunda roda de maio, reunidos após a conversa em grupo.

Como base para discussão, enviei ao grupo o documento resultante do Seminário *Gestão Socioambiental na UnB – em debate*, de 2009 e, posteriormente, publiquei-o na página do Facebook. Ao encontro marcado para o dia 12 de maio no pátio da Reitoria compareceu apenas uma estudante de jornalismo com quem discuti propostas para o seminário com enfoque na área de comunicação. Houve também duas contribuições por *e-mail* que continham sugestões como temas para discussão, propostas de metodologia e de logística para o evento. Essas propostas foram reunidas e a ela acrescentados outros temas pré-levantados pela Sustentação durante as rodas de diálogo tais como a gestão do LABTEC e a demanda pela institucionalização de uma política socioambiental.

No mesmo dia, compareci à reunião da Comissão da Agenda para expor as sugestões da Sustentação para o seminário, que foram deixadas por escrito com funcionário da Agenda. Parte significativa da reunião tratou da exposição do relatório técnico realizado após a inundação do ICC e de seus possíveis encaminhamentos. O repasse dos principais pontos desse relatório foi feito à lista de discussão Sustentação. Em contato posterior com funcionário do NAA fui informada que em breve seria marcada uma reunião com um grupo de trabalho formado para tratar do seminário e que a Sustentação seria avisada. Enquanto

isso continuamos a discussão das propostas pelas plataformas virtuais e retomamos o assunto na roda presencial seguinte.

A segunda roda de diálogo de maio aconteceu no dia 20 na área externa em frente ao SG 10. Desde o início do semestre os membros da Sustentação se abstiveram de oferecer seus espaços de reunião para a realização dos encontros e a proposta da reunião itinerante foi interrompida temporariamente. Portanto, o SG 10 passou a ser um local preferencial de encontro devido à parceria firmada com o Clube de Yoga que por diversas vezes disponibilizou a sala onde realizava suas aulas e que era reservada para o projeto no horário noturno.

Neste dia, houve a participação de representantes de cinco iniciativas pela sustentabilidade. Dialogamos sobre o seminário 2011 e as políticas socioambientais para o campus, sobre o edital do DEX e sobre uma nova proposta de comunicação para o grupo.

Ficamos sabendo pela representante do NAA que o seminário fora adiado por questões institucionais para setembro de 2011, o que nos dava mais tempo para discussão de propostas. Retomamos a perspectiva da participação no evento como uma oportunidade de discutir uma política socioambiental institucional para a UnB, o que aproximaria a universidade do ideal de uma efetiva gestão sustentável. Nesse sentido, defendi que a partir do espaço que nos fora aberto pelo NAA, a Sustentação poderia ter um papel importante na proposição de metodologias, no levantamento de questões para o debate bem como na análise do documento base e no acompanhamento dos desdobramentos do seminário. Tal acompanhamento seria importante para garantir a institucionalização da política socioambiental. Nesse momento, uma das participantes alertou que “para uma efetiva gestão sustentável, seriam necessários levantamentos atuais sobre aspectos econômicos e sobre a gestão dos recursos ambientais nos campi, de modo a gerar comprometimento das instâncias administrativas superiores”. Pontuo também que: “sem institucionalização dependeremos sempre de amizade, simpatia, boa vontade. Isso gera ações de curto prazo e alcance limitado. Precisamos de apoio da gestão para trabalhar em questões macro que não conseguiremos gerir sozinhos, pois o campus é uma cidade”, afirmou integrante da roda. Como encaminhamento nos propusemos pesquisar e trocar pela internet modelos de gestão sustentável em universidades que pudessem servir de exemplo à UnB. Também acordamos ler e discutir, virtualmente, o documento de políticas escrito em 2009, com foco nas sugestões para o seminário de 2011.

Outro ponto de pauta, a construção de um blog coletivo, surgiu como proposta de uma estudante de comunicação da UnB que decidiu voltar seu trabalho de conclusão de curso à Sustentação. A sugestão dela era criar uma interface virtual e disponibilizar informações sobre todos os projetos socioambientais que participavam do coletivo e possibilitar

visibilidade e articulação entre os mesmos. Lembrei que tentamos disponibilizar informações sobre os atores e grupos da Sustentação por meio de um fórum do ORKUT, mas não obtivemos a participação esperada. A estudante defendeu que o Blog seria uma ferramenta mais adequada a publicação de informações sobre os projetos e relatou então que já realizara um mapeamento visando descobrir quais grupos socioambientais possuíam sítios virtuais. Ela descobriu que havia alguns poucos sítios, porém desatualizados. Havia, segundo ela, uma carência geral de boas ferramentas para a divulgação dos projetos. Nas entrevistas que fez com os atores constatou também a inexistência de pessoas responsáveis por alimentar blogs e *websites* de grupos, o que levava a concluir que a comunicação não estava dentre as prioridades da maioria dos projetos, com exceção do PACS de comunicação Projete. Houve boa receptividade à proposta do blog e foram feitas algumas sugestões para o desenvolvimento da proposta.

O assunto seguinte foi o edital PIBEX. A representante do NAA relatou que os projetos que concorreram às bolsas estavam sob análise e que o resultado do edital seria divulgado a partir de junho, período em que estava previsto também o lançamento de outro edital para o fomento financeiro das ações socioambientais.

Falamos ainda da retomada da proposta de educomunicação como estratégia de articulação dos atores, pois a segunda oficina de edição de vídeos seria oferecida pelo Projete em breve. Os presentes demonstraram interesse em participar e em levar adiante a proposta de produção de curtas sobre suas ações socioambientais.

Quanto à criação de um calendário coletivo de oficinas, foram mencionadas propostas de quatro atividades nas áreas de saúde (Yoga), de comunicação (rádio web), de resíduos sólidos (arte e reciclagem) e de educação e transdisciplinar (jogos cooperativos). Acertamos que as pré-inscrições e também novas propostas seriam compartilhadas pelo calendário colaborativo virtual criado com a ferramenta Google Docs.

A próxima roda aconteceu no dia 26 de maio no CDS/UnB, conjuntamente com a reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos (GTRS), a convite da coordenadora do grupo professora Izabel Zaneti. A confluência das reuniões foi acertada no dia anterior de modo integrar os dois coletivos. Por um lado a Sustentação poderia retomar o caráter itinerante dos encontros iniciais, poderia criar conexões com novos parceiros e se envolver mais com o processo de Coleta Seletiva nos campi; por outro lado, o GTRS poria os membros da Sustentação a par das discussões sobre a gestão de resíduos sólidos nos campi possibilitando a participação destes nas atividades da inauguração da coleta seletiva agendada para a semana seguinte. A confluência dos encontros, então, seria benéfica para ambos coletivos.



Membros do GTRS e atores da Sustentação reunidos no CDS, durante a segunda roda de maio.

Assim a primeira pauta do encontro tratou da coleta seletiva solidária em implantação em todos os campi. Discutimos sobre prazos para implantação do sistema de coleta, sobre a consolidação das parcerias com as associações de catadores e sobre a programação das atividades de inauguração. O debate foi longo e os participantes estavam interessados.

Após a finalização da pauta do GTRS, iniciamos a segunda parte da reunião voltada à discussão das questões específicas da Sustentação levantadas nas reuniões anteriores. No entanto, com o horário avançado, neste momento a maior parte dos membros do GTRS retirou-se. Avalio que a intenção de integração entre os grupos não ficou bastante clara, que a densidade das pautas prolongou muito o tempo total da reunião e que, possivelmente, prejudicou a participação dos membros do GT na segunda parte do encontro. A reunião prosseguiu com a participação de metade do público inicial.

Duas participantes, uma já membro e outra recém-chegada à Sustentação, trouxeram a demanda de colaboração para a escrita de um projeto para concorrer ao edital de fomento vinculado ao Festival de Música SWU (Starts With You). O edital de fomento disponibilizava aos ganhadores verba de 500 mil reais para o desenvolvimento de projeto pela sustentabilidade local. A ideia das meninas era escrever um projeto para transformar a UnB

em uma universidade “verde”. Sugeri o uso das propostas de políticas socioambientais que constavam no documento do seminário de 2009 como base para pensar o projeto. A discussão continuou em meio virtuais e despertou interesse e colaboração de vários membros da Sustentação.

Compartilhamos informações sobre as atividades em curso nos grupos. Segundo relato de um representante do NAA, a Fundação Darcy Ribeiro estava em articulação com o Núcleo e com os grupos Tupã e Caiaque Comunitário para apoiar a realização de duas ações específicas na UnB: uma trilha ecológica e um cineclubes socioambiental.

A trilha ecológica consistia numa ação de educação ambiental que ocorreria no Campus Darcy Ribeiro e beneficiaria os estudantes de escolas públicas do DF. O representante da USINA mostrou interesse em articular tal ação com as de seu grupo, pois os objetivos eram sinérgicos. A Fundação Darcy Ribeiro também ofereceu aos grupos o espaço do auditório e os equipamentos disponíveis no Beijódromo para a realização de um cineclubes, isto é, para a exibição e o debate de filmes socioambientais. Mas o objetivo do cineclubes, além do debate, seria estimular a produção de filmes pela comunidade o que ia ao encontro da proposta de educomunicação em curso, viabilizadas pela articulação entre Sustentação e Projete. Os presentes mostraram-se motivados com a perspectiva de trabalho audiovisual e surgiram mais potenciais de parcerias. Por fim, todos foram convidados para II Oficina de Edição de Vídeos agendada para semana seguinte.

A II Oficina de Edição de Vídeos aconteceu no dia primeiro de junho na FAC e contou com a parceria e o protagonismo da equipe do Projete. Compareceram sete novos participantes. O momento de apresentação inicial proporcionou despertar de interesse recíproco e a identificação de objetivos comuns aos grupos representados.

Foram exibidos filmes (curtas) para exemplificar algumas das possibilidades da linguagem audiovisual que, conforme exposto por mim, pela professora Dione Moura e pela extensionista Bárbara Cruz, cumpria as funções de mobilização, informação, entretenimento, engajamento e empoderamento de grupos e atores. Foi reiterada a perspectiva de democratização da comunicação pelo uso popular dos meios, base da educomunicação. Os presentes foram estimulados à construção de novos olhares sobre a realidade, críticos e transformadores. Falou-se ainda do potencial do uso sensível e engajado das imagens e dos filmes possibilitados pela construção de roteiros criativos. Foram abordados os conceitos de roteiro e documentário, os instrumentos necessários à criação audiovisual e as fases de produção de um filme.

No momento de debate, todos trouxeram suas percepções sobre a criação de vídeos. Compartilhou-se a percepção de que no processo educacional as técnicas ficavam em segundo plano, pois recebiam destaque a proatividade e a criatividade dos atores.

Retomamos a proposta de criação de curtas que respondessem “o que fazemos pela sustentabilidade?”, a partir da cooperação entre os grupos. Os presentes se disponibilizaram a trocar conhecimentos, tutoriais e a indicação de softwares livres pela internet.

Ao final da atividade, que marcava o encerramento da fase de campo da pesquisa, foi feita uma dupla avaliação sobre a oficina, a pesquisa e a formação da Sustentação. Dentre as avaliações sobre a oficina se destacaram as falas sobre a importância do uso da comunicação na área socioambiental para uma “mobilização ampla da sociedade” e sobre a perspectiva engajada, educativa e processual da educomunicação. Os participantes mostraram-se estimulados pela oficina e pela oferta de novas atividades coletivas. Destacaram ainda a proatividade do Projeto e a participação da professora coordenadora nas atividades da “rede” como fator estímulo aos extensionistas e ao engajamento de outros professores.

Quanto à Sustentação, foi exaltado o potencial de compartilhamento de saberes, de articulação de iniciativas distintas, porém complementares, e a importância da presença continuada nas atividades presenciais. Uma participante que acompanhou as atividades desde o início do campo disse que percebia avanço desde os encontros iniciais da Sustentação. “Saímos da teoria para a prática, os projetos estão se encontrando”, disse ela. E completou: “podemos contribuir para fortalecer a extensão na Universidade. [...] Temos autonomia e paixão pela questão ambiental”. A rede foi apontada também como local de divulgação e união entre atores e projetos, o que facilitava o apoio externo e a adesão às boas oportunidades. Foi citado como exemplo o potencial da articulação entre atores para inscrição de projetos para editais de fomento e o caso da articulação para o edital SWU.

Ao final da reunião foi informado o encerramento das atividades de campo da pesquisa e o meu afastamento temporário para finalização da dissertação, com a intenção de dar continuidade aos encontros após a defesa.